



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 5/2018
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 27-09-2018**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 27-09-2018

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 27 de setembro de 2018-----

INICIO - 15 horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha..... PS

MEMBROS - Manuel António Fernandes DominguesPSD

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

José Fernando Guedes CorreiaPS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa PSD

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Luis Manuel Mendes RibeiroPS

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves CDU

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Andreia Manuela Dias dos Santos GarciaPS

Manuel Fernando Rascão Marques..... PSD

Christopher Joseph Maia OliveiraBE

António Simões de Jesus PS

Leila Maria Fidalgo Ferreira PSD

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos ReisPS

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Pedro Fernando Teixeira Alves Macedo PSD

Fausto Fernando Santos LoureiroPS

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Maria Bebiana Rafael Sampaio MarquesPS

Tiago Patrício Cadima JorgePSD

José Augusto Fernandes Mateus..... PS

Luis Pedro Góis de Jesus e Silva..... PSD

Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima..... PS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira Oliveira PS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves Batata INDEPENDENTE



(Buarcos e São Julião)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da Cunha	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Célia Catarina Querido Oliveira	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por José Augusto Fernandes Mateus, Mário João Menezes Paiva por Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima, e Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura por Luis Pedro Góis de Jesus e Silva

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Mário João Menezes Paiva, e Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura.

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2018

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de junho de 2018."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros do Partido Socialista, Adelaide Carraco Reis e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Luis Góis Silva, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2018.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

LUIS GÓIS SILVA apresentou a seguinte declaração de voto: "Dado não ter estado presente na sessão de 29 de junho, abstive-me na sua votação da sua ata."-----



1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

” Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

• evento «Unidos Musicamos»-----

• 5.ªs de Leitura com a escritora Rita Ferro-----

• assinatura pública do Contrato da «Requalificação Urbana do Cabedelo»-----

• exposição “Bichos de pata articulada”-----

• espetáculo de Verão Academia Roysel Alfonso-----

• sessão de entrega dos apoios financeiros às Filarmónicas do Concelho da Figueira da Foz-----

• Conferência de Imprensa Apresentação Etapa Circuito Nacional de Vólei-----

• espetáculo «A Grande Ressaca», com Carlos Cunha-----

• lançamento do livro “Mantimentos para a sobrevivência” de António Augusto Menano

• espetáculo Rede Artéria SAAL-----

• espetáculo «The Sound of Ocean Waves - Ópera de Seki»-----

• cerimónia de homenagem a Manuel Fernandes Tomás-----

• jantar evocativo no âmbito dos II Encontros de Cultura e Património da Figueira da Foz-----

• 136.º aniversário da elevação da Figueira da Foz a Cidade-----

• espetáculo «O Apocalipse - Segundo Fernando Pessoa e Ofélia Queirós»-----

• espetáculo «O ENREDO» a realizar no âmbito do projeto «Coimbra, Região de Cultura»-----

• o espetáculo «Banda Sinfónica Portuguesa»-----

- Convites conjuntos de:-----

- Fundação Oceano Azul e Fundação Calouste Gulbenkian, em Parceria com a IEFF - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, Incubadora Do Mar & Indústria para a Sessão de Esclarecimento do Programa Blue Bio Value-----

- Câmara Municipal da Figueira da Foz e do Grupo *Diálogos ComSentidos* para a Conferência: «O Humano e o Divino»-----

Convites de:-----

- Assembleia da República para a inauguração da Exposição *Déjà-Vu*, de André Carrilho-----



- Universidade Sénior para a cerimónia de encerramento do ano letivo-----
- Liga dos Amigos do Hospital Distrital da Figueira da Foz para a 1.ª Caminhada Solidária-----
- Associação de Ténis de Mesa de Coimbra para a Gala 2017/2018-----
- Citemor - 40º Festival de Montemor -o-Velho para as iniciativas a decorrer na Figueira da Foz-----
- Município de Góis para o Concerto Solidário ALPHAVILLE-----
- Guarda Nacional Republicana para a Cerimónia do Compromisso de Honra do Curso de Formação de Guardas-----
- Junta de Freguesia de Bom Sucesso para o 33.º Aniversário da Freguesia-----
- Junta de Freguesia de Maiorca para a Apresentação Pública da Requalificação do Parque do Lago-----
- Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova para as Festas em honra de Santa Eulália
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para o 8.º Festival Pirata-----
- Junta de Freguesia de Maiorca para a Sessão Solene da Abertura Oficial da Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca-----
- Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara para o 1.º Aniversário da Biblioteca Idalécio Cação-----
- Junta de Freguesia de Quiaios para as Comemorações do Dia da Freguesia-----
- Junta de Freguesia de Alhadas para o Festa Alhadas 2018-----
- Junta de Freguesia de Tavadrede para a Festa do Limonete e Semana da Juventude-
- Junta de Freguesia de Vila Verde para as comemorações do Dia da Freguesia-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a celebração do Dia dos Avós-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a inauguração da exposição de Silvestre Isaac Quizembe-----
- Rancho dos Pauliteiros Serra da Boa Viagem para um Festival-----
- Casa do Povo de Maiorca para a 44º edição do Festival Internacional de Folclore de Maiorca-----
- Grupo Recreativo Vilaverdense para a inauguração da 19ª edição da Exposição de Bordados-----
- Sociedade Instrução e Recreio de Lares para o Concerto final do VII estágio técnico-artístico com o compositor Afonso Alves-----
- Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Gândara para o XXXIII Festival de Folclore «As Morenitas da Gândara»-----



- Magenta para as comemorações do seu 15.º aniversário-----
- Sociedade Filarmónica Dez de Agosto para as comemorações do seu 138.º aniversário
- Marta Sargento para a inauguração da exposição «Mother Water» em Coimbra-----
- Associação de Desenvolvimento da Murtinheira para a Sessão Solene comemorativa do seu 15.º Aniversário-----
- Associação Buarcos tem Tradição para a Festa de Nossa Senhora da Encarnação 2018
- Assembleia Figueirense para a sessão de lançamento do livro "Trevas e Libertação" de José Carvalho Margato-----
- Conselho de Moradores de Borda do Campo para o as comemorações do seu 39.º Aniversário-----
- Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Matos para a abertura da III ExpoDAT-----
- Programa Municipal Figueira Cidade Saudável para uma Caminhada Noturna «Figueira Respira Mais»-----
- Figueira Sabor a Mar para a IV.ª Feira de Sabores Terra e Mar 2018-----
- Associação de Desenvolvimento de Murtinheira para a Festa em Honra do Senhor dos Aflitos-----
- Escoteiros de Maiorca para uma Noite de Fados-----
- Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para o Encontro de Bandas 2018
- Casa do Povo de Alqueidão para o Almoço Festival do Arroz-----
- Conselho Económico da Igreja Paroquial do Bom Sucesso, para a celebração eucarística presidida pelo Reverendíssimo Bispo de Coimbra D. Virgílio do Nascimento, no âmbito da apresentação à comunidade do novo pároco, padre Nuno Fileno-----
- Clube Recreativo Instrução Alhadense para as comemorações do seu 91.º Aniversário
- Iniciativas parlamentares, entretanto enviadas aos deputados municipais:-----
- Projetos de Lei n.º 530/XIII/2ª - Estabelece a oferta alternativa de bebida vegetal, no âmbito do programa de leite escolar - Lei n.º 531/XIII/2ª - Estabelece a promoção de fruta e outros produtos alimentares saudáveis nos bufetes/bares escolares - Lei n.º 532/XIII/2ª - Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas - Lei n.º 586/XIII/2ª - Garante a disponibilização de bebidas vegetais no serviço de bufete escolar - apresentados pelos deputados do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República-----
- Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a implementação de Medidas para



Promover a qualidade das refeições escolares, apresentado pelos deputados do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República -----

- Projeto de Lei que determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo, apresentado pelos deputados do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República -----
- Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a recuperação da profissão de guarda-rios, com o número adequado de recursos humanos necessários à preservação e fiscalização dos recursos hídricos, apresentado pelos deputados do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República -----
- Pergunta dirigida ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e quando prevê o Governo que ela deixe de ser cobrada aos consumidores -
 - Convite à participação na discussão pública do projeto de lei de bases da habitação enviado pela coordenadora do Grupo de Trabalho da Habitação, Reabilitação Urbana e Política de Cidades da 11.ª Comissão Parlamentar -----
- Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a «Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública», apresentado pelos deputados do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República -----
- Lei Quadro de transferência de competências para as autarquias locais -----
- Ofício do Gabinete do Ministro da Administração Interna dando nota que a efetivação da eventual adesão dos Municípios às novas competências só poderá ocorrer após a publicação dos respetivos diplomas setoriais, previstos na Lei Quadro de transferência de competências para as autarquias locais.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Maria Teresa Rito. -----

MARIA TERESA RITO: “Cumprimento o Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara, todos os senhores e senhoras eleitos, bem como, todos os presentes nesta sala. Como só tenho cerca de 05 minutos para usar da palavra, optei por ler um texto por mim redigido. -----

Muitas pessoas, incluindo eu própria, respeitam a natureza e as árvores em especial, por elas próprias, pelo seu valor intrínseco. Muitos de nós experimentam um genuíno bem-estar numa floresta, num bosque, ou na proximidade de uma árvore, sem qualquer contraindicação e muito menos alergias. -----

As alergias manifestam-se relativamente a pólenes produzidos por ervas gramíneas



e outras, por exemplo, alergias provocadas por aqueles penachos que invadem a nossa cidade e outras. São plantas invasoras e sem qualquer controlo, estão a invadir a cidade.-----

Mas para lá da emoção, há todo um conhecimento científico da mais-valia das árvores no ecossistema da cidade/aldeia e para toda a população. As árvores purificam o ar, não só porque produzem oxigénio essencial ao nosso organismo, mas, principalmente, porque absorvem dióxido de carbono. E fazem-no na sua atividade absolutamente natural, a atividade fotossintética, e reparem que os animais, incluindo os seres humanos, não realizam esta atividade.-----

A concentração de CO₂, ou seja, de óxido de carbono, está a aumentar no ar, isto é do conhecimento geral, e esta situação vai retendo mais calor do sol, sendo a principal causa do aumento da temperatura sentido por todos nós. Quanto mais anos de vida o mar tiver, mais dióxido de carbono absorve e a concentração deste gás irá diminuir, e este é um compromisso também assumido localmente por esta autarquia.-----

Só mesmo as árvores para regularizar a concentração do dióxido de carbono no ar. Já pensaram que as árvores o fazem, de facto, de uma forma gratuita. É essa a sua natureza, elas crescem, crescem, gastando dióxido de carbono, energia solar, água e minerais do Sol.-----

Não é preciso viajar para longe, em Portugal e em Espanha observámos este Verão, as pessoas a passearem e a conversarem sentadas em bancos na praça pública, em ruas comuns e em esplanadas, á sombra de árvores.-----

Olhando as árvores de Buarcos, o seu porte, esta biomassa demorou dezenas de anos a atingir.-----

Estão a preservar as árvores como em tantas outras cidades da Europa e também para minorar as alterações climáticas, e é este o exemplo a seguir.-----

Estão a cuidar das árvores e não a abatê-las em nome de um projeto incompreensível e inadmissível que as ignorou e, agora, diz-se incompatível com a permanência das árvores em Buarcos.-----

Lajes de betão a substituir as árvores, vão esquentar com a luz direta do Sol. Esta arrogância é inacreditável!-----

O projeto de um qualquer cidadão quando não cumpre com o essencial, tem de ser reformulado e é o que se exige que aquele projeto seja.-----

Há que relembrar que nesta situação também estão em causa as condições relativas à ajuda comunitária da Comissão Europeia para a concretização do projeto, que não



admitem privar a população e os turistas de árvores como as citadas, de grande biomassa, frondosas, despoluídas, regularizadoras do clima, mesmo que haja a proposta de se plantarem muitas outras, sabendo o tempo que irão demorar a crescer. O meu apelo ao Presidente da Câmara é no sentido da preservação das árvores de Buarcos que há umas semanas foram assinaladas com uma Cruz Vermelha para serem abatidas, e foi o protesto de cidadãos e em especial do Movimento Parque Verde que impediu tal ação.-----

O Presidente da Câmara Municipal, na sequência do protesto, declarou à comunicação social ser do interesse público a preservação das árvores citadas. No entanto, ontem de manhã, indo eu a pé a caminho do Centro de Saúde, porque também não há um transporte público que eu possa utilizar se precisar, constatei que as obras se aproximam da área onde se encontram as árvores. Questionei quem me pareceu ser o Encarregado. Este senhor, no meio da conversa, diz-me «Então a senhora não percebe que se a estrada vai passar por ali as árvores têm de ser arrancadas, e eu só cumpro ordens».-----

Eu sei que represento muitos cidadãos, gostaríamos de ter a certeza que as árvores de grande porte irão permanecer localmente. Uma árvore que seja, torna-se uma relíquia a preservar.-----

Por hoje, termino a minha intervenção, agradeço a vossa atenção. Peço desculpa da minha ansiedade, mas eu sou mesmo assim.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A questão do abate de árvores tem a ver com a requalificação de um espaço em frente ao Caras Direitas e ao Mercado Municipal de Buarcos.-----

Esquecemos que aquele espaço estava ocupado por uma estação de serviço. Há 05 anos fez-se forte pressão para terminar com aquela concessão/exploração e executamos uma reconversão do espaço a título precário e provisório, para depois encetar uma mais alargada e no âmbito deste projeto.-----

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano sustentado, tem como base a diminuição de CO2, conquista do espaço pedonal a favor dos cidadãos, e a prioridade para a mobilidade suave.-----

O executivo olha para aquele espaço imenso e vê-o seccionado por ruas de 02/04 faixas, praças, pracinhas e pracetas absolutamente desintegradas.-----

Nesta perspetiva o objetivo da autarquia, que já começa a tomar forma, era o espaço ser essencialmente ocupado pelo cidadão, favorecendo os circuitos pedonais, o usufruto do espaço público e a tomada do espaço público pelos cidadãos, estratégia



que está a ser desenvolvida com sucesso nas principais cidades europeias, fruto dos incentivos enquadrados nas políticas de financiamento comunitário.-----
Com esse propósito projetou-se aquele espaço integrado, o qual passa a ter desde a Rotunda do Pescador para a frente a configuração da rodovia de baixo das muralhas. Não fazia sentido ter ali mais 04 faixas a absorver espaço, quando depois ia confinar numa rua condicionada e bem, e ainda, uma série de atravessadores também sem grande sentido. Estas são as grandes linhas de orientação em relação à gestão daquele espaço.-----

Houve o cuidado de tornar o projeto compatível e enquadrável nas políticas de financiamento, transformando-o num espaço mais verde e mais amigo do ambiente. Daí, se prever o plantio de mais de 230 árvores. Evidentemente vai levar tempo a tomar a sua forma, mas tem depois também um processo de jardinagem mais complexo e, portanto, vai dar àquele todo um ambiente mais agradável e verde.-----

Podemos ter vacilado de alguma forma, uma vez que o arquiteto ao elaborar o projeto na medida em que punha mais verde não tomou em devida consideração algumas pré existências, nomeadamente as que aqui foram focalizadas e assinaladas pelo movimento de cidadãos.-----

Enfim, os apelos poderiam ter sido feitos atempadamente e diretamente à Câmara Municipal aquando da apresentação do projeto nos Caras Direitas, porquanto, o Dr. Luis Pena até é Presidente da Assembleia Geral daquela coletividade.-----

Porém foi feito e, obviamente, merece e mereceu a apreciação do Município, porque verde por verde dava a noção que continuava tudo na mesma e, de facto, não continuava. Há árvores de grande porte que, pelas razões apontadas por esta cidadã a quem eu agradeço, devem ser preservadas, e também faz parte das políticas de sustentabilidade manter as pré existentes.-----

Foi pedido ao arquiteto para mitigar e diminuir o impacto decorrente de se dar mais espaço e da nova ordenação e, desde logo, numa análise preliminar ficou pré-fixado que, quando muito, seriam abatidas 10 árvores para definir os eixos de acessibilidade e de visibilidade do património existente, nomeadamente, o Mercado Municipal e o Caras Direitas.-----

E assim foi feito. O resultado desta revisão do projeto será remetido ao grupo municipal do Partido Social Democrata conforme foi por eles solicitado, e será enviado ao Movimento Parque Verde. Terá segregações destas árvores de grande porte, manteremos todas as de grande e de elevado porte, ou seja, aquelas que têm 30/40 anos, porque não há dados anteriores a esse tempo.-----



Aliás, a questão de indefinição da propriedade e da expropriação do Jardim Parque Dr. Fernando Traqueia só recentemente foi resolvida, daí as árvores não poderem ter mais de 40 a 50 anos. Não temos no local árvores centenárias, mas sim de grande porte a ser preservadas.-----

Irão ter os seus circuitos de proteção, vão-se manter, e conforme ficou previamente definido proceder-se-á ao abate apenas de nove árvores de médio porte, e de mais uma em fase avançada de degradação segundo indicação dos serviços técnicos.-----

Em contrapartida ganha-se mais espaço para a acessibilidade, passeio para desfrute, circuito pedonal e esplanada em detrimento, obviamente, duma circulação condicionada do tráfego rodoviário.-----

Tudo isto sem embargo de numa segunda fase, se construir um parque mais amplo na continuidade do terraplano do Balneário de Buarcos e da Pista de Skate.-----

Grosso modo, estas são as linhas gerais do projeto e sua revisão, consonantes com os apelos feitos e perfeitamente sintonizados com o júri de uma comissão de avaliação do cumprimento dos objetivos de diminuição do CO2, aumento do circuito pedonal e do grande espaço público, com que sustentamos a candidatura ao financiamento."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Carla Sofia Marques.-----

CARLA SOFIA MARQUES: "Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, distintos vereadores, digníssimos deputados municipais, caros concidadãos.-----

Com o final do período de transição concedido pela Lei n.º 27/2016, que criou uma rede de Centros de Recolha Oficial de animais (CRO) e um conjunto alargado de atribuições associadas, que são da responsabilidade dos municípios, nomeadamente, a obrigatoriedade de recolha, vacinação, esterilização e campanhas de adoção dos animais resgatados da rua, incluindo a sensibilização para a temática em causa junto das escolas, é com profunda preocupação que olhamos para o caso da Figueira da Foz e constatamos que pouco está a ser feito.-----

Da lista de Centros de Recolha Oficial autorizados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, disponível na página daquela autoridade, constatamos que a Figueira da Foz já se encontra em situação de incumprimento, uma vez que tinha até 23 de Setembro de 2017 para criar as condições técnicas para realizar no Centro de Recolha Oficial a esterilização dos animais.-----

Ora, não existe sequer um Centro de Recolha Oficial, o que existe é um Centro de



Recolha Animal da Figueira da Foz, um mero centro de recolha animal e não um Centro de Recolha Oficial, dado que as instalações existentes não reúnem as condições técnicas e físicas necessárias para o seu licenciamento.-----

Quando termina o prazo de transição para proibir o abate e há já pelo menos um ano que se devia estar a esterilizar os animais que são disponibilizados para a adoção, quer sejam adotados diretamente no Centro de Recolha Animal da Figueira da Foz, quer seja através das duas associações existentes no concelho, a Associação de Protecção Animal da Figueira da Foz e a Associação GADAFF, tendo em conta que essas associações resgatam e colocam para adoção os animais que recolhem, substituindo-se à obrigação do Município, e verificamos que o Município não está a cumprir, alguma coisa vai mal, muito mal!-----

Pressionado pela falta de meios, o que agora se ouve do veterinário municipal, quando confrontado com a necessidade de recolher um animal abandonado ou perdido e que seja denunciado para que procedam à recolha e guarda do mesmo, é que está lotado, não tem como receber o animal, e o munícipe que o achou e denunciou, tem de se responsabilizar pela guarda do mesmo, alegando para o efeito o cumprimento da Lei n.º 8/2017, que criou o estatuto jurídico dos animais.

Algo vai muito mal, quando são os munícipes que se têm de substituir ao Município no cumprimento daquelas que são as suas atribuições!-----

Em matéria de alimentação dos animais de rua, continua a existir a proibição de o fazer nos espaços públicos. Pois também não está correto deixar os animais morrerem à fome. É tão cruel abater para controlar a população, como é deixar morrer à fome e não lhes prestar os cuidados de saúde.-----

Com estas medidas, parece-me óbvio que deixaremos de matar para deixar morrer! Isso não pode acontecer, não é isso que está correto e não é isso que queremos para a nossa cidade!-----

No dia 14 de dezembro de 2016, foi anunciado, com todas as honras do momento, que o projeto de «casas-abrigo» para gatos de rua na Figueira da Foz, ao abrigo dos projetos apresentados no Orçamento Participativo da Figueira da Foz 2017 (OP2017), apresentado pela Associação de Protecção Animal da Figueira da Foz, no valor de 75.000,00€, havia sido vencedor.-----

Muito bem, o que é que já foi feito? Quantos abrigos, em que colónias, quantos comedouros e bebedouros? Onde estão colocados? O que está feito?-----

No sentido de minorar e de dar algum cumprimento à lei, muito embora não seja de conhecimento público alargado, comenta-se que existe um protocolo firmado entre o



Município e uma clínica na Figueira da Foz, a Fozcanis, que alegadamente, terá ligações com o veterinário municipal.-----

Se não houve a abertura de concurso para que todas as clínicas pudessem concorrer, em igualdade de oportunidades, parece lógico concluir que se trata de um favorecimento e tal não devia ocorrer, aliás, não pode acontecer.-----

Assim, para evitar compadrios, favorecimentos ou até mesmo celeumas em torno de uma questão que em nada favorece o cerne a ser tratado, o bem-estar animal, propõe-se a adoção de uma série de medidas a serem tomadas pelo município, para pôr termo a esta e outras questões:-----

A - Na impossibilidade de existir condições físicas no Centro de Recolha Oficial, (que ainda não está criado) que permitam a esterilização e a vacinação dos animais, sugere-se o alargamento a todas as clínicas veterinárias existentes no Município, e não somente uma com ligações ao veterinário municipal, do protocolo já existente entre o Município e a Fozcanis, por forma a promover a igualdade de oportunidades;

B - Criação de cheque veterinário a atribuir a famílias carenciadas, cujos animais de estimação pretendam esterilizar (os que já têm na sua companhia), com a possibilidade de administrar os cuidados de saúde básicos;-----

C - Criação da figura de um provedor do animal municipal, que servirá de ponte entre os poderes públicos e o cidadão;-----

D - Formação de uma unidade multidisciplinar de socorro animal, disponível 07 dias por semana, 24 horas por dia, composta por bombeiros, cruz-vermelha, proteção civil, médico veterinário municipal e outros que se considerem pertinentes, com competências técnicas e humanas;-----

E - Criação de uma base de dados pública, na página da Câmara da Figueira da Foz, com números atualizados mensalmente, referente à atividade desenvolvida no atual Centro de Recolha Animal da Figueira da Foz, futuro Centro de Recolha Oficial, nomeadamente: número de animais recolhidos, local de recolha, número de esterilizações, vacinações, chips colocados, adoções, animais disponíveis para adoção, enfim, inputs de entradas e saídas de informação relevante;-----

F - Criação de uma base de dados com o número de colónias de gatos conhecidas, o número de capturas, as esterilizações efetuadas e as devoluções de gatos já esterilizados às mesmas;-----

G - Criação de um censo animal municipal, anual, contendo o número de cães e gatos existentes no município, por habitação, com a fiscalização da existência ou não de chip e a obrigatoriedade do mesmo, no caso dos canídeos, e a sensibilização



para a colocação do mesmo, no caso dos felinos;-----

H - Apresentar candidatura (com urgência, uma vez que a data limite é até dia 30 de novembro de dois mil e dezoito) aos fundos disponíveis pelo Estado para apoio de esterilizações já realizadas pelas associações, comprovadas por emissão de fatura de clínicas/ médicos veterinários, durante o período de transição da Lei n.º 27/2016, por ser essa a sua atribuição e que foi assegurada pelas associações com recurso a fundos próprios, bem assim como a futuras esterilizações, podendo incluir aqui, as esterilizações dos animais de companhia de famílias carenciadas (Apoio previsto no Despacho n.º 3283/2018).-----

É um sinal claro que se pretende passar para os munícipes, que se revêm nas medidas de proteção animal, que a Figueira da Foz, apesar de ter começado mais tarde, não quer deixar de seguir no comboio da modernidade, de uma cidade amiga dos animais. Esta é uma luta que tem de ser feita diariamente, com o contributo de todos, para benefício de muitos.-----

Permitam-me só uma chamada de atenção - estão ainda disponíveis fundos previstos no Despacho 3283/2018 e seria bom que a Câmara através dos seus serviços técnicos, se pudesse candidatar para receber estes apoios financeiros, a fundo perdido, disponibilizados pelo Estado para precisamente apoiar a esterilização de cães e gatos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Na Figueira sempre existiram boas práticas nesta matéria. Sempre teve um canil e o veterinário Dr. Romano sempre teve um cuidado muito grande na preservação e proteção dos animais.-----

Está definida por lei qual é a prioridade, não se vai agora dizer «eu sou mais pelos animais ou menos contra os animais». Há um cumprimento legal, uma maturidade de cidadania que já confere aos animais um número restrito de direitos. Mas, um direito também tem de ser sustentável e compatível com a gestão de uma cidade e dos seus espaços públicos. Ainda não há padrões de igualdade entre o homem e o animal. De qualquer forma é esta a definição legal vigente e temos de a cumprir. Porque há tendências como sabe, há gente a achar que o nível deve ser de igualdade, outros como eu não pensam assim, pese embora, entendam que o homem se deve coibir de infligir maus tratos ou tratamentos desnecessários a animais, não só aos animais domésticos mas também em relação aos animais no seu sentido lato.-----

Este executivo, quando tomou posse há nove anos, começou logo a ter alguma preocupação nesta matéria e a colaborar diretamente com o Centro de Recolha Animal



da Figueira da Foz. Constatou a necessidade de captar voluntariado, porque sem isso todos os meios e recursos humanos municipais serão escassos para atingir os objetivos. E para os atingir plenamente é bom que existam as associações de proteção do animal, a quem a Câmara Municipal possa apoiar, financiar e dar o necessário tratamento técnico de acompanhamento.-----

E tem sido esse o caminho. Foi instalado um centro de esterilização animal, precisamente para evitar a eutanásia de animais e a procriação progressiva descontrolada.-----

Foi com agrado que se acolheu o projeto do Orçamento Participativo, cuja associação se propunha criar centros de esterilização, embora já tivesse uma sala para esse fim. Este processo custa 50 €, e mesmo assim, a Câmara tem vindo a assumir esse custo.-----

A autarquia da Figueira da Foz prossegue uma política de esterilização e de recolha de animais como poucos municípios o fazem. Muitos deles nem sequer têm Centro de Recolha Animal!-----

Na Figueira da Foz temos numa situação ainda precária para os grandes objetivos e para aquilo que se pretende cumprir. Tenho na minha secretária um processo para analisar orçando os 550.000 euros, para o cumprimento destes objetivos. Por ser absolutamente incomportável terá de se ir buscar financiamento a algum lado.----

Seja como for o Município tem de ter um canil e as quadras adequadas para recolha dos animais para uma estimativa de recolha de 400 animais por ano. Ao recolher 400 animais por ano, se não houver adoção ao fim de 5 anos teremos 2.000 animais, a quem teremos de garantir a alimentação, cuidados de saúde e alojamento em condições dignas.-----

Aqui surge como fator exponencial o voluntariado, se não houver, de facto, uma consciência de cidadania em relação ao animal que se tem em casa e à sua multiplicação.-----

Eu tenho aqui um orçamento para recolha de 50 animais cuja estimativa é de 10.000 euros por cada animal, ou seja, uma verba que a autarquia não pode garantir. Portanto, o Município terá de cumprir os ideais em função dos objetivos, e vai fazê-lo.-----

Existem condições para se construir o canil na abrangência da empreitada de Reinstalação dos Serviços Técnicos Municipais na Zona da Várzea, dado já estar previsto esse esforço com o Centro de Recolha Animal da Figueira da Foz e com o voluntariado. O novo canil obedecerá a padrões mais adequados e que permitam o



cumprimento da lei.-----
Disponibilizaram-se 80.000 euros para o voluntariado e não resultou. Lamento que o voluntariado tenho falhado nesse aspeto, e o Município continua solícito e recetivo a que lhe apresentem a solução pretendida nas suas instalações.-----
Quanto ao Canil Municipal será assumido autonomamente porque mesmo esse financiamento ficava muito aquém, numa per equação do investimento necessário. Eram cerca de 500.000 euros de financiamento para todo o país, com uma exigência de intermunicipalidade, e a Figueira da Foz vai investir praticamente esse valor. A Câmara Municipal vai cumprir a lei, e continuar com o plano de esterilização numa sala do Sítio das Artes adaptada para esse efeito.-----
Aqui está-se muito à frente da maior parte dos municípios na gestão da política animal. Se a munícipe quiser pode depois vir falar comigo ou com o Vereador Fernando Miguel Pereira.-----
Relativamente à alimentação dos animais e a prática da alimentação em espaços públicos a autarquia é vivamente contra, porque a comida que se dá o gato e ao cão em espaço público, serve para o rato, gaivota, pombo e para uma proliferação de animais pondo em causa depois a profilaxia, digamos, a saúde pública.”-----
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA VERSUS CIRCULAÇÃO DE PEÕES - BUARCOS/TAVAREDE/PICADEIRO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--
MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “A minha interpelação é simples. O Presidente da Câmara acaba de nos referir o esforço feito no sentido de se dar mais espaço aos cidadãos, privilegiando as zonas pedonais, e não coloco isso em causa. Ponho em causa é as obras de requalificação em Buarcos.-----
De facto, constata-se uma diminuição da parte destinada à circulação rodoviária. Porém, no Verão eu passo várias vezes por dia em Buarcos e da parte de cima das muralhas o estacionamento é caótico, em cima do passeio e em qualquer lado. Em consequência, os peões veem-se obrigados a andar na faixa de rodagem. Ora, também temos de ter atenção a isto, não é só cortar-se a circulação dos veículos e depois não se preocuparem onde eles irão ser estacionados.-----
Aliás, o mesmo acontece na Rua da República.-----
Algo mais preocupante é a intervenção executada em Tavarede.-----
Do meu ponto de vista, a intervenção tornou digno aquele espaço interior de Tavarede. Mas, surpreendeu-me o facto de não haver lugar para a circulação dos



peões, isto é, aquela zona é só para veículos. Num local de pessoas com bastante idade que por ali circulam e estão durante a tarde não há passeio?! Ou seja, a circulação a nível dos peões e dos condutores é igual. Em meu entender não está incorreto, mas falta uma coisa que os serviços técnicos da Câmara Municipal já deviam ter visto há muito tempo, a existência de sinalização própria para colocar neste tipo de locais, defendendo os peões dos condutores.-----

E claro, a também sui generis zona do Picadeiro. É uma espécie de caos a começar logo pela manhã, com os veículos que distribuem os alimentos e as bebidas a passar por cima das calçadas, destruindo-as constantemente. Também ali podia haver alguma intervenção por parte da Câmara junto das autoridades para evitar que os veículos circulem de qualquer maneira, a qualquer hora e sem qualquer controlo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Um agradecimento que comporta as obras feitas de requalificação da Rua Voz da Justiça.-----

No meio desta miséria, no meio desta hecatombe municipal que o Presidente tem estado a ouvir, eu posso transmitir que a população de Tavarede, os seus fregueses ficaram extremamente satisfeitos com as obras de requalificação e, por isso respondo aqui também ao deputado municipal Manuel Fernandes Domingues.-----

Não foi por esquecimento os passeios. Nós somos os dois fregueses da mesma freguesia. Não foi por esquecimento e sabe que, entre a Rua do Rio Velho e a Praceta Dona Amália, se pusermos lá dois passeios acabou o trânsito.-----

Não sei se é esse o objetivo, se for pronto.-----

É que temos de optar por duas coisas ou passam carros ali naquele espaço ou colocamos passeios, daí também se ter tido essa atenção, e a zona não ficou toda de betão. O arquiteto teve o cuidado de colocar ali pedra granítica para facilitar e para poder desta maneira, ensinar os automobilistas a respeitar o limite de 30 Km/h. É difícil, e o senhor tem toda a razão quando os indivíduos entram ali a 60/70 Km/h. Mas subsiste esse problema deputado municipal Manuel Fernandes Domingues naquele espaço ou passeios ou carros.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Vou tentar ser rápido porque eu acho que isto foi um debate vivo e é na assembleia que deve estar a solução. De qualquer forma tentar dar agora alguns apontamentos mais da perspetiva do esclarecimento.-----

A questão suscitada na primeira intervenção do deputado municipal, Manuel Fernandes Domingues, efetivamente também já foi respondida. Aquilo passará a ser uma



circulação de peões, com limitação de velocidade de tráfego de 30 Km/hora.-----
Essa questão da sinalética não poderá deixar de ser atendida, todavia cumpre-me dizer que, pela primeira vez, isto foi uma opção clara com custos acrescidos, de fazer uma intervenção mais profunda daquela rua. Porque normalmente assentava-se pavimento sobre pavimento, e aqui foi-se ao fundo da questão, inclusive à parte do saneamento pluvial.-----

Portanto, só dar uma nota de que foi uma intervenção profunda, concluída com maior satisfação do interesse público, à semelhança do que estamos a fazer em muitas artérias, que é condicionar o tráfego rodoviário com uma sustentabilidade de circuitos pedonais.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - ESTADO DE DEGRADAÇÃO E ABANDONO DA CAPELA DE SANTA OLAIA E DO CONJUNTO ARQUEOLÓGICO DE SANTA OLAIA E FERRETELO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAS SOUSA: “A capela de Santa Olaia (ou Eulália) foi construída, provavelmente, no séc. XII. Esta capela e toda a sua envolvente, com um elevado interesse arqueológico, localiza-se no limite do concelho da Figueira da Foz, na freguesia de Ferreira-a-Nova, a 03 kms a oeste de Montemor-o-Velho. As vistas que se contemplam a partir desta simples capela, edificada neste sítio elevado, são deslumbrantes permitindo alcançar as paisagens de arrozais que circundam o rio Mondego.-----

Esta capela tem sofrido remodelações ao longo dos séculos, que não lhe acrescentaram beleza, pelo contrário, subtraíram-lhe elementos de interesse. Atualmente o seu interior apresenta tetos e paredes decorados com frescos em elevado estado de degradação e toda a estrutura corre risco de uma derrocada iminente. A capela encontra-se hoje totalmente ao abandono, pese embora a exceção feita aquando da romaria que ocorre a 24 de julho em honra de Santa Eulália. Igualmente, as rotas dos arrozais de Maiorca inserem no seu percurso a passagem obrigatória por Santa Olaia.-----

Todo o Monte de Santa Olaia e Ferrestelo é um sítio classificado, o que comprova a grande importância do local, que no entanto não tem merecido grande atenção das entidades responsáveis que o tutelam. Quem se desloque ao local, vê um painel de informação bastante degradado junto à estrada e no cimo, a Capela e o Castro de Santa Olaia apresentam sinais de desalento e abandono a que foram votados.-----
Não se entende esta apatia perante uma estação arqueológica que é uma joia que nos



prova a sobreposição, naquele local de seis povoamentos, um respeitante ao Neolítico, três à Idade do Ferro, um ao período de ocupação romana (sécs. II-III A.C.) e, por fim, um outro respeitante à Idade Média. Foram encontrados neste local inúmeros objetos que provam a presença dos comerciantes fenícios neste. Esta estação arqueológica, já de si extremamente rica em edificações que atravessaram os séculos, tem ainda uma flora mediterrânea exuberante, que reveste bastante interesse para os especialistas.-----

Este legado histórico tão precioso não se compadece com mais tempo de abandono. É necessária uma intervenção urgente para que não se perca todo este conjunto. É preciso uma defesa intransigente deste património. Urge que se dê o devido valor ao que os nossos antepassados nos legaram. Depois de uma aturada intervenção, é necessário saber contar a história do local, da edificação e das gentes que ali viveram, atraindo visitantes, com escolas e turistas. No momento em que as escolas instituem uma nova disciplina denominada «Cidadania e Desenvolvimento», a defesa do património é também um ato cívico que deve ser ensinado nas escolas desde a mais tenra idade, numa perspetiva multidisciplinar. Uma política cultural e pedagógica acertada em relação a este e outros edifícios do concelho faria, com certeza, toda a diferença.!-------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Em resposta à intervenção da deputada municipal Isabel Gaspar Sousa agradeço a sua preocupação com Santa Eulália e partilho-a. De facto, é de louvar quando os deputados municipais trazem a esta assembleia assuntos destes.-----

Santa Eulália merece muito mais atenção do que aquela que tem tido até agora. Fica só aqui uma nota que a Junta de Freguesia tem feito aquilo que lhe é possível e praticamente impossível, porque tem tido alguns cuidados com aquele espaço que já não se viam há muitos anos, e aqui agora perdoem-me, inclusivamente durante os mandatos do Partido Social Democrata na extinta-Junta de Freguesia de Santana.--
Portanto, só para dar aqui uma pequena nota. Tem-se feito, como já disse, muito mais do que aquilo que nos compete.-----

Por exemplo, fomos avisados diversas vezes para atos de vandalismo naquele local, e ultrapassando as nossas competências e com o conhecimento da Quinta de Fôja que também nada fazia para resolver a situação, decidimos mandar reforçar as portas, colocar fechaduras, colocar tetos na sacristia, que se calhar até não foram os mais indicados, mas foi uma forma de desincentivar a entrada constante dentro



daquele espaço.-----

Em relação à a manutenção e limpeza do espaço envolvente, também posso garantir que nunca tanto foi feito como agora pelo atual executivo. Ou seja, quem passar por aquele espaço pode obter em questão de panorâmica e de vista da zona envolvente aquilo que já não se via há muitos, muitos anos.-----

Não sei se a deputada municipal Isabel Gaspar Sousa entretanto terá passado por ali, mas se passar agora poderá ver que aquilo que estou a dizer e corresponde absolutamente à verdade.-----

Existe um constrangimento que é, se calhar, transversal a todas as freguesias, a falta mão de obra, a falta de meios para podermos fazer mais e melhor por aquele espaço. Para se conseguir manter o espaço impecável como gostaríamos, acabaríamos por colocar em causa a limpeza das zonas habitacionais da Freguesia, e também não o podemos fazer.-----

Em relação às obras tão urgentes e prementes, a Quinta de Fôja vai tendo conhecimento. A Junta de Freguesia tem feito o seu papel, e o Presidente da Câmara também o tem feito. Inclusivamente, a última vez que estivemos todos juntos na apresentação da Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca tivemos o prazer de o fazer naquele espaço. E, nessa altura, este assunto foi mais uma vez abordado. É muito complicado investir em espaço privado, não é tanto para a Câmara Municipal como para Junta de Freguesia. De qualquer das maneiras agradeço a preocupação aqui demonstrada e partilho da mesma."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Vou intervir em defesa da honra em relação à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova e deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

O que a deputada municipal Isabel Gaspar Sousa aqui fez foi chamar a atenção. Não me parece que fique bem agora estar a colocar as culpas no Partido Social Democrata, até porque se trata de uma pessoa que fazia parte do executivo que tratou disso. A senhora fazia parte do executivo da Junta de Freguesia que está a criticar!"--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A deputada municipal Isabel Gaspar Sousa sabe bem que estamos preocupados com a recuperação do património cultural. A Quinta de Santa Olaia é privada e isso dificulta muito qualquer intervenção, até a nível de candidatura a financiamentos. O Município não dispõe nem nunca disporá de meios suficientes para uma intervenção de fundo e profunda na Capela de Santa Olaia.--



Logo que o Conselho de Administração da Quinta da Fôja nos facultar ou nos ceder aquele terreno, quer a título precário mas com garantia suficiente de poder de intervenção, ou a título definitivo, a Câmara Municipal procederá às intervenções primárias, e depois sim, à recuperação do Monte do Ferrestelo.-----
Até porque o património arqueológico desde os fenícios aos romanos é muito rico e, portanto, poder-se-ão apresentar candidaturas para aprofundar ali uma intervenção de valorização de espaços.-----
Já se tratou da envolvente, colaborou-se com a Junta de Freguesia no sentido de preservar os vestígios ou, pelo menos, não permitir que eles sejam mais devassados."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO MAR E POSTO DE TURISMO DE BUARCOS - HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "No momento em que estão a decorrer obras de requalificação, cujo um dos intuitos é melhorar a experiência de quem visita a nossa cidade, num mandato onde um dos objetivos é a criação da Comissão Municipal de Turismo, deparamo-nos com a seguinte situação - na freguesia de Buarcos e São Julião, mais concretamente na localidade de Buarcos, existe uma infraestrutura onde funcionam diversas valências entre as quais o Núcleo Museológico do Mar e o Posto de Turismo.-----

As presentes entidades funcionam segundo o horário de segunda a sexta-feira das 09 horas às 13 horas e das 14 horas às 17 horas, estando encerradas aos fins de semana e feriados. Este horário foi alterado uma vez que anteriormente funcionava aos sábados das 14 horas às 19 horas no período entre 15 de julho e 15 de setembro. Ou seja, um potencial foco de atração turística, o Núcleo Museológico do Mar e o Posto de Turismo que deve ter como função elucidar e prestar informações do nosso Concelho àqueles que escolhem visitar-nos, apresentam um horário extremamente reduzido. Perante o explanado pergunto o seguinte:-----

- O horário de funcionamento desta estrutura é apenas provisório, sendo o seu objetivo alargá-lo?-----

- Existe a ideia futura de colocar o Posto de Turismo no novo espaço, de forma independente, como existia anteriormente na localidade de Buarcos?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A autarquia gostaria de requalificar e ter um novo Museu



do Mar, onde o património e acervo existente pudesse ter outra configuração.----
Conforme está o Museu do Mar não nos agrada. Portanto, nessa perspetiva não vamos investir muito mais. Caso seja possível uma solução alternativa fundamentalmente associando o Museu do Mar à História das Pescas e à etnografia e artesanato, bem como, à documentação histórica existente, que tem de ser coletada e exposta.----
Mas, para já ficámos por aqui, porque ainda estamos numa fase de pré análise. Quanto ao posto de turismo, nós temos o Castelo Engenheiro Silva, onde realizámos uma intervenção no exterior, e outra também no interior, com disponibilidade e abertura de espaço. É aí que se vai criar ao nível do rés do chão o grande posto de turismo e, depois, nos patamares da parte restante do edifício tentar-se-á valorizar com exibição de património associado à identificação da cidade e aos factos mais relevantes.-----

Oportunamente, será apresentado o plano de intervenção, mas, no fundo pretende-se também libertar ou expor muito do arquivo histórico que temos, com os aspetos mais vivos da cidade e poder mostrá-los."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS - LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - POSIÇÃO POLÍTICA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "1 - A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013) alterada pela Lei n.º 51/2018 e a Lei da Transferência de Competências para as Autarquias, Lei n.º 50/2018, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.-----

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Presidente da República referenciou:-----

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;-----
- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;-----
- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;-----



- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.-----

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei.-----

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.--

2 - A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada área resultará do Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros - ou seja, um verdadeiro «cheque em branco» ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República.-----

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à Direção Geral da Administração Local nos seguintes termos:-----

- Até 15 de setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;-----

- Até 30 de junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.-----

A partir de 01 de janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências.-----

3 - A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assunção das novas competências que por diplomas setoriais aprovados pelo Governo venham a entrar em vigor.-----

O facto de não ter sido esta Assembleia Municipal convocada a emitir opinião sobre assunto tão candente, expôs a autarquia a decisões que podem lesar os interesses do Município e das populações.-----

As interpretações que o Ministério da Administração Interna foi produzindo, sem fundamento jurídico, por vezes contraditórias entre si e, em si mesmas, concebidas



como fator de pressão e chantagem sobre os órgãos autárquicos, mais não visaram do que levar as autarquias à inação e colocando-as em situação próxima da aceitação tácita de novas responsabilidades e maiores encargos.-----

Atendendo aos considerandos acima explicitados, o Partido Comunista Português/Coligação Democrática Unitária confirma a sua intenção de, nas sedes competentes para o efeito:-----

1 - Rejeitar a assunção de competências que venham a ser transferidas por via dos Decretos-Lei setoriais que o Governo tem em elaboração;-----

2 - Reclamar:-----

- o início de um processo sério de descentralização, inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;-----

- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;-----

- o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos Municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do Poder Local e as competências dos seus órgãos;---

- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estrado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: "Duas ou três notas em relação à intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz sobre a transferência de competências para as autarquias locais.-----

Em primeiro lugar, penso que a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz não conhece a nova atualização, digamos assim, daquilo que está a ocorrer relativamente ao processo de transferência de competências.-----

Não há na lei nada que obrigue a que as câmaras tenham de decidir até ao dia 15 de setembro, porquanto efetivamente, foi recebida uma circular dando nota que esse prazo para os Municípios decidirem sobre a aceitação dessas delegações de competências só se efetivaria a partir da publicação dos diplomas setoriais previstos na Lei Quadro.-----

Eu quero aqui lembrar que temos o exemplo flagrante daquilo que aconteceu nas freguesias de Lisboa, que hoje é visto como um exemplo extremamente importante relativamente à questão das transferências de competências.-----



Com toda a sinceridade, não sei qual é a posição que a Câmara vai ter, nem a do grupo municipal do Partido Socialista. Estou a falar numa situação em que eu próprio sou um acérrimo defensor da delegação de competências.-----
Aquilo que eu vos posso transmitir é que destes 21 diplomas que, à partida estão previstos, serem transferidos para os municípios, eu julgo serem extremamente importantes e quem «apanhar o comboio» neste momento vai à frente e no futuro está muito mais bem preparado para trabalhar com estes diplomas.-----
Aquilo que está aqui também em causa é que ninguém é obrigado a aceitar qualquer das competências previstas nesses diplomas. As câmaras podem decidir por aceitar só uma, duas ou três, aquelas que forem convenientes. Podem não aceitar nenhuma transferência de competências neste momento, e daqui a um ano aceitarem aquelas que entenderem.-----
Mais fácil do que isto não existe. E por isso, eu acho de extrema importância a aceitação das delegações de competências tanto por parte dos municípios como, por sua vez, a transferência dos municípios para as freguesias.-----
Está mais que provado que tanto para as câmaras como para as freguesias, a eficiência do trabalho é muito melhor, muito maior e com custos muito mais reduzidos.-----
A capacidade de resposta localmente é muito mais favorável e mais rápida.-----
Maior proximidade e governa-se com uma maior equidade, no fundo, são tudo fatores que, na minha opinião, são extremamente importantes para aceitar a delegação de competências.-----
Eu julgo que a nossa Câmara Municipal deve aceitar a delegação de competências, até porque temos a questão do Mar, da Saúde, e das Escolas. Nomeadamente o Mar que passa para a gestão da Câmara Municipal, é extremamente importante.-----
Isto é apenas uma opinião pessoal relativamente a este caso.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----
SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu serei muito breve, não é em defesa da honra porque eu não me sinto minimamente ultrajada, mas é em defesa da verdade.-----
Para já agradeço ao Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede o facto de me ter corrigido pois naquela elencagem de jovens tinha deixado de lado a Juventude Comunista Portuguesa, mas já me disse que estavam lá, e isso para mim está sanado. Agora inscrevi-me para responder ao deputado municipal João Paulo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia do Paião, quando se referiu à posição política do Partido Comunista Português sobre a transferência de competências.-----



Não passará pela cabeça do deputado municipal João Paulo Pinto e de nenhum dos presentes, que a Coligação Democrática Unitária escreve coisas sem ter a certeza do que escreve e do que quer.-----

Então, eu dir-lhe-ei que, quando citei datas, eu me referia ao n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, o qual na sua alínea a) refere que as autarquias que não pretendam ver transferidas competências até 2019 se teriam de ter pronunciado até 15 de setembro. Na sua alínea b) diz que até 30 de junho do próximo ano se terão que pronunciar as autarquias que não pretendam ver transferidas competências no ano de 2020. E no seu n.º 3 diz que todas as competências se considerarão transferidas sem prejuízo de acordos anteriormente protocolados.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz jamais me passou pela cabeça afirmar que está a mentir.-----

Não estou neste momento com a lei, mas numa reunião que tive com o Ministro da Administração Interna e o Secretário de Estado, eles deram que esse prazo até ao dia 15 setembro tinha sido revogado. É uma informação, não estive a ler a lei. Esta foi a razão de lhe ter dito que a sua informação não estava correta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Sou um apologista da descentralização. O Partido Socialista é apologista da descentralização, o Partido Social Democrata é apologista da descentralização, e estamos todos a trabalhar em conjunto para a melhor solução. Quanto à Lei de Bases da política de descentralização não discordo dela. Quanto ao aspeto da execução prática, obviamente, já se viu que ela não pode entrar em cumprimento para o ano de 2019.-----

Para mim as políticas de descentralização são bem vindas, vêm retificar e homologar aquilo que já andávamos fazendo em vários planos, tais como ação social, saúde, transportes e outras áreas, onde queríamos intervir e não se conseguia, devido à burocracia e centralização dos poderes.-----

Sou claramente contra as regiões. Venham de lá esses poderes da administração central e dignifiquem-se as autarquias através de um verdadeiro desempenho de poder.-----

Tenho receio de algumas assimetrias. Não tenho receio para o Município da Figueira da Foz, porque felizmente temos uma cooperação técnica e recursos humanos que poderão dar uma resposta eficaz e eficiente nessa política de descentralização.-
Cuidados e cautelas: esperar pela saída das leis sectoriais, fazer o levantamento,



a contability.-----

Há males do equilíbrio entre receitas e despesas que daí advêm, sendo certo que, neste momento, já só assumimos a despesa, não temos qualquer tipo de receita. Tudo o que vier dessa política de descentralização não será mal vinda.-----

O que nos propomos é analisar exaustivamente cada decreto setorial para equacionar se estamos em condições de poder ou não assumir as funções.-----

Em relação àquilo que é nuclear e querido ao Partido Comunista Português, a saúde e a educação, tudo o que seja área de definição técnico educativa continua a ser da competência do Ministério da Educação, bem como, a gestão de recursos humanos a nível do corpo docente.-----

Na saúde vamos ter mais cuidados, porque preservamos e defendemos um sistema integrado de saúde, o Serviço Nacional de Saúde e, portanto, nessa perspetiva, também não queremos assumir competências."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - BAIRO NOVO - CONTINUIDADE DO MULTIBANCO E DO CAIXA ATM APÓS O ENCERRAMENTO DO BALCÃO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Foi dito na última sessão deste órgão e transcrito para a ata hoje aprovada, que se a Caixa Geral de Depósitos no Bairro Novo não continuasse com o Multibanco e com o ATM, seria entregue nesta Assembleia Municipal uma recomendação a enviar àquela entidade bancária sobre este assunto.-----
Ora, eu não vejo tal recomendação entre os documentos que li."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, está aqui um documento através do qual fazemos um apelo ao EuroBic para deslocalizar a sua ATM. Também solicitei à Caixa Geral de Depósitos que mantivesse os ATMs abertos.-----
Infelizmente, não o fizeram, mas continuamos até porque se não conseguirmos que as entidades bancárias garantam o posto de ATM, teremos de tentar no âmbito dos nossos edifícios instalar um ATM. Para já, está-se a estudar a possibilidade de manter a mesma resposta com as dependências bancárias existentes, nomeadamente, Caixa Geral de Depósitos e Banco BIC."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - INSTAÇÃO NA MARINHA DAS ONDAS DE UMA EMPRESA DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária acompanha a contestação



da população do Sul do Concelho relativamente à pretensão da instalação de uma empresa de valorização de resíduos. Acha que aquela população está mais que sobrecarregada com uma indústria poluente e daí dar todo o seu apoio à pretensão da não instalação daquela unidade.-----

A Coligação Democrática Unitária avaliando algumas das ordens de trabalho de assembleias de freguesia que já ocorreram, lamenta a tentativa de desvalorização do poder local democrático através da não discussão dos problemas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rodrigues Nada.-----

MANUEL RODRIGUES NADA: “A minha intervenção vai ser sobre o pedido de licenciamento da atividade de instalação da BioEnergias, S.A. - Centro Integrado de Valorização de Resíduos no Canto das Rosas, Sampaio, Marinha das Ondas.-----

E começo por dizer que o local escolhido pela empresa em questão, fica somente a 86 metros do Restaurante Canta das Rosas, 8763 metros do Restaurante Caldeira, 825 metros do Restaurante O Mesquita, e fica a 640 metros da povoação de Sampaio e a 1.200 metros da povoação dos Matos.-----

A propriedade onde pretendem instalar esta unidade é atravessada por uma linha de água fundamental que desagua no Rego da Praia da Leirosa, local onde ainda hoje serve de lavadouro.-----

Os terrenos em questão não possuem saneamento ligado à rede, correndo o risco, portanto, de poluir a referida linha de água e não só. Corre-se também o risco de poluir os lençóis freáticos prejudicando todos os poços existentes e, portanto, as regas das pequenas propriedades agrícolas que rodeiam a área envolvente e que servem de sustento muitas vezes às famílias, que vivem de pequenas reformas ou de rendimentos muito baixos.-----

Aliás, esta situação já acontece nos quintais da Praia da Leirosa onde a água dos respetivos quintais tem a tonalidade de borras de café, apesar das garantias que nos são dadas diariamente pelas empresas locais.-----

Do aterro sanitário, entretanto, desativado devido aos odores desagradáveis que esta atividade origina, vai haver uma propagação de pragas, visando a saúde da comunidade e, neste momento, já sentimos permanentemente as mordeduras dos mosquitos e o cheiro fétido de uma pecuária existente na povoação e bem perto do local onde pretendem fazer esta instalação.-----

Só quem habita nestas zonas é que pode escrever a poluição que existe à sua volta. Sentimos nesta comunidade durante anos desvantagens do aterro sanitário que repito, já foi desativado, mas há ainda algumas consequências, a poluição do meio ambiental



local, a libertação dos gases tóxicos provocando náuseas e dores de cabeça, e problemas respiratórios.-----

Sabíamos quem era o abrigo dos transmissores de doenças como ratos e moscas. Se analisarmos a lista do tratamento de resíduos envolvente de uma atividade verificamos que são poluentes muito perigosos para a saúde de uma comunidade e, portanto, é uma atividade que não pode ser instalada tão próxima da população.-- Há locais apropriados para a sua instalação. Fala-se tanto da proteção e educação do meio ambiental! Então onde está a nossa segurança e das gerações vindouras?-- Chega de incomodidade, queremos sim na nossa freguesia empresas que nos tragam criação de postos de trabalho e ofertas de qualidade para o desenvolvimento e dinamização da nossa freguesia.-----

Não queremos este tipo de empresas em cima das nossas casas.----- Termino fazendo um apelo ao Presidente da Câmara Municipal, uma pessoa de bom senso que eu considero muito, e a toda a vereação: por favor, evitem que haja este licenciamento. Não queremos esta a empresa e esta atividade na nossa freguesia”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Está em estudo e em consulta pública a instalação de uma empresa de reciclagem de lamas com características próprias. Tem muito a ver com as Estações de Tratamento de Águas Residuais e aquelas que advêm do circuito económico do Concelho.-----

Numa fase para consulta, a questão que nos foi colocada foi a indicação de um espaço, nomeadamente uma pocilga a céu aberto, cujos efluentes corriam também a céu aberto para uma ribeira.-----

Tudo o que seja melhorar o que já existe é bem-vindo. Tudo o que seja reciclar sem grande impacto ambiental ou com mitigação do impacto ambiental já existente, é bem-vindo. Alguns apontamentos já aqui foram aflorados, nomeadamente um que me parece particularmente importante - a questão da emissão dos efluentes. Para onde é que vão? E com que qualidade e verificação são lançados nas linhas de água?--- Obviamente há aqui dois aspetos, a saber, a emissão de cheiros e a qualidade da água. É evidente senhores deputados, eu não escolheria o lugar, nem o indicaria se porventura não existisse essa pré-existência.-----

Agora, a dificuldade de gerir no Concelho a instalação de qualquer tipo de indústria, é sentida e verificada pelas condicionantes do Ordenamento do Território. Contudo, o Município estará convosco, atento ao cumprimento e verificação daquilo que são os índices de legalidade em estrito cumprimento da



lei.-----

As tecnologias hoje já vão permitindo que se possa fazer o tratamento adequado nestas indústrias. É evidente, tem um fim lucrativo, se não houver um fim lucrativo não há atividade económica, mas também tem um significativo impacto ambiental, na medida em que é mais um produto que é reciclado.-----

Estarei atento às vossas reivindicações e depois quando chegar o momento analisaremos em conjunto convosco.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - ZONA URBANA/RUAS DEGRADADAS/ABATE DE ÁRVORES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Sobre o abate das árvores, temos a mesma opinião e a mesma posição que tivemos e manifestámos publicamente. Mas, pergunto porque se faz aquela obra, porque se fazem aquelas obras? Fazem-se aquela as obras, mas continua a haver ruas lá para trás completamente degradadas.-----

Quem não desce com frequência a Rua 10 de Agosto? Quem não sobe a Rua 09 de Julho e a Rua da Restauração? Tantas ruas que precisam de ser intervencionadas e não o são. Já sei que os senhores vão dizer que esta é financiada, mas isso para nós não é razão.-----

E os estacionamento que não vão chegar? E os transportes públicos? O que se pretende é que as pessoas não levem carros, ora se não levam carros, vão a pé, ou vão de transporte público se os houver. Mas não há.-----

A Coligação Democrática Unitária percebe que é uma questão de opção. É verdade! Mas esta opção nunca seria a sua.-----

Consideramos que é uma obra de fachada que não traz o benefício à população, e os turistas nem esses provavelmente vão ter benefício.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - DIÁLOGOS COMSENTIDOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Adelaide Carraco Reis.-----

ADELAIDE CARRACO REIS: “Na noite de 14 de setembro do presente ano, a Figueira da Foz assistiu a uma iniciativa que em nada foge ao charme e tradição de pensamento livre que adorna as memórias do seu século 20. Uma mesa com 3 pensadores trouxe ao público uma apaladada discussão sobre humano e o divino.-----

Duas classes, duas dimensões, duas naturezas que estão constantemente no pensamento das sociedades, seja ele coletivo ou individual, com sentimento de pertença ou não.-----



Diálogos ComSentidos é o nome do projeto que está a devolver à nossa cidade reflexões mensais com painéis que conjugam fortes nomes figueirenses e referências nacionais, para partilharem os seus pontos de vista e experiências, sem se despirem das suas posições filosóficas ou religiosas, mas sempre em nome pessoal e não em representação de uma determinada organização.-----

Estes diálogos nesta primeira temporada vão acompanhar-nos até abril de 2019, com temas variados como a igualdade de género. Já no próximo dia 26 de outubro, a morte, o mistério e a fé, a meditação, os jovens e a comunicação, a sustentabilidade e o Estado laico, este último como interrogação. Todos os presentes foram convidados a estar na primeira conferência. Soube-se de um habitante da Ilha Terceira que se deslocou à Figueira da Foz exclusivamente para assistir e vivenciar a primeira conferência.-----

O Auditório do Museu Municipal Santos Rocha encheu e o clima vivido foi constantemente de estreita conexão entre o público e o painel. É ainda de louvar o apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz a esta causa.-----

Em meu nome, como colaboradora, e de cada um dos organizadores deste evento, bem hajam. Continuemos a apoiar este projeto que quer servir o nosso Município. Apoiemos no mínimo com a nossa presença."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - FIGBUS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Paulo Pinto.--

JOÃO PAULO PINTO: "De quando em vez fala-se aqui na questão dos transportes no nosso concelho.-----

E eu quero deixar aqui uma nota relativamente ao novo FigBus que circula no Sul do Concelho da Figueira da Foz e dar uma nota bastante positiva sobre o mesmo. Está a fazer um trabalho extremamente importante ao serviço das populações das localidades mais distantes do concelho, e das pessoas mais carenciadas. Com preços económicos em que é muito mais fácil as pessoas utilizarem este este transporte é, principalmente, o transporte para pessoas com mobilidade reduzida.-----

É evidente que este projeto ainda está no início, ainda não há uma informação total, mas como se costuma dizer boca-a-boca, as pessoas estão a utilizar cada vez mais este serviço. Eu desejava que o mesmo no final deste período experimental, tivesse continuidade, que a Câmara Municipal desse oportunidade de continuar com este projeto, porque em minha opinião está a ser um excelente serviço para o Sul do Concelho."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Estamos a testar o FigBus, isto numa relação de complemento com a linha de transportes escolares já existentes, e vamos ver o resultado.---- Se com isto conseguimos satisfazer as necessidades, principalmente as necessidades de acesso das freguesias à cidade, tudo bem."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - CONGRATULAÇÃO PELAS MEDIDAS DO EXECUTIVO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2018/2019

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Este Executivo Municipal, entre outros eixos de atuação, tem tido uma preocupação muito grande com tudo o que diz respeito aos aspetos educativos dos nossos jovens, procurando sempre as melhores soluções e a ajuda que melhor se enquadra para o sucesso e facilitação da Aprendizagem. Alguns aspetos relevantes:-----

Educação no ano letivo 2018/2019-----

- Transportes escolares-----

1 - Conseguiu-se a concertação entre as empresas rodoviárias e ferroviárias para maximizar a operação no Concelho, de forma a assegurarem o transporte dos alunos.

2 - Investimento significativo por parte da Câmara Municipal:-----

- Pagamento integral do passe escolar aos alunos do ensino secundário posicionados no escalão A da ação social escolar e uma comparticipação de 75% do valor do passe aos alunos posicionados no escalão B.-----

- Prevê-se que, para o ano letivo 2018/2019, o Plano de Transportes Escolares abranja cerca de 1.312 alunos, orçando-se em 520.000,00 € (quinhentos e vinte mil euros)-----

- Quatro viaturas municipais e viaturas da Cruz Vermelha Portuguesa para assegurar o transporte de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, desde que residam no Concelho, com um acompanhante por viatura.-----

- Refeições escolares/Prolongamento de Horário-----

- Investimento considerável e importante por parte da Câmara, a salientar:-----

- As novas regras do Caderno de Encargos que obriga a entidade a fornecer refeições com qualidade e segurança.-----

- O controlo de qualidade e acompanhamento do serviço de refeições é assegurado por uma nutricionista contratada pela Autarquia para o efeito.-----

- Despesa global estimada de 1.100.000,00 € (um milhão e cem mil euros).-----



- Para o Prolongamento de Horário a despesa estima-se em 188.800,00 € (cento e oitenta e oito mil e oitocentos euros).-----
- Aquisição de equipamento/mobiliário para a cozinha da Cantina Escolar de Maiorca - 11.000,00 € (onze mil euros).-----
- Combate ao insucesso escolar-----
- Implementação do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o qual visa contribuir para a melhoria do sucesso dos alunos de forma a:-----
- combater o insucesso escolar e reduzir a saída precoce dos alunos das escolas.
- A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra contratualizou, no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, um Plano de Ação de Combate ao Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino para o seu território, tendo mesmo definido um conjunto de 11 ações, das quais 04 são da responsabilidade exclusiva de cada Município e 01 partilhada com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----
- Salas de Aula do Futuro com 06 técnicos.-----
- Empreendedorismo-----
- A Autarquia continuará a dinamizar um conjunto de projetos, em articulação com os agrupamentos e escolas secundárias não agrupadas, designadamente:-----
- O Programa de Promoção do Empreendedorismo nas Escolas;-----
- A Mostra de Ofertas Vocacionais e de Emprego; entre outros programas que complementam a formação pessoal e social dos nossos jovens.-----
- Obras realizadas em edifícios escolares-----
- Centro Escolar Cova Gala;-----
- Escola Básica 2,3 João de Barros - Retirada das placas de fibrocimento;-----
- Escola Secundária Cristina Torres.-----
- Obras de melhoramento a realizar brevemente em edifícios escolares-----
- Escola Básica do 1.º Ciclo de Brenha, Escola Básica do 1.º Ciclo dos Carvalhais e Escola Básica do 1.º Ciclo do Alqueidão;-----
- Escola Básica do 1.º Ciclo de Santana, Escola Básica do 1.º Ciclo do Castelo e Escola Básica do 1.º Ciclo do Paião;-----
- Outros projetos:-----
- Projeto Partilha com Energia;-----
- Projeto Educar para o Direito;-----
- Projeto «Reforço das capacidades de Adaptação às Alterações Climáticas».-----



Estas algumas das importantes iniciativas que vão fazer toda a diferença e que ajudarão os nossos jovens na sua caminhada educativa já que serão eles o futuro do nosso país.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: “Não querendo deixar de salientar que aquilo que a deputada municipal Isabel Guardão Tavares referiu é importante, queria também dizer que não posso partilhar da mesma opinião dela, porque há coisas básicas, nomeadamente, para as nossas crianças que devem ser tomadas em conta.-----

Nomeadamente, eu sou pai de uma criança de 3 anos que está numa escola pública e não posso ficar confortável quando são solicitados garrafões de água para as crianças, material de primeiros socorros para que os educadores tenham material caso as crianças se magoem, e tinteiros para as mesmas fazerem os seus trabalhos. Como deve compreender deputada municipal Isabel Guardão Tavares as coisas básicas são muito mais importantes do que todas essas obras que referiu.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Eu elenquei aqui uma série de notícias muito importantes para educação na nossa cidade, de interesse para ajudar os nossos jovens a percorrer a sua vida académica e a tornarem-se adultos com mais armas e bagagens para o futuro.-----

O deputado municipal Tiago Cadima Jorge falou aí não sei quê, numa escola do seu filho, uma coisa absolutamente extemporânea que eu não percebi muito bem.-----

E pergunto eu se é da competência da Câmara? E a câmara já sabe? Já deu informação à Câmara nesse sentido? A câmara está sabedora daquilo que o senhor acabou de dizer?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: “Ora, respondendo à deputada municipal Isabel Guardão Tavares, não é que eu tenha nada contra si, aliás, eu até disse que fez muito bem em ter falado nas obras do regime.-----

Acho muito bem, não tem problema nenhum. Agitação e propaganda por mim está tudo bem. Só que do meu ponto de vista as casas começam-se pelas coisas básicas, começam-se por baixo e depois fazem-se os telhados.-----

Vou-lhe o agora ler uma mensagem que enviaram ao Vereador Nuno Gonçalves, uma missiva que lhe enviaram, ele poderá confirmar, caso o entenda: «Tal como falámos hoje de manhã, o início do ano letivo do Jardim de Infância de Buarcos não começou da melhor maneira. Na sala azul, que esteve fechada em anos anteriores, começou



sem recursos educativos para o funcionamento normal das atividades e sem material de base de primeiros socorros, pensos rápidos, pomadas cicatrizantes, etc. Assim, foi solicitado aos pais lápis de cor, pastas, papéis, cartolinas, materiais específicos para determinadas atividades dentro da sala, pedidos que foram de imediato concedidos, podendo compreender a argumentação da falta de recursos financeiros e de atrasos na atribuição das respetivas verbas a estes casos.-----
Sendo certo que todos os pais possam contribuir, mediante as suas possibilidades financeiras, para o material didático de uso diário dos seus filhos em contexto de sala, já não se compreenderá que esta medida possa ser estendida a material de base na atividade corrente da escola.-----
E, a título de exemplo, explica que foi pedido pela educadora da sala azul da nova escola se seria possível adquirirmos tinteiros para impressoras que simpaticamente uma colega lhe terá emprestado.»-----
Não podemos afirmar que defendemos a escola pública sem garantir que todos, mesmo todos, com condições ou sem condições de recursos financeiros, tenham ao seu dispor os meios necessários para levar por diante o seu projeto pedagógico.-----
E aqui senhora deputada vou frisar, ora, no caso presente, esta realidade está longe de ser alcançada pelo que solicito que possa, no âmbito das suas competências Senhor Vereador, ajudar a resolver os problemas que identifiquei. E aproveito também para que possa solicitar a aferição destes assuntos junto de todas as escolas do ensino pré escolar que se encontrem em situações idênticas.-----
É isto que eu lhe estava a chamar a atenção, porque apesar de terem feito todas essas obras elencadas pela deputada municipal Isabel Guardão Tavares, e eu na minha intervenção comecei por dizer e muito bem, não podemos ter essas coisas boas quando as crianças estão a passar por estas necessidades nas escolas. E essa é também a responsabilidade por parte do Município da Figueira da Foz.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----
PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deputado municipal Tiago Cadima Jorge a propósito desta questão, é um email, por acaso enviado hoje às 16,00 horas. Quanto a esta matéria os agrupamentos escolares têm perfeita autonomia na gestão dos seus fundos, e o Município não tem nenhuma intervenção, nem tem de o fazer.-----
O aprovisionamento é garantido pela direção da própria escola ou agrupamento e que nos coloca as questões. Em via de regra, felizmente, temos satisfeito todos os apelos como eventualmente, poderemos satisfazer este que aqui caiu hoje às 18 horas.-----



Agora não se pode dizer abriu a escola e faltam lápis de cor. Se o agrupamento nada nos disser a Câmara Municipal não pode adivinhar.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - DESLEIXO NO TRATAMENTO DA CIDADE POR PARTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Paulo Martinho Pinto.-----

PAULO MARTINHO PINTO: “Trago hoje a esta assembleia, provavelmente aquilo que os figueirenses mais sentem, o desleixo cada vez mais evidente com que este executivo trata a cidade. É notório e está à vista de todos, basta andar pela cidade e estarmos atentos ao que os nossos olhos vêem.-----

Trago alguns exemplos e tenho pena de apenas ter 03 minutos para a minha intervenção, pois iria precisar 03 horas.-----

A maioria das calçadas estão num estado miserável. Eu, tal como muitos figueirenses, temos o hábito saudável de caminhar pela cidade, mas hoje em dia ao andar pelas calçadas mais parece que estamos num trail.-----

A calçada está cheia de covinhas, toda torta, propícia à entorse para os mais desatentos. Pontos de água ou não os há ou estão constantemente avariados. A zona da Praia do Forte onde estão instaladas algumas máquinas de manutenção, nem tenho palavras para aquilo. Máquinas avariadas há semanas!!! Ervas que nunca foram aparadas!!! Sinceramente aquilo mais uns dias e podem fazer um campo de paintball. Tem muitos abrigos de ervas altas e lixo.-----

Continuemos a volta pela cidade. Nas Abadias basta observar, a relva só chega a alguns pontos logo está a ser mal regada, e quando começa a crescer está baixinha nuns sítios e noutros já está um matagal. O piso é só buracos, bom para quem se quer preparar para a prova de obstáculos.-----

Não tarda não se sabe o que é caminho ou o que é relva, visto que as ervas já estão por todo o lado. Continuando pelas Abadias, o parque infantil e só raízes, e no dia em que alguma criança se magoar quero ver como vai ser.-----

Existem pela cidade cartazes com eventos realizados há 02 anos. Inacreditável!--

A iluminação que existe na cidade tem postes tortos aqui e ali, globos partidos, muitos sem luz, mas em Buarcos andam a substituir os antigos por LEDs, quando, na verdade vão ser arrancados em breve. Não haja dúvida que nesta cidade tudo é programado!-----

As ciclovias que os senhores implementaram pela cidade são outra maravilha para a vista. Penso que nunca mais foram pintadas.-----



Por falar em pinturas basta circular aqui pela Avenida Saraiva de Carvalho não se consegue distinguir onde é a faixa de rodagem. E isto aqui à vossa porta. Se isto não é desleixo, então, não sei o que é.-----

Termino com o seguinte - o slogan da vossa campanha foi compromisso, desculpem que vos diga, mas devia ter sido desleixo, que é com isso que os figueirenses estão a levar."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - INTERVENÇÕES DA ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A. NO ESPAÇO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Alves Macedo.-----

PEDRO ALVES MACEDO: "Uma pequena nota sobre a intervenção dos serviços técnicos das Águas da Figueira, S.A. quer nas rodovias já existentes, mas, principalmente naquelas que foram intervencionadas e nas quais a câmara gastou bastante dinheiro. Estou a falar nomeadamente na parte Sul que melhor conheço.-----
Obviamente onde eles intervêm nada fica como estava. Para já, demoram muito tempo a reparar e depois quanto pintam de alcatrão fica um buraco. Apelava aos serviços técnicos da Câmara Municipal da Figueira da Foz no sentido de zelar melhor pelo erário público."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - CENTRO DE SAÚDE DO PAIÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Alves Macedo.-----

PEDRO ALVES MACEDO: "O município deve estar na primeira linha de defesa dos seus munícipes em todas as áreas e, neste caso, em particular, num do seu bem mais precioso que é a saúde.-----

E vou falar hoje aqui relativamente à desqualificação de várias extensões de saúde que temos vindo a assistir no Concelho da Figueira da Foz. Como se sabe a desqualificação de um serviço leva a médio prazo ao seu encerramento.-----

Temos assistido a alertas e reivindicações de alguns responsáveis autárquicos no sentido de inverter esta tendência, e muitos desses esforços têm resultado em algo positivo.-----

Para os mesmos, eu manifesto o meu apoio e a minha solidariedade. Mas hoje vou-me referir em concreto à minha freguesia do Paião.-----

Tenho alertado ao longo dos anos, quer a nível da Assembleia de Freguesia onde pertenci durante muitos anos, nas redes sociais, na comunicação social, etc., para a situação que hoje estamos a viver. Infelizmente e digo e repito, infelizmente, tinha razão.-----



A resposta que sempre tive do responsável autárquico resumiu-se a isto - que tudo estava controlado, nada se passava e que eu desestabilizava a população. Nem sabia que tinha essa capacidade, acreditem, e mais que andava a levantar boatos, que tudo o que dizia ou escrevia eram absolutas mentiras, que andava a deixar as pessoas alteradas com falsas notícias.-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Paião quanto à sua legitimidade democrática para o cargo que ocupa essa é absolutamente inquestionável, mas permita-me que afirme que quanto à sua capacidade para gerir os superiores interesses dos seus munícipes, e neste caso, em particular, o da Saúde, o bem mais precioso que temos, frustrou completamente as expectativas. Porque se alguém tem andado a enganar os munícipes é o senhor.-----

A este nível e nesta matéria atrevo-me mesmo a dizer que o senhor tem sido um ativo tóxico para a Freguesia do Paião.-----

Vejamos somente alguns exemplos, prometeu obras necessárias no Centro de Saúde do Paião, já anteriormente, mas vou-me só cingir às promessas em vésperas de eleições, refiro-me a setembro de 2017.-----

Depois passaram a promessa das mesmas obras para janeiro de 2018, isto em campanha eleitoral. Agora vem com os problemas criados pela titularidade do edifício, de ser ou não propriedade do Município ou da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., etc. Eu pergunto, não sabiam o responsável autárquico e os demais, destes pormenores em campanha eleitoral? Se sabia porque é que prometeu?-----

Outro exemplo e este bem mais grave, as consultas alargadas funcionavam de segunda a sexta-feira na Freguesia do Paião das 15,00 às 20,00 horas. Funcionaram muito bem ao longo de muitos anos. Todos os utentes da zona Sul o sabiam e sempre funcionou exemplarmente bem. Porque as pessoas sabiam que recorrendo àquele serviço não tinham necessidade de recorrer ao Hospital Distrital da Figueira da Foz com pequenas urgências, pequenas patologias, entupindo assim um serviço de excelência que é o Hospital Distrital. Até que foram reduzindo, reduzindo, reduzindo as consultas alargadas e hoje elas acontecem somente um dia no Centro de Saúde do Paião, que é à terça-feira.-----

No passado dia 01 de setembro, por ordem superior até esse dia de atendimento que era à terça-feira acabou. Nada foi comunicado.-----

Denunciei esta situação no dia 17 de dezembro. Curiosamente, no dia 18, e tenho aqui o comunicado afixado depois da minha comunicação e 18 dias depois de ter encerrado o serviço, só 18 dias depois, por ordem do Dr. Carlos, Diretor do



Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, os serviços não podiam funcionar até às 20 horas por limitação de recursos humanos, sendo os utentes reencaminhados para a Extensão de Saúde de Lavos e para o Hospital Distrital da Figueira da Foz. Dia 22 deste mesmo mês, o Presidente da Junta de Freguesia do Paião emite um vídeo nas redes sociais onde mais uma vez desmente as notícias sobre este tema, afirmando que as consultas, ou melhor a consulta alargada porque é só um dia no Paião, não iam terminar, e que esta era uma situação temporária.-----

E pasme-se, pela primeira vez vi e ouvi o Presidente da Junta de Freguesia do Paião a aconselhar os seus munícipes a não aceitarem o reencaminhamento dos processos médicos para a Extensão de Saúde de Lavos, coisa que já tinha sido feita por muitos outros autarcas neste mesmo sentido.-----

Outro exemplo, a Junta de Freguesia do Paião contratou em 2017 um médico, pagando-lhe o alojamento, água, luz, e naturalmente o seu vencimento, através de um protocolo celebrado com a Administração Regional de Saúde.-----

Foi uma medida que apoiei incondicionalmente quando estava na Assembleia da República e era uma imagem de mais valia. Mas depois vem o mais bonito que é isto, à quarta-feira porque o Centro de Saúde do Paião fecha à quarta e à sexta-feira à tarde, este médico que era «sustentado», perdoem-me a expressão, pelo Centro de Saúde do Paião ia fazer serviço para Lavos, ficando o Centro de Saúde do Paião encerrado. É no mínimo curioso!!!-----

Perguntava também a razão de muitas vezes os médicos que fazem parte dos quadros do Centro de Saúde do Paião irem fazer consultas para Lavos, ficando aquele encerrado.-----

Porque é assim, nós temos vindo a assistir a situações do género, as pessoas deslocam-se aos seus centros de saúde, digamos, da sua área de residência, onde sempre se deslocaram e dizem que não há médico, não há consulta, para irem a Sul a Lavos ou a Norte às Alhadas. Umam pessoas aceitam outras não. Porém, não fica registada a sua passagem pelos seus centros de saúde onde queriam a consulta, mas fica registado onde foram ter a consulta.-----

No final do ano, os números que, como já aqui se viu em Maiorca, por exemplo, passaram de 1.800 utentes para 800 num curto espaço de tempo. E depois é muito fácil chegar ao final do ano e dizer que não se justifica manter uma estrutura destas, pessoal de limpeza, auxiliar, médico, enfermagem, etc., só para meia dúzia de utentes.-----

Esta é política encapotada de encerramento dos Centros de Saúde, limitando a saúde



que é o bem mais precioso que temos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Respondendo ao deputado municipal Pedro Alves Macedo tenho apenas de lhe agradecer pela constante divulgação do Centro de Saúde do Paião. É de facto notável a promoção que traz ao Centro de Saúde do Paião, só que infelizmente, pela negativa.-----

O deputado municipal Pedro Alves Macedo tem sido um agente desestabilizador e causador de ansiedade junto da população local.-----

Eu posso dizer-vos que, desde 2009, o cidadão Pedro Alves Macedo em quatro ou cinco sessões de Assembleia de Freguesia realizadas por ano, em todas diz que as valências encerraram ou que vão fechar.-----

Ora, «tantas vezes vai o cântaro à fonte...» que um dia pode partir! É como aquela velha máxima - uma mentira contada tantas vezes passa a ser verdade.-----

Mas dizer que o Presidente da Junta de Freguesia tem responsabilidade na gestão do Centro de Saúde, só pode estar a brincar!-----

Porque, de facto, todos sabemos que a gestão de Centro de Saúde não é uma atribuição da Junta de Freguesia nem do Município. A Junta de Freguesia, obviamente, está junto da população a ajudar a suprimir deficiências e situações que ocorram. Tanto é que o deputado municipal Pedro Alves Macedo disse-o e muito bem, que a Junta de Freguesia em 2017 sabendo que tinha menos médicos ajudou a custear as despesas para ter mais um médico provisoriamente, cerca de um ano, para estar ali a trabalhar.-----

Se nós temos médicos que vem do Centro de Saúde da Marinha das Ondas, do Centro de Saúde de Lavos, e de São Pedro dar consultas ao Paião, então o médico ao serviço do Paião também não tem de ir dar consultas aos outros lados? De facto, não dá para entender o que as pessoas pretendem!-----

Reafirmo que a vontade é tão grande em que o Centro de Saúde funcione que o deputado municipal Pedro Alves Macedo acaba por se espalhar ao cumprido.-----

Uma prova recente disso, é o facto da deputada da Assembleia da República, Ana Laborda Oliveira, ter feito uma interpelação ao Ministro da Saúde relativamente ao eventual encerramento ou ao menos bom funcionamento de algumas valências no Centro de Saúde de Maiorca e do Paião, e o deputado municipal Pedro Alves Macedo ter postado na Internet a intervenção da deputada, Ana Laborda Oliveira, da Figueira da Foz, sobre o encerramento dos Centros de Saúde, nomeadamente, o de Paião e de Maiorca.-----



Se alguém acha que isto é bom para a população e se é para atingir o Presidente da Junta, acho que estamos a prestar um mau serviço à população, e por isso mesmo não concordo.-----

Sempre estive junto da população e aquilo que eu posso garantir até hoje, com o apoio da Câmara Municipal, Presidente da Câmara e Vereadores, é que tudo temos feito e que temos estado junto de quem de direito para que as coisas funcionem. - Tanto é que, mais uma vez, o deputado municipal Pedro Alves Macedo errou quando num grande Post colocado oficialmente afirma «as consultas de recurso urgente alargadas terminaram definitivamente no Paião». O que é isto? Isto não é política. Isto não é tratar as pessoas como deve ser. E é isto que faz efetivamente que as pessoas vão procurar a outro lado. Se isto é, de facto, para fechar então vou para Lavos ou para outro lado qualquer.-----

Isto não se faz. Isto não é política. Isto é deitar abaixo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Vou ser muito sucinto e muito rápido. Agente desestabilizador nunca fui.-----

Primei sempre pela coesão e pela união das pessoas e o que tenho feito na luta pelo bem estar da minha freguesia provam-no.-----

Mentiras, eu não sou mentiroso, porque se eu fosse mentiroso... nem vale a pena falar.-----

Alertei atempadamente para a desqualificação dos serviços de saúde no Centro de Saúde do Paião. Têm vindo ou não a ser desqualificados? A mentira é minha?-----

O Centro de Saúde do Paião funcionava todos os dias de segunda a sexta-feira, agora fecha dois dias durante a semana e há muitas valências que já não tem. É verdade ou mentira?-----

Relativamente à deputada da Assembleia da República, Ana Laborda Oliveira, por quem eu tenho muito respeito, ela interveio e muito bem, e fez questão de numa comissão parlamentar de inquérito questionar legitimamente o Ministro da Saúde, relativamente à situação das Alhadas, Lavos e falou do Paião e outros Centros de Saúde. É crime publicitar isto?-----

No tocante aos encerramentos é uma mentira encapotada que está à frente de todos nós, pois como já referi há pouco encerraram no dia um de setembro as consultas por limitação de recursos humanos. Não dizem nada à população, não dizem nada a ninguém seja a quem for.-----

Quando eu no dia 17 de setembro alerto e publicito que os serviços encerraram,



curiosamente, no dia seguinte, 18 de setembro, aparece informação que oportunamente será dada nova orientação.-----

Vou esperar, e registo este dia 27 de setembro, que os serviços de saúde do Paião voltem a funcionar. E isto que fique registado, eu tenho uma cópia em fotografia do comunicado colocado no dia 18 de setembro.-----

E depois sou eu o mentiroso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Rui Pinto Ferreira.-----

RUI PINTO FERREIRA: "O que me leva a falar aqui hoje acaba por ser um bocadinho em resposta ao deputado municipal Pedro Alves Macedo do grupo municipal do Partido Social Democrata.-----

Agradeço, obviamente, toda a preocupação que tem com o Posto Médico de Maiorca. A preocupação é bem-vinda, infelizmente, já peca por tarde.-----

Nós tínhamos à data do executivo de 2009 aproximadamente 3.000 habitantes, 2.400 eleitores, quase todos estariam inscritos no Posto Médico de Maiorca.-----

Durante os últimos anos, houve uma redução drástica destes mesmos inscritos no Posto Médico de Maiorca e chegámos ao início do nosso mandato, neste caso 2017, com um valor aproximado de 1.200 inscritos, ou seja, perdemos mais de metade ao longo destes oito anos. Muito pouco foi feito pelo líder do Partido Social Democrata que geriu a Junta de Freguesia de Maiorca.-----

Aproveito para relembrar que em 2009, no período entre 2009 a 2013, tive a feliz sorte de ser o Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia de Maiorca, eleito pelo Movimento "Figueira 100%", do qual muito me orgulho, e tivemos uma única reunião na Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. onde discutimos, debatemos e falámos sobre aquilo que ia ser o futuro do Posto Médico de Maiorca.

Durante 8 anos, não houve mais nenhum tipo de intervenção, reclamação ou reivindicação e, progressivamente, fomos perdendo utentes, foram sendo reencaminhados para Postos de Saúde próximos. Nem discuto a qualidade dos mesmos, porque obviamente, é uma qualidade fantástica, mas lamento imenso que, durante 8 anos, o Partido Social Democrata, hoje tão preocupado com o Posto Médico de Maiorca, não tenha feito algo mais.-----

O executivo da Junta de Freguesia eleito pelo Partido Socialista corre hoje o risco de ser quase apelidado de «encerrador» do Posto Médico. Mas não somos. Lamento imenso, mas tudo fizemos desde o primeiro dia quando tomamos posse.-----

Num ano de mandato já tivemos duas reuniões com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e no mandato do Partido Social Democrata houve uma única reunião,



onde tive a felicidade de estar presente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Irei intervir em defesa da honra em relação às palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca e deputado municipal Rui Pinto Ferreira.-----

Parece-me mais uma vez que reduzir isto a questões meramente partidárias e mais uma vez estar a colocar a questão da culpa no Partido Social Democrata, fica-lhe mal, até porque ainda não apresentou as contas da Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca.-----

Portanto, tenha calma. Não lhe fica bem estar sempre a criticar o executivo da Junta de Freguesia, quando sabe perfeitamente que o Posto de Saúde provavelmente, vai fechar, e depois, evidentemente, a questão vai-lhe ser colocada a si.-----

Sabe perfeitamente que os Presidentes de Junta não têm muito poder de atuação em relação a isto, e sabe perfeitamente que até a própria Câmara Municipal tem dificuldades na gestão destes processos.-----

Não lhe fica bem acusar assim o Partido Social Democrata e o executivo da Junta do Partido Social Democrata. Fica-lhe mal e o grupo municipal do Partido Social Democrata queria outra intervenção da parte dos presidentes de junta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O executivo tem dialogado com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. no sentido de valorização dos cuidados primários de saúde. Deseja-se mais centralidade, mais consulta, e a otimização da gestão dos recursos existente, e mais meios de diagnóstico.-----

Queremos que as pessoas tenham acesso a consulta fora do espaço hospitalar e uma relação complementar entre os Centros de Saúde e o Hospital Distrital da Figueira da Foz. Para nós a saúde sempre foi uma prioridade, um bem inestimável a defender, portanto, queremos esta compatibilização.-----

Estamos com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. nas exigências que nos colocarem, nomeadamente, alargamento do Centro de Saúde do Paião. O Município já se disponibilizou e está em estudo.-----

Centro de Saúde de Marinha das Ondas - foi efetuada uma visita e um apelo à Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. no sentido de nos esclarecer quais as especificações técnicas para a recuperação da escola, tendo em vista proceder-se à intervenção.-----

Obviamente que nestes Centros de Saúde, nos dois que criamos, Alhadas e Lavos,



queremos boa qualidade, mais consulta, melhor poder de diagnóstico, e melhores cuidados de saúde primária."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - VEREADORES DO EXECUTIVO SOCIALISTA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Nesta assembleia já tive a oportunidade depois de ouvir e ler uma entrevista dada a um órgão de comunicação social pela Vereadora Ana Carvalho Oliveira, de elaborar uma série de questões que não obtiveram qualquer resposta, demonstrando que tal entrevista foi um exercício de pura demagogia.--- Ora, parece que o aparecimento da comunicação social junto dos Vereadores do Partido Socialista provoca uma necessidade imensa de falarem, e como trabalho desenvolvido é ínfimo ou mau há que entrar na ilusão e na demagogia.----- No dia da celebração da elevação a cidade da Figueira da Foz, na Figueira TV o Vice-Presidente da Câmara, líder do Partido Socialista da Figueira da Foz, afirma: «A Figueira é uma cidade sustentável, uma cidade agradável para quem cá vive e para quem nos visita».-----

Certamente com os espaços públicos degradados como estão, sujos, ruas esburacadas etc. Diz também melhores centros de saúde, claro a fecharem ou a diminuírem as suas valências.-----

Ainda diz «melhores condições para a prática do desporto», grande exemplo é o Estádio Municipal José Bento Pessoa. Preocupação com o meio ambiente pois, só agora existe local para abastecer os veículos elétricos quando noutros municípios já existiam há muito. A colocação de mesas de betão na praia e que aqui se chama a atenção para a resolução deste problema, porque este ano com enorme afluxo de turistas havia filas para utilizar aquele espaço e aquele equipamento tão bom.-- Com obras para colocar mais betão, com o abate de árvores, etc. aqui está esta grande preocupação com o ambiente!-----

É claro que a seguir vem o Vereador Nuno Gonçalves que disse que a Figueira está a construir e a ter um desenvolvimento brutal, que se está a investir brutalmente em todas as áreas. Senhor Vereador seja brutal a quantificar e especificar tais investimentos, se faz favor.-----

Por fim, a Vereadora Mafalda Mendes Azenha, isto hoje toca a todos peço desculpa, que afirma «tivemos um verão preenchido de turistas e pessoas». Acho isto um bocado estranho, mas enfim devem ser diferente tipo de turistas! Que existem muitas pessoas que querem investir na Figueira da Foz, em indústria e em serviços.-----



Senhora Vereadora especifique, seja objetiva. Que investimentos? Para quando a sua concretização? Será que se trata de mais mercearias a implantar no nosso Concelho? Senhores Vereadores não se entusiasmem tanto em falar aos órgãos de comunicação social. Trabalhem mais, faz favor. Procurem efetivamente atrair investimento, principalmente na indústria, para que se fixem mais pessoas no nosso Concelho. Parem com a utilização da demagogia.-----

Termino citando o filósofo Noam Chomsky «se partirmos do princípio de que o nosso próprio Governo é, por natureza, mais ético do que os outros governos, estamos a escolher viver num mundo de ilusão reconfortante. Para nos livrarmos dessa ilusão, temos de prestar atenção às provas daquilo que o nosso Governo faz realmente». -- Senhores Vereadores do Partido Socialista façam e deixem de viver na ilusão. Os eleitores não são ignorantes e já não acatam discursos desfasados da realidade.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Queria responder ao deputado municipal Manuel Rascão Marques, que de momento não está e agora vai ser o diabo dizer isto.----- Fez uma intervenção dizendo que os Vereadores corriam fortemente para a comunicação social. Certamente, não está a olhar para o seu umbigo!-----

Felizmente, está aqui um jornalista que recebeu na Semana da Juventude uma informação de que os jovens da Juventude Social Democrata não tinham sido chamados, nem perdidos nem achados, havendo ali qualquer coisa semelhante à Carbonária.--- Ninguém sabia bem o que se passava lá, mas alguma coisa se passava, eu até pensei que a família Buiça tivesse chegado a Tavarede sem me dizerem nada.-----

A maneira como o texto foi para o jornal é estranha. Eu acho que este jovem devia ter a hombridade de dizer que afinal as coisas não eram bem assim, até porque no segundo debate o Presidente da Juventude Social Democrata do distrito esteve presente, e esteve lá a debater o tema.-----

E agora quero avisar-vos a todos que efetivamente em Tavarede não há seccionismos, nem obscurantismo. Isso já acabou.-----

E eu enquanto Presidente daquela Junta de Freguesia se isso acontecer vou-me embora. É um compromisso que tenho com todos os meus companheiros de trabalho - quando o obscurantismo chegar a Tavarede o cidadão Fernando Lopes desaparece.---

Acho que é muito estranho e as pessoas têm de ter verticalidade naquilo que afirmam e, por isso, deviam ter a honra do partido que defendem. Quando erramos, então vamos fazer uma nota de imprensa e dizer errámos. Porque depois é muito difícil perceber que num debate daqueles estavam presentes jovens do Bloco de Esquerda,



da Juventude Socialista, da Juventude Popular e estavam lá também presentes os jovens sociais-democratas.-----

Para terminar reputo esta atitude de obscurantista, e chamo a atenção que quando se dispara uma bala... ela pode fazer ricochete e pode acertar-nos profundamente.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Serei muito breve e é só o direito de resposta à intervenção do deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

O deputado municipal e meu amigo Manuel Rascão Marques afirmou que as intervenções de três Vereadores na Figueira TV, aquando do aniversário da elevação da Figueira da Foz a cidade, mais não foram do que meras ilusões, mera fantasia. Foi mais ou menos isto que ele disse.-----

Eu tive ocasião de também ouvir estas intervenções e sendo certo que foram proferidas num ambiente, enfim, peculiar, não se justificaria ali naquele espaço de comunicação uma enumeração exaustiva daquilo que vem sendo feito pelos vários executivos do Partido Socialista.-----

Penso que nem seria esse o interesse dos ouvintes e penso mesmo que se isso fosse dito, o deputado municipal Manuel Rascão Marques e outros ouvintes ficariam com certeza fastidiados e não ouviriam mais o programa.-----

Efetivamente, entendo que o deputado municipal sabe em consciência que não houve ali fantasia.-----

Para mim, as suas palavras é que foram fantasiosas e sinceramente, tem de concordar comigo que está a fugir à verdade ao dizer que nada se faz, nada se fez e que nestes três mandatos o executivo do Partido Socialista nada tem feito.-----

Relembro a requalificação das escolas, dos Centro de Saúde, dos espaços públicos já feitos e por fazer, o alargamento da zona industrial e a nova Zona Industrial em projeto, os novos espaços desportivos, nomeadamente, o Campo de Treinos da Leirosa e a programada reconversão do Estádio Municipal José Bento Pessoa, o arranjo do Mercado Municipal, o Parque Municipal de Campismo, a redução para um terço da dívida que lhe foi deixada pelos executivos do Partido Social Democrata. Eu não me quero alongar mais, apenas quero reiterar que isto não é fantasia. Isto é a realidade. E o deputado municipal Manuel Rascão Marques sabe bem que aquele não era o momento para elencar tudo aquilo que vem sendo feito.-----

Para além obviamente, dos inúmeros eventos desportivos que tiveram lugar neste Verão e que, pelos vistos vão continuar a decorrer com bastante frequência. Isto não é ilusão! Isto é verdade! Isto é fazer bem aos figueirenses. Isto é política.”



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Peço desculpa pela minha reação, pois não me importo de reconhecer quando me excedo e, portanto, tem toda a razão. Não sabia que me tinha dado a oportunidade de falar, é a primeira vez que o faço, e vou fazê-lo estritamente em defesa da honra, o que não tem acontecido nas intervenções anteriores.-----

Em defesa da honra em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede e deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

Permitam-me usar a expressão «caramba» tinha pedido que vocês falassem, mas também não era preciso fazê-lo desta forma.-----

Eu já sabia que a argumentação da Câmara Municipal era «a culpa é do Santana» e nós fomos habituando a isto na Figueira da Foz. Portanto, parece que a Figueira da Foz terminou no ano 2000, tudo o que foi feito de lá para cá o Santana que fique com as culpas.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede pôs palavras na boca do deputado municipal Manuel Fernandes Domingues que ele não proferiu. Ele disse que era preciso sinalização, ele até saudou as obras. Portanto, fica-lhe bem agora reconhecer que se excedeu.-----

Em relação à Juventude Social Democrata eu nem sequer me vou permitir qualificar a forma como tratou os jovens hoje aqui. A Juventude Social Democrata é uma organização da Juventude eleita democraticamente e que visa a participação, assim como a Juventude Socialista, a Juventude Comunista Portuguesa, assim, como todas as juventudes partidárias.-----

A forma como tratou os jovens da Juventude Social Democrata não parece digna e o senhor sabe muito bem que a Juventude Social Democrata foi apenas convidada oito horas antes do evento. Mas vamos deixar isso para a Assembleia de Freguesia de Tavarede. Vamos deixar que a Juventude Social Democrata use os mecanismos que tem à sua disposição.-----

Já agora também não percebi muito bem qual o jornalista que estava a atacar porque estão dois presentes na sala. Ficou aqui implícito que parece haver aqui uma aliança Carbonária dos jornalistas com a Juventude Social Democrata. A sua não foi uma intervenção feliz, mas terá certamente três anos para fazer mais intervenções."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - PROJETO "CICLISMO VAI À ESCOLA"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Diogo Miragaia Lima.-----



DIOGO MIRAGAIA LIMA: "Hoje vou falar do Projeto «Ciclismo vai à Escola», iniciativa desenrolada esta semana.-----

O Município da Figueira da Foz foi o primeiro a ter este programa em funcionamento. É um enorme orgulho enquanto jovem figueirense ver mais uma aposta feita na melhoria da vida dos jovens. Esta semana os jovens figueirenses tiveram oportunidade de iniciar ou usufruir de um programa que não só é amigo da população mais nova, como é também amigo do Ambiente e de um modo de vida mais saudável.-- Todos os agrupamentos escolares na nossa cidade tiveram uma oferta de equipamento de ciclismo e de aulas oferta para que os alunos tenham a oportunidade de aprender e andar de bicicleta.-----

Esta iniciativa é muito mais do que um simples programa, é a confirmação de que o nosso Município está a caminhar a par das grandes cidades europeias, a construir mais ciclovias, a criar zonas pedonais, e a melhorar o nosso sistema de mobilidade de uma forma mais saudável.-----

E, portanto, é também de salientar a promoção da economia local, tendo em conta que foram consultadas três empresas do ramo, e a escolhida para o fornecimento das bicicletas e de todo o equipamento associado foi uma empresa da Figueira da Foz. Aproveito também para saudar o já adjudicado sistema de rede de bicicletas partilhadas que vai poder servir toda a população e também quem nos visita. Uma grande mais valia para a nossa cidade.-----

Esta é mais uma oportunidade de seguir os bons exemplos dos nossos vizinhos europeus e passar a usar este meio de transporte amigo do Ambiente para a maioria dos nossos percursos diários.-----

Numa cidade como a Figueira onde temos excelentes condições de acesso na marginal e percursos com ciclovias de excelência, ao contrário do que já hoje aqui foi dito, faz todo o sentido começarmos a optar por um meio de mobilidade suave mais amigo do Ambiente, muito prático e que serve a necessidade das pessoas, sobretudo para pequenas e médias deslocações que não justifiquem a utilização do carro ou de outros transportes.-----

Temos de ter em conta que não podemos levar o carro a cada 50 metros onde nos deslocamos.-----

Para o grupo municipal do Partido Socialista é um enorme orgulho ver a nossa cidade a modernizar-se e a tomar decisões políticas que beneficiam o ambiente e a proporcionar modos de vida mais saudável para todos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



P - ABRIGO DE AUTOCARRO NA LEIROSA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Só queria aqui um elencar três situações base que me levam a pensar que se calhar nem tudo está bem.-----

Por exemplo, já aqui ouvi várias vezes defender os serviços da Câmara Municipal, mas foram colocados novos abrigos de autocarro e muito bem, mas pasme-se, na Leirosa que é um local onde eu vejo mais crianças o abrigo do autocarro está destruído desde a altura que se inaugurou o sintético do Campo de Futebol, há uns anos atrás, e até hoje nem a Câmara Municipal nem a Junta de Freguesia fez nada. Não tem telhado, as pessoas estão ali ao sol e na Leirosa o sol até queima bem, e nada. Será que não havia verba para colocar um abrigo de autocarro na Leirosa?"-

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - PARQUE EUROPA - EXTINÇÃO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO DESTINADOS A GRÁVIDAS PARA DAR LUGAR AO CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Foi feita uma intervenção aqui ao lado neste Parque Europa para carregar os veículos elétricos. Mas pasme-se, foram apagados os lugares de grávidas.-----

Isto faz parte da legislação, é necessário, obrigatório, a lei exige que existam lugares nos parques de estacionamento específicos para grávidas. Foram apagados simplesmente. Isto é básico."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - PARQUE DO LAGO DE MAIORCA - DESAPARECIMENTO DA PLACA DE AGRADECIMENTO AO ENG.º DUARTE SILVA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Gostava também de aqui alertar para o seguinte. Como sabem o Parque do Lago de Maiorca é um parque que efetivamente deixou os Figueirenses e os Maiorquenses orgulhosos da obra ali feita.-----

O Eng.º Duarte Silva e a sua família contribuíram muito para aquele parque existir, nomeadamente, com a cedência de alguns terrenos à sua volta. Constatado que foram feitas intervenções e muito bem, o Parque foi remodelado, e a placa que existia a agradecer ao Eng.º Duarte Silva desapareceu.-----

Isto é o que se passa no Concelho. Acho muito bem que a Câmara faça, mas também há pequenas coisas com as quais devemos ter cuidado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Rui Pinto Ferreira.-----



RUI PINTO FERREIRA: "Respondendo ao deputado municipal Manuel Fernandes Domingues que abordou o Parque do Lago de Maiorca.-----
Houve uma placa inicial que na altura, obviamente, daria todo o mérito ao Presidente da Câmara Municipal Eng.º Duarte Silva e ao Presidente da Junta de Freguesia José António Borges Ligeiro. O atual executivo descerrou uma placa simbólica, simplesmente porque a placa existente entre o período de 2004 a 2009 desapareceu. Mas lamento que o executivo Partido Social Democrata da Junta de Freguesia de Maiorca de 2009 até 2017 não tivessem colocado uma nova placa.-----
Não nós, vocês sim deveriam ter dado o mérito possível ao Presidente da Câmara Municipal da altura, Eng.º Duarte Silva, porque ele, de facto, merecia-o e o Presidente da Junta de Freguesia não merecia muito menos.-----
O atual executivo colocou uma placa simbólica, tenho de referir porque muitos de vós lamentavelmente não foram a Maiorca, onde se pode ler «A Freguesia de Maiorca agradece o apoio dos Maiorquenses e de todos quantos conceberam e construíram este espaço de lazer e recreio, Parque do Lago, destinado a servir os seus habitantes e aqueles que visitam a Freguesia e o Concelho.-----
Este espaço de ímpar beleza nasceu em 2004, nunca omitimos nem o vamos agora fazer, com o então Presidente de Junta José António Borges Ligeiro numa ação conjunta que envolveu voluntários e o Município.» Na placa inicial, isto não consta lá e não havia nenhuma referência a voluntários, nenhuma mesmo.-----
Volvidos 14 anos a 13 de julho de 2018, a Freguesia de Maiorca reconhece a prestimosa intervenção na requalificação deste espaço às seguintes entidades - Câmara Municipal da Figueira da Foz, Águas da Figueira, S.A., e mais uma vez aos voluntários da Cáritas de Coimbra - Comunidade Terapêutica Encontro. Mais uma vez, repito, não tinha nenhum agradecimento público, nenhum à data.-----
Para terminar, uma palavra de apreço a todos os Maiorquenses que mais uma vez deram de si mesmos para o bem estar da Freguesia de Maiorca.-----
Lamento que esta placa cause incómodo, mas sinto uma imensa tranquilidade, porque agradei a quem tinha de agradecer."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - INCLUSÃO DE PONTO EXTRA-AGENDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Proponho que seja incluído na Ordem de Trabalhos, a pedido do Presidente da Câmara, para ser discutido nesta sessão, o seguinte ponto:
- Acordo Judicial a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Tratofoz, Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. - Autorização da Assunção do Compromisso



Plurianual.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não me parece que estejam reunidas as condições para nós, em consciência, podermos votar este tão importante documento.-----

Só ontem tivemos acesso ao mesmo e a todo o processo que envolve milhares de páginas. Eu pedia encarecidamente que este assunto não fosse incluído na ordem do dia, uma vez que não me parece ter havido tempo considerado legal pelo grupo municipal do Partido Socialista, para a sua análise cuidada e, conseqüentemente, para uma votação em consciência.-----

Vou-me abster de qualquer consideração ao processo em si.-----

Assim, o grupo municipal do Partido Social Democrata solicita que o mesmo não seja incluído na Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal como extra-agenda, dado não ter sido possível estudar o dossier com a profundidade que ele merece."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "É plausível o argumento, no entanto, estamos aqui com uma pressão de tempo. Pediu-se a suspensão da instância à juiz, foi concedida, entretanto foi protelado no tempo e estamos numa situação limite para cumprir o estipulado pelo Tribunal.-----

Esta deliberação é absolutamente necessária. Eu tive um curto período de férias e de ausência que não permitiu que isto viesse atempadamente. Todavia, é uma situação sobejamente conhecida, não é uma novidade para o mundo municipal, e, portanto, aqui e só assumir uma decisão.-----

A fundamentação é exaustiva, por isso acho que estamos em condições e isso é extremamente importante para a gestão da Câmara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "O grupo de eleitos pelo Partido Social Democrata para a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, tendo em conta:-----

- 1 - o incumprimento do Regimento desta Assembleia Municipal;-----
- 2 - a sua oposição à inclusão, na forma como foi realizada, deste ponto na ordem de trabalhos;-----
- 3 - a necessidade de estudo de um assunto cujo processo contém milhares de folhas. Em protesto veemente com esta forma pouco democrática de atuação, condicionadora no sentido aprovação de uma proposta pouco fundamentada e mal esclarecida, e porque temos sérias e fundadas dúvidas acerca da legalidade da mesma, declara que irá abandonar esta sessão enquanto este assunto estiver a ser tratado, não prescindindo



da prerrogativa de lançar mão dos meios judiciais que investiguem esta decisão, para além de uma eventual providência cautelar para impedir a efetivação da deliberação tomada, com a consequente ação de anulação da mesma.-----

Lamentamos ainda que, nomeadamente, através da comunicação social se apregoe a putativa falta de razão da Câmara Municipal prejudicando-se de forma grave os interesses desta, tendo em conta que tanto quanto sabemos se trata de um processo ainda a decorrer em tribunal, sem sentença proferida e muito menos transitada em julgado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Este é um assunto que tem chegado ao nosso conhecimento apenas através de contencioso.-----

Primeiro os 4.600 milhões de euros exigidos e agora a empresa, que é boazinha, acaba por abdicar de 04 milhões e contenta-se com 600.000 euros. Nem sequer fiz a conta desta percentagem, mas é um bom pedaço a menos.-----

Entretanto, o Presidente da Câmara refere que estamos todos muito esclarecidos. Não é verdade. Estamos muito pouco esclarecidos.-----

Sabemos o que aconteceu na altura e temos esse trabalho de casa levantado exaustivamente. Lembramo-nos muito bem desse processo, mas em relação à questão que se tem vindo a arrastar desde 2014, e a empresa começou a queixar-se em 2011, não há, de facto, um esclarecimento cabal.-----

A Coligação Democrática Unitária não se afasta da discussão, mas votará contra a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos de hoje, exatamente pelos motivos aqui aduzidos pelo Partido Social Democrata, isto é, conhecimento limitado do que está em cima da mesa.-----

O Presidente da Câmara afirmou termos aqui uma pressão do tempo. Sim temos uma pressão do tempo - é tempo que decorre desde 2014, nomeadamente maio de 2014.---

O advogado da Câmara Municipal estava à espera que a Tratofoz dissesse se continuava ou não interessada nas suas pretensões. Portanto, isto é uma novela, mas nós desconhecemos os contornos muito precisos da mesma.-----

Por isso votaremos contra e participaremos da discussão se ela acontecer, mas lamentamos que ela venha a acontecer, se é que vai acontecer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Sem prejuízo dos esclarecimentos a serem dados pelo Presidente da Câmara, eu julgo que, obviamente, os documentos deveriam ter sido entregues com maior antecedência. É verdade e não negamos.-----



A pressão temporal existe mas, mesmo assim, penso terem sido cumpridos os prazos legais previstos de dois dias úteis e, portanto, os documentos foram entregues na terça-feira, cumprindo-se o disposto no n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 75/2013. - Trata-se de um acordo judicial que posteriormente transitará em julgado, porque se a sentença tivesse transitado em julgado não precisaríamos de estar aqui a autorizar a câmara a celebrar qualquer tipo de acordo. As pessoas mais por dentro da área jurídica, perceberão com certeza.-----

O processo vem a esta Assembleia Municipal porque implica encargos plurianuais a serem autorizados pelo órgão deliberativo nos termos da lei. Tudo o resto diz respeito ao acordo e à responsabilidade pelo mesmo será explicado pelo Presidente da Câmara, mas parece-me perfeitamente fundamentado na documentação que nos foi distribuída."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Gostaria muito que o Partido Social Democrata participasse na discussão. Com ameaças no plano de ordem formal, eu mantenho oportunidade e faço questão que apresentem isso ao crivo de quem entenderem para análise da bondade do projeto.-----

Ameaças não! Aliás, está na intenção do executivo que isso seja devidamente analisado, não só pela Assembleia Municipal, mas irei também submeter o processo a fiscalização do Tribunal de Contas.-----

Por todas estas razões, lamento que o Partido Social Democrata não queira ouvir o mérito e a bondade da defesa desta proposta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Em primeiro lugar, não é verdade que o processo tenha sido entregue com 48 horas de antecedência. Com essa antecedência foram-nos entregues meia dúzia de documentos que dizem respeito a um acordo.-----

Desafiava todos os deputados municipais a dizerem-me se consultaram o processo. É impossível. Eu e alguns colegas meus estivemos ontem na Câmara porque o Presidente nos facultou a consulta do processo, o qual é constituído por vários baús de documentos.-----

Os senhores vão tomar uma decisão aceitando apenas a boa-fé de quem lhes apresenta a proposta. Não tiveram oportunidade de estudar o processo.-----

Eu não vou fazer qualquer consideração em relação a um processo que não conheço na totalidade.-----

Ou seja, os senhores estão em desacordo com aquilo que propõem sucessivamente no



Regimento, porquanto, daqui a pouco, esta assembleia vai apreciar o Regimento onde é instituído que os documentos e os processos têm de ser entregues no mínimo com 48 horas de antecedência. Ora, isso não foi cumprido neste caso em apreço.-----
Estranho esta urgência em tomar uma decisão quando os documentos do processo dizem que o atual presidente da Câmara teve conhecimento desta situação em 2011, estamos em 2018, porquê esta urgência numa decisão onde se pretende aprovar um acordo de 600.000 euros, equivalente a cerca de 1% do orçamento da Câmara.-----
Porque é que nos está a ser imposta uma decisão no momento, sem o conhecimento total do processo, quando este processo é do conhecimento do atual Presidente a Câmara desde 2011?-----

O Presidente da Câmara diz não gostar de ameaças, pois nós também não! Não gostamos de ser obrigados a tomar uma decisão sem termos consultado o processo devidamente. Não houve tempo útil para o fazer.-----

Portanto, eu peço encarecidamente que este assunto não seja incluído na Ordem de Trabalhos, nem que seja preciso convocar uma Assembleia Municipal extraordinária, por forma a haver tempo suficiente para grupo municipal estudar este processo, o qual como já referi contém milhares de páginas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não é o processo nem o mérito e não somos nós que nos devemos pronunciar sobre isto. Estamos a analisar factos que ocorreram no mandato do Partido Social Democrata, e sabe o que está inerente aos atos e à responsabilidade.-----

Há um acórdão do Tribunal a dizer que a não admissão da suspensão das obras é razão suficiente para atribuir ou para reconhecer a indemnização, ou um eventual direito a ela. É isso que estamos a discutir aqui.-----

Já há uma sentença de 2014 do Tribunal a dizer que a Câmara andou mal e, portanto, estando o Município numa fase de julgamento onde pode ser condenado a uma indemnização que poderá ascender a 04 milhões de euros, apresentou um acordo de uma forma absolutamente sustentada.-----

Portanto, é a questão da forma, é a maneira como estão a insinuar, no fundo, a reverter o mal gerado pela má administração Partido Social Democrata contra este executivo. Nessa perspetiva, mantenho exatamente a proposta, porque tem factos mais que suficientes para serem não analisados."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não queria, mas tenho de referir que nem sequer nos foram



entregues todos os documentos necessários à apreciação e tomada de decisão deste processo.-----

Não queria entrar por culpas do Partido Social Democrata ou do Partido Socialista. Até porque se há decisão que dá início a este processo, é uma decisão do então Ministro do Ambiente José Sócrates, num governo Partido Socialista, que teve a ideia brilhante de criar aterros sanitários por todo o país.-----

Se é verdade que há eventuais erros no processo relativos a este triste assunto para a Figueira da Foz, não me parece que partidizar esta questão fique bem sequer ao atual presidente da Câmara da Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do Bloco de Esquerda, e doze votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, incluir este ponto na Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O MANDATO 2017-2021

Foi presente uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, preparada e elaborada pela sua Comissão Permanente, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Sobre este assunto do Regimento, deixe-me dizer, que caso a proposta apresentada pelo Partido Socialista protagonizada pelos deputados João Raul Portugal e Nuno Melo Biscaia for aprovada, será um momento lamentável e triste para a democracia na Figueira da Foz.-----

A democracia é um regime político em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente. **Karl Popper** definiu a democracia em contraste com a ditadura ou a tirania, privilegiando assim oportunidades para as pessoas de controlar os seus líderes e de tirá-los do cargo sem necessidade de uma revolução.-----

Sei que não existe forma correta de definir a democracia, mas a igualdade, a liberdade e o Estado de Direito foram identificadas como que características



importantes desde os tempos antigos.-----

O regime de maioria absoluta é frequentemente considerado uma característica da democracia. Assim o sistema democrático permite que minorias políticas sejam oprimidas pela chamada tirania da maioria.-----

E é o que estamos a viver aqui hoje. A obrigação de entrega de propostas e moções com 48 horas de antecedência, mas nós deputados podemos receber documentos, alguns bastante importantes, com menos tempo, limitação do tempo de intervenção para que não sejam levantadas questões, para que não se debata a política no local próprio que é esta assembleia.-----

Senhor Presidente, senhores deputados, Manuel Fernandes Thomaz ali representado no mural desta bela sala e que Vossas Excelências gostam tanto de evocar, estará com certeza muito envergonhado convosco.-----

Compreendemos que o líder local do Partido Socialista com a sua ânsia de tomar o poder quer através dos seus porta-vozes tentar criar a região Bolivariana da Figueira Foz, calando a quem lhe tente fazer oposição.-----

Está enganado, estão enganados, não nos calam nem calarão. Se lamentavelmente não pudermos colocar todas as questões que entendemos pertinentes, enquanto oposição, neste local onde o devem ser, outras formas encontraremos. Não desistiremos de lutar por quem nos elegeu e de dar voz a quem não concorda com o vosso desempenho. Lamentamos que com a ânsia de calar a oposição não tenham atendido às propostas por esta apresentadas. Como diz Isaiah Berlin devemos manter vivo o sentido fundamental da Liberdade como a ausência da intimidação, ou da dominação, de forma que os nossos ideais não se convertam em correntes para nós próprios e para os outros.-----

Atento ao supra exposto só resta ao Partido Social Democrata votar contra esta proposta de Regimento pela limitação inaceitável que impõe ao exercício da oposição não abdicando de questionar as instâncias competentes sobre a validade deste requerimento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Irei intervir porque o meu nome foi aqui referido pelo deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

Afirmou que isto era uma alteração do Regimento da minha autoria e do deputado municipal João Raul Portugal, nosso líder de grupo municipal. Não é assim como sabe.-----

Foi feita uma proposta pelo Partido Socialista e presente à reunião da Comissão



Permanente, a qual acabou por ser aprovada, salvo erro, com os votos favoráveis do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, e a abstenção do Bloco de Esquerda. Só o Partido Social Democrata votou contra.-----

Neste novo Regimento basicamente há alteração do art.º 23 que visa regular a intervenção no período antes da ordem do dia de acordo com a expressão eleitoral de cada partido, isto é, respeitando a vontade dos figueirenses e as regras democráticas, à semelhança do que acontece com muitas assembleias municipais no país onde predominam vários quadrantes políticos.-----

O grupo municipal do Partido Socialista entende que este é o melhor meio de evitar aqui uma certa «desorganização» que às vezes se sente neste período de antes da ordem do dia, que obviamente nunca tem a duração prevista de uma hora, mas estende-se sempre para as duas horas, duas horas e tal.-----

Isto não pode acontecer, é um prolongamento excessivo da Assembleia Municipal, é nocivo para todos nós, para quem nos ouve, e para os figueirenses, daí termos proposto a alteração do Regimento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “De facto quem esteve presente na última Comissão Permanente fui eu e não a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, como é hábito. É verdade que a Coligação Democrática Unitária votou favoravelmente a apresentação desta proposta, mas sendo a Coligação Democrática Unitária um órgão coletivo, nós hoje vamos recuar na nossa votação.-----

Porque não foi consensual a votação favorável deste documento, pelas razões que evoquei naquele dia, a saber, o art.º 18 e o outro artigo onde se diz que na fase transitória podem ser os tempos distribuídos pelos inscritos. Na altura, eu até questioneei se isso é bom para a fase transitória porque razão não é bom sempre? - A Coligação Democrática Unitária vai a recuar porque o coletivo não achou bem a minha prestação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do Bloco de Esquerda, e doze votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, nos termos da alínea a) do nº. 1 do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal da Figueira da Foz.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

4.2 - DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DOS QUATRO CIDADÃOS SENIORES QUE CONTRIBUEM DE MODO RELEVANTE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR

Na sequência da recente criação do Conselho Municipal Sénior e aprovação do seu Regulamento, pelos Grupos Municipais do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda foi proposta a designação dos quatro cidadãos seniores que contribuem de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos, contributos ou intervenção comunitária, a saber, Carlos Augusto Saraiva Santos, Fernanda do Rosário Oliveira, Nazaré da Conceição Teixeira Melo e Silva, e Arlindo Bento de Sá Pinto.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação por escrutínio secreto.-----

A Assembleia Municipal, em cumprimento das disposições emergentes da alínea j) do n.º 2 e n.º 5 todos do art.º 5.º do Regulamento do Conselho Municipal Sénior da Figueira da Foz, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor, um voto branco, uma abstenção, e um voto contra, designar os cidadãos Carlos Augusto Saraiva Santos, Fernanda do Rosário Oliveira, Nazaré da Conceição Teixeira Melo e Silva, e Arlindo Bento de Sá Pinto, para integrarem o Conselho Municipal Sénior da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta. -----

4.3 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "No presente documento temos a informação relativa a quatro reuniões de Câmara - 11 de junho, 18 de junho, 02 de julho e 30 de julho. Uma vez que a última sessão da Assembleia Municipal foi no passado dia 29 de junho teria sido benéfico que as informações relativas às duas primeiras reuniões mencionadas tivessem sido fornecidas aos deputados municipais nessa altura.-----



Relativamente a este documento gostaria de saber o que preveem os protocolos de colaboração entre o Município da Figueira da Foz e a Associação de Proteção Animal da Figueira da Foz e o Grupo dos Amigos dos Animais da Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Na última sessão de Assembleia Municipal, em junho, falei aqui dos marretas. Eu não queria continuar a falar dos marretas mas, o certo é que, mais uma vez, somos confrontados com aquela pecha, que eu acho que não é pequena, de informação parcelar no que a este documento diz respeito.-----

Temos aqui duas reuniões de câmara antes da última Assembleia Municipal, portanto, já deveriam ter sido assunto, temos depois duas reuniões de câmara em julho, e depois não temos nada que reflita agosto e setembro.-----

O presidente da Câmara em 27 de abril disse não haver qualquer problema e que iria tratar deste assunto. Mas, em junho a Coligação Democrática Unitária voltou a levantar o mesmo problema e hoje aqui estamos de novo a abordar esta questão, por considerarmos que isto é de muitíssima importância.-----

Entretanto, este lapso leva-nos a pôr questões, por exemplo, nestas reuniões de câmara que aqui faltam do mês de Agosto de Setembro, sabemos lá se não haverá informações sobre as questões dos Centros de Saúde de Paião e suas valências e de Maiorca, que são assuntos em cima da mesa na ordem do dia e que são de crucial importância.-----

A Coligação Democrática Unitária continua a insistir que seria de toda a utilidade a informação do Presidente da Câmara refletisse de facto as reuniões de câmara anteriores à realização da sessão de Assembleia Municipal.-----

E a Coligação Democrática Unitária também fica a aguardar a questão da recomendação sobre a Caixa Geral de Depósitos, de que já falou a deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, porque houve aqui realmente um esquecimento ou um lapso. O Presidente da Câmara já referiu ter havido aqui um lapso em relação aquilo que foi assumido e prometido aos deputados municipais no dia 29 de junho de 2018.-----

O Presidente da Câmara também falou aqui da questão da transferência de competências para as autarquias locais, manifestando a sua opinião pessoal, afirmando ser contra as regiões, e eu fiquei muito preocupada porque as regiões são um imperativo constitucional do art.º 355.º da Constituição da República Portuguesa. E depois quando nós todos tomámos posse, juramos cumprir as funções que nos eram confiadas, com respeito pelos deveres que decorrem da constituição e da lei.-----



Em relação ao documento, na página 02, diz-se que a Câmara aprovou a alteração do Acordo de Execução de Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Freguesia de Alhadas, o que me fez pensar que teria a ver com a aquisição da carrinha pick-up.-----

Mas tenha a ver ou não, queria aqui dizer que a Coligação Democrática Unitária reitera tudo o que afirmou na Assembleia Municipal de 29 de junho, e que contrariamente ao que aqui foi comunicado não houve uma decisão unânime na Assembleia de Freguesia de Alhadas, pois o eleito da Coligação Democrática Unitária votou contra o Plano de Atividades onde estava incluída a aquisição da carrinha. Portanto, por vezes o entusiasmo leva-nos a dizer coisas, mas temos de ter cuidado com as palavras porque os outros depois vão ver.-----

Na página 10 fala-se aqui do Festival de Cinema e outra vez faço uma ponte com o aqui disse em 29 de junho. A Coligação Democrática Unitária lamentou o facto de a Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião devido aos seus constrangimentos orçamentais não poder corresponder à solicitação de apoio, porquanto, costumava fazê-lo em relação a esta iniciativa cultural tão importante. E disse que seria de bom tom que a Câmara suprisse essa diferença no apoio ao Figueira Film Art. Tal não aconteceu e relembro aqui que o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião concordou connosco que essa seria uma boa solução e ficou registado na ata que nós aprovámos no princípio desta reunião.-----

Na página 11 é referido o FIGBUS e este já foi aqui hoje trazido pela voz do Presidente da Junta de Freguesia do Paião. Pergunto quando será possível ter um relatório exaustivo da prestação do FIGBUS? Número de utentes, categoria de utentes, tipo de bilhetes adquiridos, viagens, enfim, um relatório realmente exaustivo.-----

Na página 14 gostaria de colocar duas questões. Uma tem a ver com um apoio de 5.200 euros da Câmara Municipal da Figueira da Foz à empresa IPN Incubadora - Associação para o Desenvolvimento de Atividades de Incubação de Ideias e Empresas no âmbito da sua participação na Web Summit. É muito dinheiro para mim, mas para o orçamento da Câmara são «amendoins». Mesmo assim, gostaria de perguntar qual é o retorno deste tipo de apoios. Eu tenho todas as dúvidas que os senhores possam imaginar em relação à Web Summit e aos seus resultados.-----

E, finalmente, pergunto se há uma data prevista para o conhecimento do projeto para o Centro de Observação de Aves e Fauna nas Lagoas da Vela e das Braças, porque será um documento muitíssimo importante.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "No fundo, foi aqui pedida uma série de informação detalhada que poderei facultar bastando, para tal, que façam um requerimento a solicitá-la. A primeira questão suscitada pelo deputado municipal Christopher Maia Oliveira tem muito a ver com os protocolos celebrados com a Associação de Proteção Animal da Figueira da Foz e a Grupo dos Amigos dos Animais da Figueira da Foz, visando a atribuição de algum material médico, apoio técnico, instalações, e um quantitativo para que as associações consigam adquirir a medicação para a esterilização de gatos e cães.-----

Obviamente, sempre que houver uma iniciativa de voluntariado o Município apoiará porque é rentabilização de custos e participação ativa na sociedade e no serviço público. De qualquer forma, eu facultarei uma cópia do documento e o Vereador Fernando Miguel Pereira também estará disponível para acompanhar o processo consigo e até para monitorizar o cumprimento integral desse protocolo.-----

A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz lembrou o juramento que todos fizemos quando tomámos posse, de cumprirmos as funções com respeito pelos deveres que decorrem da constituição e da lei. Bem, quando se jura, jura-se lealdade ao serviço público e jura-se cumprir a Constituição da República Portuguesa.-----

Eu não estou a deixar de cumprir a Constituição, ainda há liberdade de pensamento como há bocado foi aqui aflorado pelo meu estimado e admirável filósofo Karl Popper. De facto, temos a oportunidade de pensar e de divergir, o que é um plano diferente do convergir necessariamente ou não cumprir.-----

Eu emiti uma opinião pessoal sobre a descentralização. Sei que o Partido Comunista não gosta, não quer e não concorda. Repito, foi uma opinião pessoal, assumi-a a título pessoal, mas, a título institucional, a descentralização terá de passar pelo crivo da Câmara Municipal e desta Assembleia Municipal. Todavia, tenho direito a ter a minha opinião.-----

Em relação ao Festival de Cinema da Figueira da Foz, Figueira Film Art, o Município tem apoiado os pedidos que lhe têm sido feitos pela organização. Aliás, até se ficou com o propósito de alterar o modelo do evento, tentando aprofundá-lo um pouco mais, porquanto, à semelhança do que tem sido feito com outros parceiros, a disponibilidade do Município é também aqui de colaboração ativa e até pró-ativa. Portanto, nesse aspeto também está recetivo a melhorar conceito.-----

O FIGBUS, obviamente, ainda está em fase liminar de procedimento e ainda não se têm dados muito significativos. Temos a informação de que paulatinamente o acesso



vai crescendo.-----
Compreendo que a deputado municipal Silvina Anadio Queiroz não goste da Web Summit, mas, eu gosto de tudo o que seja criatividade, inovação e novas tecnologias, e esse conceito está integrado estrategicamente na definição das políticas da autarquia.-----

Trata-se de um grupo de jovens que incubou no Instituto Pedro Nunes e que pediu um apoio para poderem estar presentes na Web Summit. Enfim, como é próprio de um grupo de jovens, fizeram-no de uma forma um bocado desconcertada, porém a Câmara Municipal não quis deixar de os apoiar.-----

Eles levaram àquele evento um projeto inovador, e eu pedi-lhes como contrapartida para darem nota que a Figueira da Foz é uma cidade com capacidade para acolher esta atividade económica e de investigação. Levaram os nossos flyers para comunicação e promoção da cidade e distribuíram-nos aos presentes.-----

O apoio, salvo erro no valor de 5.000 €, teve de ser formalizado com o Instituto Pedro Nunes e este, com a garantia que nos merece, assegurou que efetivamente o dinheiro foi aplicado naquela iniciativa.

Contrapartidas para a Figueira da Foz - uma presença na Web Summit. Acho que vale a pena.-----

O Centro de Observação de Aves e Fauna nas Lagoas da Vela e das Braças está em fase de candidatura a financiamento junto da AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, com garantias seguras de que será financiado, portanto, ainda não está em fase de execução."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Senhor Presidente eu quero deixar muito claro que a sua liberdade de pensamento para nós é sagrada. Não me passa pela cabeça que o Senhor não tenha a liberdade de ter opiniões. O que me passa pela cabeça é que quando nós exercemos cargos temos de ter algum recolhimento em relação às nossas opiniões, principalmente se elas colidem com o espírito da lei. É só isso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Respondendo à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz sobre o apoio à Figueira Film Art direi ter total confiança na atitude que o Presidente da Câmara irá tomar em relação àquilo que está em cima da mesa e com o qual eu já disse concordar.-----

A Figueira Film Art deve ser apoiada. Acho que todos concordamos. Mas há outras formas de apoiar, e a freguesia fê-lo e de que maneira. Aliás, o apoio logístico



foi debatido em Assembleia de Freguesia, como já deve ter tido conhecimento.----
Por vezes não apoiamos em alhos, mas apoiamos em bugalhos. Quando a Figueira Film Art fez o filme sobre Gil Vicente, a Junta de Freguesia emprestou as torres e as paliçadas para evitar que as tivessem de fazer. Os nossos homens andaram a trabalhar, o pessoal da Câmara também, e também foram cedidos os transportes para aquelas estruturas serem montadas e desmontadas em Montemor-o-Velho, salvo erro. Tudo isto é dinheiro! Esta também é uma forma de apoiar.-----
Ora, se Figueira Film Art tivesse de fazer aquelas paliçadas gastaria milhares de euros, um valor muito superior ao que a Junta de Freguesia poderia dar em dinheiro. O apoio da Junta de Freguesia estará sempre presente, sempre que seja possível. Concordará que tenho razão naquilo que estou a dizer, porque, de facto, «não há machado que corte a raiz ao pensamento»."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4.4 - «INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO DA FIGUEIRA DA FOZ» - PROPOSTO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Pelo Grupo municipal do Partido Social Democrata foi proposta a discussão da intervenção no espaço público da Figueira da Foz.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Devido ao adiantado da hora nenhum de nós está na posse da frescura com que iniciamos estes trabalhos, e isto não é nenhuma crítica à forma como o Presidente desta Assembleia Municipal está a dirigir os trabalhos.-
O Partido Social Democrata tinha razão quando requereu que fosse convocada uma Assembleia Municipal extraordinária exclusivamente para discutir este ponto, e lamenta que iniciemos esta importante discussão para o Concelho da Figueira da Foz pelas 19,30 horas.-----

O grupo de eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal da Figueira da Foz, gostaria de iniciar a discussão deste assunto reiterando não ser contra obras no Concelho. Ao longo do último ano, nos lugares próprios, publicamente, o grupo municipal do Partido Social Democrata tem levantado algumas dúvidas e fundadas questões relativamente às obras. No entanto, a resposta, quando a obteve, foi sempre igual - desculpabilizante, reveladora de um inexplicável desconhecimento dos projetos e sem dar por ela, assim como quem vê os projetos por amostragem, lá se iam abater trinta e tal árvores, destruir a Estátua do Pescador em Buarcos para a relocalizar a três metros, destruir equipamentos em razoável estado para construir novos, intervir em espaços requalificados há apenas 02 anos, substituir sentidos de



trânsito sem justificação razoável, diminuir lugares de estacionamento, etc., etc...

Assim:-----

1 - muito agradecendo a disponibilidade dos grupos de eleitos da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda para a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária;-----

2 - dado que não se obteve da parte do Partido Socialista qualquer resposta relativamente ao repto lançado, no sentido de cumprirmos cabalmente a missão democrática, que nos foi confiada, de acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, mediante a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos a Intervenção no Espaço Público da Figueira da Foz.-----

Continuamos a considerar que a Assembleia Municipal continua a ser o local ideal para o total esclarecimento e clarificação relativamente a todos os espaços que estão a ser intervencionados ou que o irão ser brevemente, pelo que pedimos que, se assim o entenderem, considerem responder às seguintes questões.-----

E, agora, vou colocar muitas questões aos respetivos responsáveis, ou seja, eu com todo o respeito institucional e pessoal pelo Presidente da Câmara, não quero ouvi-lo só ele, também quero ouvir o Vereador responsável pelas obras públicas, o Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, e o líder do grupo municipal do Partido Socialista nesta assembleia. Não sei se as perguntas que vou colocar vão ser respondidas por quem o está a substituir nesta sessão, mas muito gostaria que o fizesse.-----

Então vou começar com as perguntas ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz:-----

- Pediu um estudo de impacto destas obras? A que entidade? Porque não se consultaram entidades com responsabilidade e com história na Figueira da Foz, como por exemplo, a Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz? Sei que, entretanto, houve conversações, mas não foram consultadas previamente.-----

- Até que ponto conhece os projetos, tendo em conta as declarações que prestou aos órgãos da comunicação social?-----

- Quais são as fases das obras e qual a sua calendarização? Porquê estas fases e não outras?-----

- Porque não se incluiu no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano um plano integrado para as comunidades desfavorecidas, por exemplo, para resolver o problema que é hoje o Bairro chamado de Padre Américo?-----



- Quem vai pagar as alterações ao projeto inicial? Disse hoje que há uma revisão ao estudo, então, porque é que essa revisão não foi apresentada a esta Assembleia Municipal? O projeto não vai ser finalmente apresentado a esta assembleia?-----

- Essas 10 árvores que há pouco disse que vão ser abatidas vão juntar-se às outras já abatidas anteriormente?-----

- Mencionou hoje a plantação de 280 árvores, eu penso que ouvi bem. Vão ter o mesmo crescimento das que já foram plantadas, por exemplo, no areal da Praia? O que tem feito pelas árvores que estão completamente abandonadas? Há um estudo camarário sobre as árvores existentes e respetivo estado?-----

Continuarei, agora, com as perguntas ao Vereador responsável pelas obras públicas:

- Conhece bem os projetos? O que decidiu relativamente aos achados patrimoniais revelados sobretudo nas obras da Baixa da Figueira da Foz?-----

- Quantos são os lugares de estacionamento criados de novo? Onde, quando e em que fases do processo de obras?-----

Perguntas para o Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião:-----

- Consultou a Assembleia de Freguesia de Buarcos e São Julião sobre as obras agora em curso?-----

- Concorda com as obras em curso? Como vai diligenciar no sentido de moralizar o autêntico caos do trânsito e de estacionamento que já se verificou este ano, nomeadamente, na Rua 5 de Outubro, como já aqui foi referido? O que tem feito no sentido de encontrar soluções para a falta de estacionamento?-----

Perguntas para o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro:-----

- Consultou a sua Assembleia de Freguesia sobre as obras que vão ser efetuadas? Conhece bem o projeto? Concorda com ele?-----

Perguntas ao líder do grupo municipal do Partido Socialista:-----

- Porque não aceitou a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária?---

- Porque manifestou publicamente conhecer uma votação desta assembleia que, de facto, não aconteceu, no sentido de nós termos votado algo que nunca veio a esta assembleia?-----

É um conjunto importante de questões que muito gostaríamos que fossem resolvidas, discutidas e respondidas nesta Assembleia Municipal. Por causa da urgência desta discussão pedimos que o assunto fosse debatido como ponto da Ordem de Trabalhos nesta Assembleia Municipal, e felizmente foi aceite".-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária também gostaria de deixar



um conjunto de perguntas, mas está a começar a ficar preocupada. Já o estava antes da Assembleia.-----

Penso que a única maneira de se poder debater veementemente esta questão das obras no espaço urbano teria sido mesmo a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária, ou a convocação futura de uma assembleia para tratamento desse único ponto.-----

Isto é matéria muito pesada e eu acho que no final vamos ficar todos com a sensação de que sabe a pouco. Porque eu não me convenço que esta discussão vá esclarecer todas as dúvidas, até pela exiguidade de tempo e pela pressão do mesmo.-----

As perguntas da Coligação Democrática Unitária são as seguintes:-----

- Qual foi a intervenção dos arquitetos paisagistas do Município, se é que a houve? É que tenho a convicção de que se tivesse havido essa intervenção, ter-se-ia levado em conta o património arbóreo com mais de 50 anos, por considerar que esses técnicos seriam muito sensíveis nessa matéria que não é só paisagista e ambiental, é também de saúde pública.-----

- O Presidente da Câmara referiu e a comunicação social tinha dado anteriormente nota disso, que seriam abatidas 10 árvores. Quais são as espécies em causa nesse abate? Qual a localização exata? É em frente ao Dory Negro, passe a publicidade? É em frente ao Mercado Municipal de Buarcos? É que, neste momento, 10 árvores onde é que elas estão e de onde é que vão ser tiradas?-----

- Quais as espécies arbóreas que estão previstas para serem plantadas, já que o local em causa é muito ventoso? Existe ali um corredor de vento que desce da Serra da Boa Viagem e entra exatamente naquele local. Com este problema associado do vento não é qualquer tipo de árvore que tem a chance de vingar, e já temos exemplos de que isto é uma verdade.-----

- Qual o impacto em termos de elevação da temperatura da implantação das lajetas de betão? A Coligação Democrática Unitária está convicta que aumentarão a temperatura, e que as pessoas fugirão delas como o Diabo foge da cruz, nomeadamente em dias de Verão, sem sombra e com o asfalto a transmitir calor para cima.-----

- Estão previstos os danos com esta extensíssima impermeabilização do terreno caso venham a cair chuvas intensas? É que por baixo do sítio onde está prevista a implantação das lajetas passam linhas de água.-----

- Já aqui houve uma referência aos estacionamento e considero que os estacionamento previstos são muito reduzidos em termos de dimensão. Porque razão não foram pensados maiores para uma melhor adequação e facilidade das manobras?-----



- Em quanto está orçamentado o levantamento dos depósitos dos resíduos produzidos os chamados Resíduos de Construção e Demolição?-----

Finalmente, saúdo os olhos e os ouvidos cívicos do Movimento Parque Verde. Sei neste momento porque é público, que solicitou em finais do mês de agosto, uma reunião com o executivo municipal com carácter de urgência, e pergunto se a mesma já está agendada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Se este assunto tivesse sido trazido a esta assembleia nos Assuntos Gerais de Interesse para o Município, se calhar a sua discussão seria mais profícua, até porque contaria com a presença da comunicação social e com certeza teríamos todos a cabeça mais fresca.-----

Portanto, não me parece que tenha sido a melhor estratégia o agendamento de um ponto destes na Ordem do Dia. É uma questão de estratégia política do Partido Social Democrata, e quanto a isso eu não me pronunciarei.-----

Quem tem tantos pruridos quanto à questão da documentação, nomeadamente do ponto extra-agenda, argumentando não ter conseguido consultar o processo, não ter recebido o documento no prazo legal, então, acho muito estranho que um mero requerimento de 05 linhas, que é isso que nos foi distribuído, baste para agendar um ponto na Ordem do Dia.-----

Quem agendou este ponto não nos deu conhecimento daquilo que ia ser debatido, não tivemos oportunidade de consultar, por exemplo, as perguntas que aqui colocaram, que iriam fundamentar a vossa proposta e tornar mais rica esta discussão.-----

Por todas estas razões, o grupo municipal do Partido Socialista irá remeter para o Presidente da Câmara a prestação dos esclarecimento que forem necessários.----

Mais, não sei até que ponto será legítimo inquirir diretamente os Vereadores, porque o Regimento estabelece que estes poderão participar sim, mas com o consentimento do Presidente da Câmara.-----

Lamento, tal como já o fiz ontem na reunião de líderes, que um assunto desta importância tenha sido agendado com um mero requerimento de 05 linhas, falando apenas de intervenção no espaço público da Figueira da Foz, sem especificar o local, as intervenções, e quando as mesmas serão efetuadas. Não diz rigorosamente nada.-----

Volto a dizer que esta é uma questão meramente interna do Partido Social Democrata, e sobre isso não quero nem sequer comentar. O grupo municipal do Partido Socialista poucas ou quase nenhuma considerações fará em relação a esta matéria, porque não



foi atempadamente elucidado sobre aquilo que V. Ex.ªs queriam. Quanto ao executivo fará aquilo que bem entender.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Em primeiro lugar gostaria de referir que a aceitação por parte do Bloco de Esquerda ao pedido pelo grupo municipal do Partido Social Democrata de convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária se deve à importância e ao impacto que estas requalificações terão para o Concelho da Figueira da Foz e os seus cidadãos.-----

Aliás, estas obras são uma das faces mais visíveis do mandato deste executivo municipal.-----

Num projeto onde se fala do aumento de zonas e plataforma pedonais, maior conforto nas acessibilidades pedonais, alargamento do espaço que tem por objetivo privilegiar a segurança e tranquilidade da população e de quem nos visita, no fundo, como diz o slogan criado pela edilidade «Por uma Figueira com menos carros e mais espaços verdes», estará preparado o reforço e a aposta numa verdadeira política de oferta de transportes públicos, caminhando assim para uma maior, mais completa e eficaz credibilização do concelho?-----

Porque não pesar o que ouvimos hoje - estas obras de requalificação levarão ao abate de pelo menos 10 árvores?-----

Nas zonas previstas para tráfego condicionado questiono se irá acontecer o mesmo que ocorreu na área da Rua de 5 de Outubro? Intervencionada há anos atrás e onde uma suposta zona de trânsito altamente condicionado se tornou, atualmente e como é possível observar, numa zona de passagem completa de automóveis e estacionamento, sem sequer salvaguardar a existência de segurança para os transeuntes e peões.--
Por último, pergunto se a execução das obras em curso está a ter em conta a total e completa salvaguarda do acesso a pessoas com mobilidade reduzida.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Na minha opinião, este tipo de discussão peca por desajustada em relação às obras em curso, porque elas foram amplamente divulgadas na comunicação social, em reuniões abertas ao público no Caras Direitas e no Desportivo Clube Marítimo da Gala.-----

Nessa altura, eu compreenderia que fizessem todas as perguntas e tentassem esclarecer-se o mais possível. Neste momento, eu pessoalmente acho que não se justificam estas perguntas, porquanto já se ultrapassou largamente o tempo razoável de se questionarem as coisas.-----



Toda a obra que o Município da Figueira da Foz faça ou venha a fazer é sempre objeto de aproveitamento político e de ruído. Se não for por um motivo é por outro. Há sempre vozes contra, barulho de fundo, típicos de qualquer coisa ou qualquer pedra que a Câmara mova de um lado para o outro.-----

A estatueta como já sabem foi um bocadinho desviada, com a anuência do seu autor Seixas Peixoto, que foi consultado e se manifestou absolutamente de acordo. A estátua do Pescador ficará mesmíssimamente virada para o mar como estava dantes. Apenas houve um pequenino desvio.-----

Relativamente aos Choupos, o Presidente da Câmara tem mostrado tantas preocupações ambientais e será o primeiro a lamentar e a tentar minimizar o abate de árvores. Ele sempre mostrou ser uma pessoa sensível às emissões de CO 2, à degradação do ambiente e ao momento que todos nós estamos a passar.-----

As árvores a abater, como sabem, são choupos que foram ao longo do tempo sendo modificados para se fazerem palitos. Era dos Choupos que se faziam palitos para os dentes. São árvores perenes que não duram muito tempo. E ainda por cima, têm raízes muito superficiais que buscam desesperadamente a água, levantando o terreno e os pisos, e se infiltram pelos cantos todos. Destroem completamente as condutas de água, causam montes de problemas, muitos deles atingindo dimensões enormes. Inclusivamente, há relatos de entrarem pelas janelas dentro de muitos edifícios e terem de ser abatidas, em Lisboa e em muitos outros sítios.-----

Portanto, é um mal menor, porque permitirá a execução da rede de esgotos sem a interferência das raízes destas árvores, que realmente prejudicam imenso as obras em curso.-----

E é isto, a câmara está mandatada para ter um programa e cumpri-lo, para tomar decisões, para executar, mas não pode fazer nada. Há sempre um sururu mas fora do contexto, fora da época. Há um aproveitamento político, uma grande falta de informação, e o que eu tenho a dizer realmente é que confio plenamente que, no final das obras, vamos todos sentir-nos muito satisfeitos.-----

Estaremos perante uma obra bonita e que dignificará a Figueira da Foz e Buarcos, e que vai melhorar substancialmente a Praça Velha.-----

Como sabem, os fundos comunitários vêm para serem aplicados em determinadas obras e não se compadecem com aquilo que os senhores vêm dizer para o Facebook e para a Comunicação Social.-----

Portanto, está tudo cheio de mentiras, fora do contexto e fora da época. Tiveram a sua altura, o processo foi discutido publicamente, e aí não ouvi vozes, nem ouvi



ninguém a levantar-se para dizer nada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Deputado municipal e amigo Nuno Melo Biscaia, fiz-lhe duas perguntas e não respondeu a nenhuma. O resto são considerações pessoais, dizer que não percebe e não acha próprio, enfim, é uma apreciação pessoal.-----

A deputada municipal Isabel Guardão Tavares acho que se excedeu um bocadinho, com todo o respeito.-----

Mencionou quatro ou cinco aspetos importantes. Primeiro referiu que toda a gente conhece muito bem o projeto, quando nem sequer o Presidente da Câmara o conhecia totalmente, senão não teria afirmado publicamente não ter conhecimento que as tais árvores seriam para abater. Portanto, ninguém conhece muito bem os projetos.----

Falou que os projetos foram apresentados e, agora, já não é tempo de fazer perguntas. Mas, quem é que determina o que é que é tempo de quê? Quer dizer, agora é o grupo municipal do Partido Socialista que determina quando é o tempo de colocar perguntas? Parece-me abusivo, no mínimo!-----

E, finalmente, ficou implícito na sua intervenção que a deputada é a favor do abate das árvores.-----

Eu vou esquecer que disse que o Partido Social Democrata mentiu, por achar que tal se deveu a um excesso de linguagem. Portanto, nem vale a pena ir por aí. Ninguém mentiu.-----

Eu conheço muito bem o Plano Estratégico de Desenvolvimento e este conjunto de perguntas que fiz mostra isso mesmo, e sei precisamente qual é o âmbito em que se pode candidatar os projetos. Por isso abordei, por exemplo, a questão dos grupos desfavorecidos. No Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano está lá escrito que o Município se pode candidatar a resolver ou minorar alguns dos problemas de comunidades desfavorecidas. Sabe que não foi feito nada disso em relação a este projeto.-----

O grupo municipal do Partido Social Democrata conhece as possibilidades, daí achar que este projeto não teve o alcance que deveria ter.-----

Quanto à questão das perguntas estarem fora do contexto, fora da época e revelarem falta de informação, é por isso mesmo que estamos aqui. Há aqui falta de informação e eu concordo em absoluto.-----

Só não entendo o facto do grupo municipal do Partido Socialista julgar ter toda a informação do mundo e depois, afinal, dizem que há falta de informação. É precisamente pela falta de informação que eu vos pretendo ouvir aqui hoje.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Houve ou não uma altura em que foram dadas a conhecer todas as informações? Eu estive lá. O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco não esteve presente nessas ocasiões? Não está a falar da baixa da Figueira da Foz, ainda nem falou dela. Está a referir-se às árvores e outras coisas mais..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Estou cada vez mais preocupada. Isto não é nada de novo para mim, porque eu imaginava este cenário neste contexto, mas, talvez seja esteja a ser pior do que eu pensava.-----

Recordo que a população foi surpreendida com a questão do abate das árvores e se mobilizou e compareceu às 08,00 horas, do dia 16 de agosto, em frente ao Mercado Municipal de Buarcos. Logo a seguir, por iniciativa do Partido Social Democrata, secundada pela Coligação Democrática Unitária e pelo Bloco de Esquerda, foi requerida a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal.----

Agora, argumentam que passou o tempo. De facto, passou, porque os senhores quiseram que passasse. Tiveram a oportunidade de discutir esta matéria em sede própria - a Assembleia Municipal - com todo o tempo do mundo e sem a pressão do «tempo» que se não compadece, e de outros assuntos que temos para tratar. Todavia, vieram invocar uma coisa até triste do meu ponto de vista: «que foi para poupar 3.000 euros». Não se venham justificar com este argumento, porque isso é ridículo tendo em conta a importância do assunto em causa.-----

Falou-se aqui de mentiras e não sei a quem eram dirigidas as mentiras. Mencionou-se que algumas pessoas falaram nos arranjos de outras coisas. É verdade, o Partido Comunista Português falou e vai continuar a alertar que a baixa da cidade tem ruas a precisar de uma intervenção urgentíssima.-----

Eu imaginei que quando abriram a Praça 8 de Maio iriam ser colocadas umas placas acrílicas para deixar à vista o Cais da Reboleira. Mas não, repetiram o que fizeram há muito tempo atrás com a Santa Olaia e o Porto Fenício. Embrulhou-se aquilo nuns plásticos julgo que pretos, e depois construiu-se a estrada por cima.-----

Eu gostava de saber a quem serve estar o Porto Fenício envolvido em plástico preto com uma estrada em cima. A quem serve e qual é o nosso contributo para a história da cidade e para o seu conhecimento pelas gerações futuras, nomeadamente, a população escolar que teria agora uma belíssima oportunidade de ver o Cais da Reboleira, que foi assim encoberto desta maneira.-----

Eu e a Isabel Guardão Tavares trabalhamos juntas noutra sede e somos amigas e



tenho-lhe um grande respeito e amizade, porém, fiquei preocupada, quando falou das árvores e mencionou que elas causam isto e aquilo. Fiquei com os cabelos em pé. E já não sei se são 10 árvores, porque esta quantidade de árvores se calhar não serve para deixar de entrar pela janela, levantar pavimentos, perturbar a canalização e procurar a água.-----

Mas, como é que de repente estes problemas todos, mais uns outros aventados na comunicação social, surgem todos do dia para a noite? Porque até aí pareciam não existir ou, pelo menos, as pessoas não se queixavam minimamente deles.-----

Não sei se não seria de todo o bom senso parar-se esta discussão, até mesmo porque eu não estou a ver que haja respostas, e convoca-se uma Assembleia Municipal extraordinária com esta matéria como ponto único.-----

Fiz esta proposta que será secundada ou não por outros e será aceite ou reprovada por esta Assembleia, se chegarmos a esse ponto.-----

E estamos no tempo exato porque nunca é tarde para discutir e o facto das câmaras municipais serem eleitas como fui eu, o Christopher e todos os aqui presentes nesta sala, não nos pode dar a veleidade de achar que tudo podemos decidir, e que tudo passa ao lado porque o número de votos o justifica. Desculpem, mas isto é o que eu neste momento estou a sentir.-----

Agora, não vão fugir ao ónus da questão, que é darem a impressão de não quererem discutir isto, ou porque realmente o conhecimento não é tão aprofundado como deveria ser, ou porque há uma teimosia do «quero fazer isto, decidi fazer isto, contratualizei isto com o Arq.º Ricardo e isto tem de ir até ao fim, nem que chova».-----

Este sentimento não é só de alguns membros desta Assembleia, pois eu sei o que ouço lá fora, nomeadamente, comerciantes absolutamente com os cabelos em pé com as obras. Estou a falar, por exemplo, na Praça 8 de Maio onde há dois dias atrás soube que um comerciante tinha sido «avisado» que talvez fossem entrar por dentro da Loja para encontrar o esgoto. Isso aconteceu, foi uma pessoa com quem o comerciante desabafou que mo transmitiu. Isto é de pôr os cabelos em pé a qualquer um de nós, se tivermos o mínimo de bom senso!-----

Também me está a custar que os Vereadores com permissão ou não do Presidente da Câmara, ainda não se manifestaram, o Presidente da Câmara está a aguardar a sua oportunidade para se manifestar, o grupo municipal do Partido Socialista diz que não vai dizer nada, porque «não é nada com eles», e depois a deputada municipal Isabel Guardão Tavares, neste contexto, vê-se «forçada» a assumir a parte de leão



desta discussão. Há aqui qualquer coisa que não joga..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Minha cara amiga Silvina Anadio Queiroz, realmente estamos as duas fora daqui juntas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e noutras coisas. Estimo-a muito também, e digo-lhe sinceramente até uma flor que se arranque é um atentado à natureza.-----

As árvores são os pulmões das cidades. Uma árvore é sagrada e eu tive o cuidado de me informar, telefonar, pesquisar e de ver que aquilo que eu disse não está fora da realidade nem a faltar à verdade.-----

Efetivamente, em Lisboa tiveram de ser arrancadas muitas árvores, levantaram o passeio, puseram em perigo a passagem de autocarros, e chegaram às janelas de muitos edifícios. Infelizmente, por vezes tem de se fazer isso e, neste caso, é devido às condutas.-----

São árvores em fim de vida segundo o que me foi dito, estão velhas, estão a prejudicar as condutas e são apenas 10, portanto, não é assim uma coisa para fazer este barulho todo.-----

Sinceramente, apesar de eu amar as árvores e achar que devem ser respeitadas, elas colidem com as obras em curso daí terem de ser abatidas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Estou constrangido porque depois de ter ouvido com atenção as intervenções, fiquei com a impressão que o Presidente da Câmara foi aqui retratado quase como um criminoso. E os Presidentes de Junta a mesma coisa.-----

Eu respeito muito quem defende natureza e respeito o Movimento Parque Verde. Mas, do meu ponto de vista, houve um grande aproveitamento político por parte das forças políticas que, se calhar, andam a caçar bruxas.-----

Tive o cuidado de falar com o antigo Presidente de Junta, felizmente ainda vivo, Isaac Loureiro, que plantou aquelas árvores com o Eng.º Baleizão, e este último afirmou que o tempo de vida delas era de 40 anos e a partir daí só causavam mal.

Se se respeita o Movimento Parque Verde porque razão não se há de respeitar o movimento espontâneo dos fregueses de Buarcos a favor do corte das árvores que fazem mal à saúde. Atenção, nada disto foi preparado por mim, eles apareceram na Junta de Freguesia, encheram a sala grande e tiveram mesmo de se colocar cadeiras nos corredores. Afinal, quem tem mais peso?-----

Sabem quase de certeza, pois vão à Internet mais vezes que eu, a Freguesia do Peso, no Concelho de Abrantes, abateu todo o tipo de plátanos. Também aí houve



contestação mas, hoje, chegaram à conclusão que foi a melhor decisão. E a própria Câmara Municipal de Santarém que na altura resistiu a isso, acabou por proceder da mesma forma, porque as tais árvores eram nocivas não só à saúde pública, mas também por provocarem outros danos, como por exemplo, levantar os pavimentos.--- Temos de ter isto em consideração, não se abate só por abater. A minha opinião é pública, é conhecida na comunicação social e não me vou alongar mais sobre ela - por cada árvore abatida se plante em dobro.-----

Quando me perguntam se eu concordo, eu respondo que confio no executivo municipal da Figueira da Foz, uma pessoa de bem, sabe o que faz e não anda aqui para fazer mal. Se vocês não confiam é com certeza por algum motivo político.-----

Na altura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano eu estava doente e como não dominava a matéria, recorri ao secretário da Junta de Freguesia, arquiteto de profissão, e ele representou-me sempre em todas as reuniões. Mais tarde, a Vereadora Ana Carvalho Oliveira convocou todos os Presidentes de Junta que não tinham assistido aos debates para uma reunião mais alargada, onde eu expus as minhas opiniões.-----

Aleluia, finalmente há alguém que fala da Rua 5 de Outubro numa forma que vai ao encontro da minha opinião. Tem sido uma luta que já julgava inglória, mas agora já não é.-----

Contudo eu discordo do piso de seixo rolado, mas o atual Presidente da Câmara não tem culpa disso, porque quando ele agarrou o projeto já ele estava definido até junto do Posto da Guarda Fiscal.-----

Antigamente, quando era permitido, estacionavam lá poucos carros, agora o estacionamento é feito à Lagardère.-----

Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, o Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião não anda a dormir, muito pelo contrário, anda atento.-----

Em meu entendimento, estão aqui a fazer uma caça às bruxas, e qualquer dia será estendida a nós Presidentes de Junta. As eleições estão à porta e ou é agora ou nunca mais.-----

Uma coisa é certa, todos, mas mesmo todos, os assuntos pertinentes são sempre debatidos em sede de assembleia de freguesia. E digo mais, aquilo que eu tiver de discordar faço-o no local próprio, o Gabinete do Presidente da Câmara.-----

Terminarei com uma frase que me marca «há mar... tanto mar, e aqui tanta obra... e a dívida a ser paga».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----



ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: "Ao longo deste tempo tentei sempre ao passar aqui por esta casa ter uma postura discreta, aliás, pois essa é a minha maneira de ser e de estar. No meu entender, também é a maneira de melhor defender os interesses da Freguesia de São Pedro, daí me ter absterido de fazer alguns comentários.-----
O deputado Teotónio Cavaco já não é a primeira vez que refere gostar muito de ouvir a opinião dos Presidentes de Junta do Partido Socialista, mas, se calhar, devia preocupar-se primeiro em ouvir os Presidentes de Junta do grupo municipal dele. É fácil, bastaria uma mesinha de café com duas cadeiras e o senhor consegue realmente ouvir a opinião da minha colega do seu grupo municipal.-----
Tenho forçosamente de defender aqui os interesses da Freguesia de São Pedro e de todos os Covagalenses, por isso, vou de uma maneira sucinta mas devagar para entender qual é o vosso problema em termos de défice democrático.-----
No dia 14 de julho de 2017, permitam-me mostrar este panfleto, foi feita a apresentação pública das obras no Cabedelo. Curiosamente, não me lembro de lá ver uma grande maioria vossa presente no Desportivo Clube Marítimo da Gala, onde poderiam certamente apresentar todas estas dúvidas que agora têm. Mas, realmente passar duas pontes torna-se uma trabalhadeira muito grande e, por vezes, é melhor ficar do lado de cá.-----
Em setembro de 2017, na altura das eleições, apresentei ao povo da Cova, Gala, Cabedelo e Morraceira, o nosso programa eleitoral, bastante explícito porque até integrava uma fotografia da Requalificação do Cabedelo. Depois, no final desta sessão, se assim o entenderem, até vos faculto uma cópia do programa, para na próxima fazerem o vosso com um bocadinho mais de qualidade e para ver se as coisas em termos de score se equilibram mais um bocadinho...-----
No dia 01 de outubro de 2017, os resultados eleitorais e o povo Covagalense deram uma larga e esmagadora maioria ao Partido Socialista. Foi a vossa maior derrota no Concelho e na Freguesia de São Pedro, num programa eleitoral integrando a Requalificação do Cabedelo.-----
Mas mais grave ainda, o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco perguntou se eu já tinha consultado a Assembleia de Freguesia. Então eu vou ler aqui um apontamento da Assembleia de Freguesia de São Pedro, número cento e setenta e três, de 01 de junho de 2018 «...foi feita a leitura de um artigo da comunicação social que refere que a Requalificação do Cabedelo deve parar, conforme é pedido pelos deputados do Partido Social Democrata. O Presidente da Junta questionou se alguém nesta assembleia está contra a obra...» E depois tem aqui a resposta das duas pessoas que



os representam na Assembleia de Freguesia, pelas quais vocês deveriam também ter algum respeito, porque foram elas que deram a cara por vocês. «... Sandra Matias pediu a palavra para exercer o seu direito de resposta, uma vez que não gosta de insinuações partidárias. Esclareceu que, apesar de ter sido eleita pelo Partido Social Democrata sempre salientou o facto de nesta mesa da Assembleia de Freguesia de São Pedro e que se pauta pela defesa dos direitos desta terra e, por isso, é a favor da Requalificação do Cabedelo...» João Bertier, segundo elemento do Partido Social Democrata, também interveio para exercer o seu direito de resposta e disse que «... como filho nascido e criado nesta terra também defende a Requalificação do Cabedelo...».

Portanto, Vossas Excelências deveriam respeitar o sufrágio eleitoral - a questão da Requalificação do Cabedelo foi a sufrágio no dia 01 de outubro e uma grande maioria dos Covagalenses votou nessa requalificação, votou no programa do Partido Socialista.

Agora, aproveito para agradecer ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz pela Requalificação do Cabedelo. E isto porquê? Porque desde a criação da Freguesia em 1985, todos os Presidentes de Câmara que aqui passaram falaram sempre, na altura das eleições, na Requalificação do Cabedelo, entretanto, passaram três Presidentes e, felizmente, o nosso atual Presidente vai concretizar aquilo que todos os outros não conseguiram.

Para terminar, gostaria de saber porque isto é uma coisa que por vezes se fala, se existe alguém do vosso grupo municipal que tenha ou tenha tido interesses económicos naquele degradante Parque de Campismo. Esta é uma questão que devia ser esclarecida.

Quanto ao resto, devem democraticamente respeitar os resultados eleitorais das últimas autárquicas, onde mais de 65% dos Covagalenses votaram na requalificação do Cabedelo e no Partido Socialista. Por isso só vos peço que respeitem a Democracia."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.

LUIS MENDES RIBEIRO: "Muito rapidamente três ou quatro notas sobre este tema. --- Antes de começar a minha intervenção propriamente dita, eu que tenho particulares convicções democráticas considero que os deputados e deputadas da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e naturalmente, do Partido Social Democrata, têm todo o direito de suscitar todas as questões que entenderem sobre este processo de obras em concreto.



Não acredito que alguém consiga com total certeza dizer que conhece estes dois projetos a 100%, muito menos os deputados municipais cujo acesso a informação é relativamente limitada e, sobretudo, limitada à sua disponibilidade profissional e pessoal. Ou seja, a discussão que nós aqui fazemos e faremos parte sempre de pressupostos em si mesmo reduzidos.-----

É evidente que todos nos pronunciamos em consciência sobre estes processos. Creio que o Presidente da Câmara, na minha opinião e estou à vontade porque nem sempre concordei com ele em tudo, tem dado ao longo dos seus anos de mandato algumas demonstrações de ter um profundo sentimento democrático e de respeito pela oposição. Os senhores discordarão evidentemente em questões pontuais, mas terão de aceitar.-----

Eu acompanho a política autárquica na Figueira da Foz há muitos anos, recordo-me perfeitamente bem de alturas em que o poder executivo na Figueira da Foz, e o Vereador Ricardo lembrar-se-á também, tinha muito menos respeito pela oposição e pelo órgão deliberativo. E não estou a falar do Presidente Santana Lopes.-----

Relativamente à questão das árvores, subjacente a muito do que aqui está a ser discutido hoje, eu entendo, aliás, entendem as normas europeias, e acredito que também a Câmara entenda, que todo o tipo de intervenção implicando o corte de árvores, mesmo que parcialmente, está hoje sujeito a regras muito rigorosas. Na minha opinião, essas regras não foram respeitadas neste caso em concreto.-----

Eu entendo e concordo que algumas destas árvores têm de ser retiradas e removidas, todavia, discordo abertamente que tenham de ser todas removidas.-----

Este projeto, e falo em concreto da minha Freguesia de Buarcos e São Julião, tem na minha opinião pontas soltas. O estacionamento não é o menor desses aspetos, a questão das lajes evidentemente suscita-me reservas, mas não de natureza partidária e sim de bom senso, que nos devem obrigar a meditar e a ponderar.-----

O Presidente da Câmara, ou os Vereadores ou a Câmara Municipal, responderão às questões que aqui foram legitimamente colocadas da forma que entenderem oportuno. São questões que, naturalmente, pela sua vastidão e complexidade, creio que não podem ser respondidas aqui numa Assembleia Municipal.-----

Agora, alguém não fez aqui também o trabalho de casa e não foi apenas o Partido Socialista. Ora bem, a deputada municipal Isabel Guardão Tavares tem razão num ponto, aliás, até terá em vários. Não falo do Bloco de Esquerda nem da Coligação Democrática Unitária que não têm vereadores, mas, o Partido Social Democrata não teve oportunidade de em sede de Câmara Municipal colocar algumas destas questões?



E deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco não estou de maneira nenhuma a desvalorizar o papel da Assembleia Municipal, estou apenas a dar a minha opinião. Eu não subscrevi o pedido de uma Assembleia Municipal extraordinária por considerar que ela não se justificava. 3.700 ou 3.500 euros é muito? É pouco? Bem, depende do ponto de vista. Para mim é muito. Algumas destas questões poderiam perfeitamente ter sido esclarecidas em sede de reunião de Câmara. Não o terão sido, ou não terão sido pelo menos colocadas, portanto, como elemento do grupo municipal do Partido Socialista não aceito que nos atirem toda a responsabilidade e toda a culpa por aquelas que foram também as vossas falhas, enquanto força política.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “Ao Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião gostaria de lhe colocar algumas perguntas simples e se assim o entender responderá.-----

É a favor do abate das árvores? É a favor da circulação rodoviária como ela irá ficar? O que vai acontecer a alguns dos comerciantes instalados naquela zona? Conhece as árvores que já foram abatidas? Eram todas plátanos? Algumas foram já abatidas, portanto, não entram no cômputo destas 10... Eu até sei onde elas estavam. Ao Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro eu recordar-lhe-ei que fazia parte da Coligação Somos Figueira.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Há um ditado português que diz «perguntar não ofende».-- Eu limitei-me a colocar aqui questões sem qualquer tipo de considerações e entendo que a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro é uma tentativa de enxovalhamento.-----

Abordou aspetos que em meu entender ficam mal a um deputado municipal. Fiz-lhe três perguntas: Consultou a assembleia de freguesia sobre as obras a efetuar? Conhece o projeto? Concorda com ele?

Acha que o ofendi assim tanto que isso lhe permita fazer as considerações que fez em relação à minha pessoa? Disse coisas como vá estudar e passe a ponte. Olhe, eu ainda no domingo almocei e tomei café no Cabedelo. Ou seja, conheço bem o que estou a fazer.-----

Referiu conversas de café com a Presidente da Junta do Partido Social Democrata. Sinceramente, nem sequer vou entrar nesse tipo de discussão, porque não é nada disso que estamos aqui a falar. Pessoalmente, desejaria que o debate político nesta Assembleia Municipal fosse elevado, assim, com todo o respeito por esta



assembleia, pelas deputadas e deputados municipais, não vou responder ao Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, porque sinceramente não o merece.-----
Agora, fiquei abismado com a intervenção do meu querido amigo e deputado municipal Luis Mendes Ribeiro. Então no Facebook vem dizer uma coisa e depois na Assembleia Municipal vem dizer o oposto, como se fosse outra pessoa diferente. Você esteve lá no dia em que nós lutámos contra o abate das árvores e agora vem dizer que, afinal, até concorda com o abate das árvores.-----
Afirmou «façam o vosso trabalho de casa». Eu contraponho-lhe que só não foi possível discutir antes este assunto porque vossas excelências não o permitiram. Mais, eu fico siderado quando dizem aqui que foram apresentados os projetos. Deputada municipal Isabel Guardão Tavares, foi apresentado o primeiro projeto, que nada tem a ver com o que está a ser feito neste momento.-----
Eu estive lá em Buarcos, no Caras Direitas, e também estive na apresentação do Projeto do Cabedelo. Agora, em relação à baixa da Figueira da Foz não foi apresentado projeto nenhum. Não digam aqui que foi apresentado, nem digam que esta Assembleia Municipal o aceitou. Nunca se aceitou em sede deste órgão o que quer que fosse relativamente a estas obras.-----
O Partido Social Democrata, e comecei assim a minha intervenção, não é contra as obras, quer é ver esclarecidas algumas coisas que ainda não o foram, a não ser a assunção do Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião que acha vergonhoso aquilo que se passa na Rua 5 de Outubro, e eu também. Temos de lutar para que esta situação não continue e seja resolvida, mas isso só pode acontecer se forem criados lugares de estacionamento. Ora, excetuando-se os criados nos hipermercados à volta da Figueira da Foz, os lugares de estacionamento não só não estão a ser criados, como aqueles que já existiam vão ser reduzidos.-----
Por todas estas razões, o grupo municipal do Partido Social Democrata espera firmemente pelas respostas do Presidente da Câmara e do Vereador do Pelouro.”---
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Victor Santos Madaleno.-----
VICTOR SANTOS MADALENO: “O que está aqui a passar-se hoje faz-me lembrar o que se passou entre agosto e outubro do ano passado na Quinta do Paço, em Tavadrede. Também ali foram abatidos 26 plátanos, a maioria deles com mais de 30 anos. Felizmente para nós, os políticos da praça e o Movimento Parque Verde estavam distraídos, porque se estava em plena campanha eleitoral e andava toda a gente distraída.---
Se não andassem distraídos, possivelmente, tinham convocado através das redes sociais, todos os amigos para uma manifestação na Quinta do Paço e não tinham



deixado abater as árvores. Julgo que iria correr mal porque aquelas árvores foram abatidas a pedido da população da zona, e só assim se podia fazer a reconversão de toda a Praça da Quinta do Paço.-----

Por acaso, já alguém se preocupou com as pessoas que habitam à volta daquelas árvores em Buarcos? Já alguém se preocupou em saber se essas pessoas se sentem ou não prejudicadas com as árvores? Já alguém se preocupou se prejudicam ou não o saneamento águas pluviais? Ou se deterioram a rede de distribuição de água, como estava a acontecer na Quinta do Paço? Já ouviram as pessoas acerca deste assunto? Eu também defendo a manutenção das árvores e continuo a defender o corredor verde - Jardim Municipal/Serra da Boa Viagem - agora, há alturas em que se tem de ponderar o que é realmente mais importante e o que condiciona ou não a execução do bem público."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: "Apenas queria esclarecer duas questões.-----
Primeiro, estamos a falar das árvores de Buarcos em frente ao Jardim Dr. Fernando Traqueia e não de nenhum outro tipo de árvores no Concelho da Figueira da Foz. A minha opinião quanto a essas árvores é muito clara - eu sou contra mas, não sou contra o corte pontual. Isto é bastante perceptível e claro. Nem podemos defender o abate de todas as árvores, nem somos obrigados a concordar com a posição contrária.-----

Relativamente àquela que é a posição desta Assembleia Municipal, eu também fui bastante claro quanto ao facto de entender que têm toda a legitimidade para colocar estas questões. Todavia, fazerem-no através de uma assembleia extraordinária é que me parece contestável."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: "Só para responder às declarações do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro relativamente aos interesses económicos no que respeita ao Cabedelo.-----

Eu não sei se já cheguei aqui a explicar, mas eu sou concessionário de um concessionário. Relativamente ao projeto do Cabedelo, eu não sou visto nem achado relativamente à permanência ou não permanência do espaço ou do tipo de negócio que lá tenho.-----

Quero responder ao Presidente da Junta, porque parece que ele me está a fazer uma espécie de perseguição pessoal ou política.-----

A única coisa que eu tenho lá é que eu retiro de lá o meu rendimento de uma forma



honestas. Não percebo este tipo de perseguição. Já é a segunda vez que deixam implicitamente nesta câmara a suspeita que há uma espécie de interesse económico. Eu já afirmei aqui, na primeira vez que falei sobre o Cabedelo, que estou à espera que o Presidente da Câmara retire de lá o Parque de Campismo para poder cessar o meu contrato, o meu vínculo.-----

Portanto, não percebo porque é que sistematicamente o Presidente da Junta de uma forma direta e pouco honesta, diga-se de passagem, pouco democrática, porque aqui falamos de democracia e de política, fala do meu rendimento pessoal, que eu ganho, volto a referir, de uma forma honesta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----

ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: “Uma primeira nota para referir que a porta da Junta de Freguesia está sempre aberta para prestar todos os esclarecimentos que qualquer deputado municipal pretenda, e até para efetuar uma visita à minha freguesia. Terei todo o gosto em vos acompanhar e em prestar todos os esclarecimentos, obviamente, no local próprio.-----

Deputado municipal Tiago Cadima Jorge da minha parte não há perseguição pessoal nenhuma. Não compreendo o facto de não aceitarem a vontade popular sufragada, como já disse, no dia 01 de outubro. Por isso, também não consigo entender as razões pelas quais, duma maneira sistemática, querem fazer parar as obras do Cabedelo.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: “Convém também referir que no Projeto inicial do Cabedelo, cuja brochura o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro tem consigo para quem a queira consultar, se previa que a instalação do Parque de Campismo mudava de um sítio para outro e, segundo julgo, isso já não é possível agora.-----

Portanto, apesar da vontade popular ter dito sim, o Senhor e o Partido Socialista terem ganho a freguesia de São Pedro, com um programa eleitoral integrando o Projeto do Cabedelo que previa uma deslocalização do Parque de Campismo, o que é certo é que essa vontade popular não vai ser possível. Com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira já não é possível proceder-se à deslocalização do Parque de Campismo daquele local ou para outro local. Portanto, perdeu-se a valência do campismo no Cabedelo.-----

Nunca fui contra a obra do Cabedelo e julgo que o grupo municipal do Partido Social Democrata também não é contra esta ou qualquer outra obra a decorrer neste momento no Concelho.-----

No Cabedelo, e no que me respeita, sou contra a forma como está a ser feita, porque



acho que devia incluir todos, porquanto, independentemente daquilo que cada um é politicamente, seja do Partido Social Democrata, do Partido Comunista Português, ou do CDS - Partido Popular ou de qualquer das forças aqui representadas, devia-se respeitar a democracia. Eu quando estou com as pessoas não olho para elas pelo seu cartão de militante..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Perguntaram a minha opinião em relação às obras e eu respondo - ela é pública e já foi expressa na comunicação social. O que mais posso dizer? Que confio na Câmara Municipal da Figueira da Foz, portanto, a partir daqui entendam como queiram a minha posição."-----

Mas também há aqui uma coisa que há pouco não falei, tentei ser o mais calmo possível, porque no jogo das palavras por vezes ofende-se sem querer, e ofensa para mim é uma coisa que não deve existir. Quem me conhece sabe que sou uma pessoa de bem, respeito desde os pequeninos de 08 anos, até às pessoas da minha idade e mais idosas, e também me sinto respeitado."-----

Eu soube de uma situação quase idêntica à que se está a passar agora. O que pensam em relação à Torre do Relógio? É um monumento emblemático da Figueira da Foz. Em qualquer cartaz lá aparece a Torre do Relógio. Sabem o que aconteceu aquando da construção daquela Torre? Também queriam fazer um abaixo-assinado para a Torre não ser construída, e se calhar, até para a deitar abaixo. Se isso tem acontecido o que era a Figueira da Foz sem aquela peça emblemática."-----

Há mais e isto é convosco, é connosco e é com todos!"-----

Ainda agora o disse em assembleia de freguesia «Vamos ter cuidado que aquilo que aconteceu na ponte em Génova pode-nos acontecer a nós». Eu não quero ter a responsabilidade de não ter alertado diversas vezes que o Porto Comercial nunca devia ter sido feito aqui, deveria ter sido construído do lado de lá. A lota, essa sim, deveria ter sido feita do lado de cá. A zona ribeirinha não tem comércio tradicional precisamente por causa disso."-----

Quando a barba do outro está a arder nós temos de pôr a nossa barba de molho. Compreenderam o que eu disse - libertar a ponte de tanto tráfego, de tanta tonelada a passar lá por cima, para que amanhã não sejamos acusados de sermos os culpados."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Muitas são as questões e eu começaria pelo processo. Curial como faz parte de qualquer audiência que haja, nomeadamente, quando as perguntas são lidas a esmo e em catadupa que, pelo menos, até se tome fôlego na forma como



elas são colocadas, para dar oportunidade ao interrogado, lido bandido, que está a ser visado.-----

Isto não é curial, normalmente, manda-se antecipadamente o rol de perguntas, porque isto é um órgão político e aqui discutem-se opções, não andamos ao detalhe. Até no Regimento se pode ler que, em regra, as questões são colocadas e o Presidente da Câmara se estiver habilitado responderá, se não remete para a sessão seguinte a sua resposta.-----

Se esta era a sessão e se isto era o objetivo, tinham apresentado as perguntas e eu tinha-me preparado... Mas eu vou responder, não tenham problemas em relação a isso.-----

Não houve obra alguma na Figueira da Foz que não tivesse tido embargos judiciais, providências cautelares e ações populares. E estou a falar, por exemplo, do Mercado Municipal, do Projeto de Regeneração, etc.-----

Tenho a certeza daquilo que defendo e, portanto, naturalmente, também terei de estar preparado para as perguntas que me fez em catadupa, mas às quais não irei responder do mesmo modo.-----

Este processo de construção dum Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, começou em 2014, quando se negociou o Portugal 2020, era o Partido Social Democrata então Governo, e foi concluído com a participação ativa, e aqui há que reconhecer, do então Ministro Poiares Maduro. O acordo de parceria Portugal 2020 elegeu os planos estratégicos de desenvolvimento urbano como uma das matérias onde era necessário intervir, e só através do cumprimento de alguns objetivos a Comissão Europeia poderia atribuir os financiamentos.-----

Isso foi discutido no âmbito do Pacto Regional e todos os autarcas tiveram posteriormente a oportunidade, perante a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de dizer quais eram as suas preocupações, objetivos, e projetos para o cumprimento destes últimos.-----

Sendo o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco entendido em Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, sabe perfeitamente quais são as linhas programáticas e as condicionantes do Portugal 2020, em que áreas se pode intervir, que tipo de requalificação se pode fazer e quais são os objetivos.-----

Portanto, elegeram-se aqui uma série de preocupações, por exemplo, a reabilitação de uma zona industrial degradada e desqualificada, o Cabedelo, porque de facto, havia ali uma zona de indústria naval a desqualificar o espaço e onde era necessário intervir. Com base nesse argumento justificou-se perante a Comissão de Coordenação



e Desenvolvimento Regional do Centro um investimento de cerca de dois milhões de euros. A Ciclovia de Vila Verde não foi falada, mas que está em franco desenvolvimento e integrou-se nos acessos às áreas urbanas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano um ciclo de transporte suave. Justificação validada.--

Requalificação dos Centros Históricos melhorando as acessibilidades, criando circuitos pedonais, passou a ser elegível, abrindo as praças e retirando os automóveis. Portanto, a Câmara Municipal apresentou essas soluções e foi elegível. E o mesmo para a requalificação de alguns edifícios antigos e para Buarcos, onde o grande argumento foi o facto de ser um espaço público, completamente rasgado e atravessado por estradas e por troços de estradas, absolutamente redundantes e desnecessários. Com isso conseguiu-se qualificar e ter o acesso a oito milhões de euros para aplicação direta na cidade.-----

Creio que isto responde às perguntas, porque não foi para os Combatentes e porque não podia ir para os Combatentes. Porque não tinha argumentação lógica. Também responde à pergunta porque não foi para o Bairro do Padre Américo. Quem me dera a mim que tivesse ido, mas aquele Bairro não é propriedade do Município da Figueira da Foz, razão pela qual não se pôde atempadamente justificar perante a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que a autarquia tinha o domínio e a propriedade de facto para ali intervir.-----

A contratualização desses oito milhões de euros foi assinada, salvo erro, entre meados de 2015 e princípio de 2016, com o objetivo de até ao final de 2016 ser apresentado o plano de ação.-----

Na altura, foi dado algum tempo à equipa, arquitetos da casa, para delinear a intervenção. Volvidos quase nove meses pouco ou nada tinham acrescentado. Já estavam reféns de uma série de interesses e de lógicas pessoais subjetivas, e às tantas perderam o manto. Chamei o coordenador do projeto um professor urbanístico, Professor Jorge Carvalho, que veio ter connosco e começou a definir as linhas de intervenção, e para cada uma dessas linhas foi depois escolhido um arquiteto e um plano de arquitetura diferenciado.-----

Vila Verde já estava em discussão em sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, sendo o projeto revisto e aproveitado com os arquitetos da Câmara. Em relação à intervenção no Centro Histórico foi aproveitado o trabalho desenvolvido pelo gabinete autárquico, e em relação a Buarcos não havia ainda nenhuma conclusão que se pudesse encaixar nos objetivos. E nessa perspetiva, uma vez que aquilo resultava de um conjunto de ideias do Arq.º Ricardo Vieira de Melo, foi-lhe



solicitada esta última intervenção no cumprimento dos objetivos, sob a coordenação direta do Professor Jorge Carvalho, e também porque tinha detalhes muito específicos e com muito a ver com o Plano de Erosão Costeira e a sustentabilidade do próprio Surf.-----

Deputado municipal Tiago Cadima Jorge sempre afirmei e também o referi à Comissão de Utentes que o Município da Figueira da Foz não queria o Parque de Campismo naquela zona privilegiada. Esse foi um dos objetivos - a integração de ordem paisagística que fizesse a intervenção no espaço do mar e criasse um layout para uma 2.ª fase. Esta 2.ª fase já está em pré-estudo e vai-se depois procurar aí uma lógica mais de utilização direta.-----

Foi assim que se construiu este modelo, fizemos a apresentação pública daquilo que era mais discutível, nomeadamente, em São Pedro, numa luta contra o tempo porque os projetos tinham de ser submetidos necessariamente até ao fim de dezembro de 2016. Fez-se a apresentação pública no Grupo Caras Direitas e no Desportivo Clube Marítimo da Gala, porque os projetos eram de ordem urbana.-----

Por reunirem amplo consenso, remetemos o esclarecimento da opinião pública sobre a intervenção nas quatro vias, Combatentes, Bombeiros Voluntários e Santos Rocha, e as transversais, para os folhetos de comunicação a cada um e de per si, sempre em contacto direto com cada comerciante, anunciando, negociando as fases de intervenção, e o critério de oportunidade.-----

E foi isso que se trouxe à Câmara Municipal, foi aprovado e aceite em reunião de Câmara Municipal, inclusive com os votos do Partido Social Democrata que votou favoravelmente, e com base na relação de estrita confiança avançou-se para o projeto de abertura de concursos ascendendo a 10 milhões de euros.-----

Portanto, temos a segurança e a certeza, conferida pelas instâncias democráticas eleitas, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, porque foi nesta assembleia com uma outra configuração que também se aprovaram os projetos.-----

Não me peça quando, a que horas, nem o nome e a morada cada um dos deputados, mas isto foi aprovado em sede deste órgão deliberativo dado o valor e o facto de ir a visto do tribunal de Contas.-----

Entrou depois na nossa agenda política quando pusemos em ação programática deste executivo e acolheu a aceitação generalizada dos figueirenses. Ampla democraticidade em todo este processo e absoluta transparência.-----

Indo agora às questões específicas, portanto, isto já teve este crivo, não é obrigatório haver estudo de impacto e não se vai criar estudo de impacto ou outras



burocracias desnecessárias. Porque como já mencionei, a legitimidade e o controlo estavam todos exercidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pelo Estado Português, pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal quando aprovaram projeto, e pelo Tribunal de Contas quando reconheceu que o projeto era claro, transparente e aceitável.-----

A consulta não era necessária, convidaram-se todas as entidades a estarem presentes na sua apresentação. A Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz procurou depois esclarecimentos, mas fê-lo de uma forma clara sem nenhuma arregimentação em praça pública, porque até fora ouvida antes.-----

Até que ponto conheço o projeto? Até ao ponto do detalhe. Definiram-se opções; enquadrou-se isto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento; o Estado Português definiu aquilo que é estratégico e absolutamente necessário para a reconversão dos tecidos urbanos, e nas apresentações sucessivas e esclarecimentos entendidos por conveniente.-----

Eu acompanho este projeto até ao domínio da opção política e das competências que me estão atribuídas, com a responsabilidade do cargo que assumo.-----

Quais são as fases da obra? Porquê estas e não outras?-----

Como sabe a ambição é acabar estas obras até ao fim do ano de 2019. Então discutir-se-á o programa de apoio e a renegociação de verbas, e tal permitir-nos-á encaixar mais obras, mais regeneração, e cumprir outros objetivos para além desses. Posso dizer aqui que, infelizmente, a maior parte dos Concelhos da Região ainda não cumpriram nem adjudicaram os projetos a que se comprometeram. Felizmente, o Município da Figueira da Foz tem oito milhões de euros e com a comparticipação da autarquia ascende a dez milhões de euros de obra em curso. Espero deixar esse legado para o futuro, desejando que se possa desenvolver para lá de 2021 e que possa ultrapassar esta atribuição, pelo facto, de sermos parceiros cumpridores.- Esta fase foi escolhida porque tinha 12 meses, apesar de saber o quanto impopular seria e que nem tudo iria ser agradável. Por isso, muitos Presidentes de Câmara não fazem este tipo de obra, porque abrir estradas a bica aberta para tirar galerias centenárias que fazem a recolha de efluentes domésticos com efluentes pluviais, agravando depois as políticas de saneamento, é muito difícil, é muito desagradável.-----

Sei perfeitamente que o executivo neste ano será sempre alvo de ataques, mas faz parte da vida. Não o fazer, recuar é que não! São dinheiros públicos e eu sou um gestor de dinheiros públicos e, portanto, tenho a serena consciência do que estou



a fazer a favor da minha cidade e que a execução final será extremamente útil para o bem-estar de todos os figueirenses.-----

Portanto, já lhe respondi porque razão não foi possível abranger as comunidades desfavorecidas. Se porventura, depois de 2019, me permitirem pôr mais obras, inclusive a questão do Bairro do Padre Américo, e eu já tiver a documentação que possa habilitar o Município a intervir ali, na sequência do processo de negociação a decorrer com o Centro Paroquial de São Julião e a Comissão Fabriqueira, assim o farei. Só não o fizemos porque, de facto, não tínhamos como comprovar a titularidade desse espaço.-----

Quem vai pagar esta alteração? Não há nada a pagar, os projetos estão pagos e as alterações não têm qualquer tipo de custo acrescido. Haverá custos acrescidos, se porventura, se se adiar mais a obra. O empreiteiro já nos pediu uma definição clara, e como já o disse aos utentes que aqui vieram, isto passa pela preservação daquelas árvores de grande porte que consideramos merecerem ser preservadas.----

Serão abatidas nove delas tipo choupos, mas eu depois darei uma nota expressa a cada um de vós. Em vez de se ter um corredor que abatesse mais árvores, optou-se por se procurar no espaço das árvores qual seria aquele que minimizava o custo. A mesma política foi seguida em relação à frente do Mercado Municipal, sendo que o objetivo é que este tenha uma visibilidade e possa integrar a praça.-----

As duzentas e trinta árvores constam do projeto e para não se ter o espaço desocupado, no meio das árvores, vamos pôr mais árvores e arbustos e vamos dar ao Jardim Dr. Fernando Traqueia uma dinâmica mais agradável valorizando o seu espaço. O saneamento pluvial vai ser toda revisitado, aliás, a obra está a demorar mais em Buarcos, precisamente, por estarmos a visitar toda a questão do saneamento. Aliás, concluiu-se já há dois ou três anos o problema da Ribeira de Buarcos e pretende-se que aquilo seja um espaço com decurso das águas pluviais de forma livre.-----

A questão dos Resíduos de Construção e Demolição está respondida por natureza - cumpriu-se o Regulamento Municipal, ou seja, todas as obras municipais têm necessariamente de passar pela reciclagem.-----

O Movimento Parque Verde podia-me ter feito essa cortesia, de antes de fazer o manifesto ter solicitado uma reunião com caráter urgente comigo, mas fê-lo em direto nas televisões. Não é num direto na televisão que se íntima o Presidente da Câmara quando já era sabido que não ia haver abate. Aliás, eu fui surpreendido com o abate, porque a mancha florestal no local é absolutamente coincidente com o



projeto, e eu não sei se o arvoredado apresentado no projeto é um choupo ou um plátano. Quando tive a noção de que implicaria este tipo de abate de árvores, obviamente, fui o primeiro a preservá-las.-----

Os 25 choupos foram abatidos e bem em Tavarede, porque estavam a destruir aquilo tudo.-----

Na questão dos vestígios arqueológicos, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P. ordena e bem que se faça uma georreferenciação de espaços. Não se ia ali destapar todo o Cais da Reboleira e destruir a cidade toda. Colocar uma tampa de vidro numa estrada era um disparate, para além de não nos ter sido solicitada essa intervenção.-----

O deputado municipal Christopher Maia Oliveira colocou algumas questões em relação a Rua 5 de Outubro.-----

depois de obtidos os espaços necessários de estacionamento que queremos, esta será também a oportunidade de numa 2.ª fase se ir avançando para o terraplano e, então aí, se efetuar uma intervenção mais exigente com as passagens naquela artéria.-- Por minha vontade nunca a Rua 5 de Outubro teria o tráfego que tem, mas eu tenho de ter alguma tolerância, alguma elasticidade, enfim, compreender que nem tudo o que se pretende é possível, e compatibilizar isto com algumas reivindicações surgidas na altura.-----

Se agora tivermos oportunidade de oferecer alternativa aí seremos mais exigentes, porque acho que aquele espaço merece ser preservado, e pode-se até integrar neste processo.-----

A questão do impacto no espaço desta obra. Esta obra tem uma análise detalhada de todo o espaço ao nível de efluentes que, como já referi, vão ser revisitados.---

Foram intimadas mais duas pessoas, embora eu não goste muito do modo como foi feito, porque acho que a intimação deve ser genérica, com uma discussão aberta e com níveis de tolerância adequados. Mas também não me cabe a mim tomar a palavra por todos, embora o Regimento assim o diga. Por isso, pedia ao Presidente da Assembleia Municipal que autorizasse o Vereador Carlos Monteiro a responder às questões que lhe foram colocadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Carlos Monteiro.-----

VEREADOR CARLOS MONTEIRO: "Eu chegado a este ponto já pouco terei a dizer, porque o Presidente da Câmara respondeu bem e assertivamente a todas as questões. No entanto, gostaria apenas de reforçar dois aspetos abordados por ele.-----

Todas as intervenções no subsolo do nosso Concelho e, fundamentalmente, nesta zona



antiga, são acompanhados por arqueólogos. Parques de estacionamento e até os ecopontos subterrâneos têm sempre o acompanhamento dos arqueólogos, que reportam a situação ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P. e o Município cumpre.-----

Na verdade, deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, isso atrasou um bocadinho as obras na Praça 8 de Maio, para os arqueólogos poderem avaliar, reportar, analisar e reconstruir um pouco a história descrita pelo Doutor Santos Rocha em «Materiais para a História da Figueira».-----

Se conheço o processo? Hoje, se calhar já não me lembro de tudo. Se me colocar aqui uma questão específica possivelmente não lhe saberei responder, mas quando analisamos o projeto sim, fomos ao pelo. E permita-me dizer-lhe que todos os processos são acompanhados pelos arquitetos paisagistas, técnicos e engenheiros municipais, porque estes têm anos de experiência, conhecem bem a cidade e muitas vezes opinam alterações. São todos revistos.-----

Relativamente aos lugares de estacionamento, eu podia responder com outras questões, mas não me quero alongar. Podia perguntar: Hoje, em pleno Século XXI, não faz sentido separar as águas pluviais das residuais? Não foi uma boa intervenção? Faz sentido os alunos quando sobem a Rua dos Bombeiros Voluntários andarem pelo meio dos carros? Faz sentido as pessoas quando atravessam Rua dos Combatentes terem de competir com os carros pelo espaço? Faz sentido a população que vive nesta zona, com o nível etário entre os 70/80 anos, não ter um passeio para caminhar? Julgamos que não.-----

Tivemos de harmonizar estas situações, separar as águas pluviais das residuais, retirar mais zonas de estacionamento para dar fruição do espaço ao peão.-----

Mas por estarmos conscientes deste problema, arrancou-se um bocadinho antes com o Parque de Estacionamento na centralidade que foi possível e no espaço que se encontrou. Agora vão-me perguntar se tem 56 lugares. Tem, julgo eu, 55 lugares, porque para se colocar a portaria de entrada e de controlo de acessos, se teve de reduzir um lugar. Mas houve um tempo em que eu soube exatamente os lugares que tinha, hoje dir-lhos-ei aproximadamente.-----

E se somarmos todos os lugares eu acredito que haja um ganho, mas, fundamentalmente, relevante foi a contribuição que demos em termos ambientais para tratar as águas residuais separando as pluviais das domésticas.-----

Por isso, não se intervencionaram ainda algumas ruas. Aliás, Rua Direita do Monte hoje está sempre a ceder exatamente por ter um problema de galeria. Mas também



iremos arranjar outras ruas, a Afonso de Albuquerque, a Bartolomeu Dias, infelizmente, não se conseguirá repará-las a mexer nas infraestruturas, porque não existe também arcaboço financeiro para o fazer.-----
Em meu entender, as prioridades foram aqui bem definidas - tratar da questão do saneamento, dar espaço ao peão, permitir que os alunos e a população idosa que frequentam esta zona escolar tenham passeios para caminhar, e sim, arranjar lugares para estacionamento. O Parque de Estacionamento custou aproximadamente 500.000 euros, mas era fundamental.-----
Deixem-me só concluir com uma intervenção genérica.-----
Há muito tempo, o Eng.º Duarte Silva, à época, encomendou um estudo sobre as árvores da Figueira, por padecerem de alguns problemas. Padecem do problema de serem praticamente todas do mesmo tipo. Ora, sabem tão bem como eu, que quando todas as árvores são do mesmo tipo se ocorrer uma doença ou um problema podem desaparecer todas.-----
Era assim no Parque Municipal de Campismo onde tivemos uma plantação diversificada, substituindo resinosas por folhosas, exatamente para diversificar. E na Figueira da Foz, nesta zona mais antiga, temos alguns problemas. Primeiro os choupos são árvores de duração relativamente limitada, procuram a água e dão cabo dos passeios. Basta passarem pela Esplanada do Costa Azul para perceberem como aquele passeio está todo ondulado devido aos choupos que lá estão.-----
Mas, fundamentalmente, durante este tempo ainda aconteceu outra coisa igualmente grave - a localização errada destas árvores. Passem na Rua 12 de Julho, em São Pedro, e o passeio que é passeio não é passeio, porque no meio do passeio estão as caldeiras com as árvores. Fizeram-se os passeios e simultaneamente impediram-se as pessoas de circular! E aconteceu outra coisa igualmente grave - as podas mal feitas, as chamadas podas camarárias, com cortes de 20/30 centímetros deixando as árvores extremamente debilitadas.-----
Eu há uns anos, no âmbito de uma sessão, perguntei ao então Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Daniel Santos, porque não se fazia a requalificação do parque arbóreo e a sua renovação, e ele dizia-me «Carlos, porque não se compadece com os programas eleitorais». Na verdade, demora muito até as árvores plantadas de novo atingirem o estado de maturidade.-----
Mas é importante também fazer a requalificação do parque arbóreo, porque se este for muito envelhecido e muito homogéneo de um momento para o outro podemos ter um problema.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Muito agradeço a forma serena, bem informada e atenta como o Presidente da Câmara respondeu ao conjunto das minhas questões.-----

Não me passa pela cabeça, e digo isto de olhos nos olhos, que a velocidade com que eu falei fosse interpretada mal. Não é essa a minha postura. Eu tinha todo o interesse em ouvir, aliás, por isso é que eu queria uma Assembleia Municipal extraordinária, justamente para vos ouvir. Respondeu a todas as questões, bem como, o Vereador Carlos Monteiro.-----

Precisávamos deste debate sereno, informado e democrático. Depois desta discussão, permitam-me tirar três conclusões telegráficas.-----

Primeiro, tenho muita pena que este debate desta última hora e meia, só agora tenha ocorrido, quando as obras já estão em curso e quando algumas delas já têm muitos meses. Assim, deixo-vos aqui o desafio de na próxima vez que o Município lançar obra faça este debate antes da mesma começar, pois todos sairíamos a ganhar. Com certeza as obras seriam melhores e todos ficariam muito mais satisfeitos porque, obviamente, todos almejamos o progresso do nosso concelho.-----

Segundo, estas obras na sua totalidade são uma clara opção política da vossa parte. Nada contra. Os senhores foram eleitos para o desempenho das funções, não colocamos em causa a vossa legitimidade em exercer o direito de quererem fazer obra, e quanto muito, podemos fazer perguntas e discordar, eventualmente, com algumas das opções tomadas.-----

Portanto, estas obras são uma opção política e é sobre estas obras que os senhores irão responder daqui a três anos.-----

Finalmente, em terceiro lugar, depois de devidamente informado por vossas excelências não fico convencido de que todas estas obras sejam boas para os locais onde vão ser executadas.-----

Neste momento, não tenho qualquer dúvida que algumas das vossas opções em relação às obras de Buarcos serão más não só para a circulação rodoviária, bem como, para as pessoas que ali vivem, trabalham e têm o seu comércio.-----

No entanto, democraticamente agradeço, aceito as opções que tomaram e que, finalmente, tenham tido disposição para informar esta Assembleia Municipal, das opções que tomaram."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - **APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:**



5.1 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 8,20 M2, SITA NO BECO DAS MARÉS - PRAIA DA LEIROSA, FREGUESIA DE MARINHA DAS ONDAS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 08,20 m2, sita no Beco das Marés, freguesia de Marinha das Ondas, confrontando a Norte com Elísio da Costa, a Sul com Joaquim da Silva, a Nascente com José Manuel Nunes Bilhau e a Poente com o Beco das Marés, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior alienação ao confinante José Manuel Nunes Bilhau para integrar o seu prédio urbano. Esta desafetação foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 30 de julho de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva, Isabel Guardão Tavares e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, desafetar do domínio público municipal uma parcela de terreno com a área de 08,20 m2, sita no Beco das Marés, freguesia de Marinha das Ondas, confrontando a Norte com Elísio da Costa, a Sul com Joaquim da Silva, a Nascente com José Manuel Nunes Bilhau e a Poente com o Beco das Marés, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior alienação ao confinante José Manuel Nunes Bilhau para integrar o seu prédio urbano.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

5.2 - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2018/2019 - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2018/2019, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz em 27 de junho do corrente ano, e solicitada a autorização desta Assembleia Municipal para a assunção dos respetivos encargos plurianuais, no valor global de 495.000,00 €, Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----
Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 30 de



julho de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Relativamente aos transportes escolares, a Coligação Democrática Unitária muito sucintamente irá dizer que não pode acompanhar o contentamento já aqui manifestado.-----

Mas vejamos, há alunos que saem da Escola das Abadias, atual Escola EB 2.º e 3.º Ciclos Dr. João de Barros, para ir a correr apanhar o transporte público ao Mercado. Isto acontecia o ano passado e continua a acontecer este ano.-----

A Coligação Democrática Unitária sabe porque é que isto acontece, porque não temos verdadeiramente um transporte escolar, mas sim um transporte de passageiros, da população em geral que também transporta os alunos.-----

No regresso a casa há esperas para muitos alunos e, tendo em conta o nível etário dos jovens e as suas responsabilidades, esse tempo demasiado que eles estão à espera não favorece as responsabilidades deles enquanto estudantes e a sua preparação para o estudo.-----

O mesmo se passa de manhã, quando muitos dos alunos vêm para a escola. As voltas são tantas para aproveitar o mesmo autocarro que passa por várias empresas, não vale a pena referir nomes. Se olharmos para o conjunto dos serviços escolares atribuídos a determinadas empresas, nós vemos à mesma hora os autocarros a funcionar por este percurso ou por aquele outro, e constata-se que a empresa transportadora não tem quantidade suficiente de autocarros para fazer aquele serviço, porque o faz percorrendo vários sítios para ir buscar vários alunos para a mesma escola.-----

Isto é um problema para as nossas crianças que se levantam demasiado cedo para ir para a escola."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O que se pede à Assembleia Municipal é que autorize previamente a plurianualidade dos encargos decorrentes do Plano de Transportes Escolares do ano letivo 2018/2019.-----

Portanto, a rede de transportes escolares não está propriamente aqui em discussão. Necessariamente terá algumas deficiências, as quais serão revistas a seu tempo, de uma forma mais ponderada e quando houver possibilidades. Por ora é tudo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com o Plano de Transportes Escolares do ano letivo 2018/2019, no valor global de 495.000,00 € (quatrocentos e noventa e cinco mil euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído, pelos anos económicos de 2018 e 2019, os quais não poderão exceder: ---

1 - Ano económico de 2018 - 203.450,00 € (duzentos e três mil quatrocentos e cinquenta euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

2 - Ano económico de 2019 - 291.550,00 € (duzentos e noventa e um mil quinhentos e cinquenta euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, NOS TERMOS DO ART.º 101.º DA LEI N.º 114/2017, DE 29 DE DEZEMBRO (LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018)

Pelo Vice-Presidente da Câmara foi proposta a substituição dos empréstimos contraídos no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro à Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL., por um outro a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 14.464.000,00 €, cuja informação dos serviços financeiros se dá aqui por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número dois à presente ata. - O processo foi precedido de deliberação em sede de reunião de Câmara de 30 de julho de 2018, bem como, de auscultação à Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, Novo Banco, S.A., Millennium BCP, Bankinter, S.A., Caixa Económica Montepio Geral, Eurobic - Banco BIC Português, S.A., Banco CTT, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL., e Banco Santander Totta, S.A., sendo acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município da Figueira da Foz, em cumprimento das disposições combinadas do n.º 4



do art.º 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação.-----

Das propostas apresentadas a da Caixa Geral de Depósitos, S.A. foi considerada a mais vantajosa para o Município, tendo em atenção o spread de 1,2% e a componente de determinação da taxa de juro variável, indexada à Euribor a 06 meses (base 360 dias sem floor).-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 14 de setembro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária vai votar contra este ponto da ordem de trabalhos, provavelmente, por uma questão de incompreensão.--- Tendo o Município um superavit, não se conseguem compreender as razões do Município subjacentes à realização desta operação de substituição de dívida, contraindo novos empréstimos para pagar o que está para trás.-----

Do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, basta analisar os números fornecidos pela Câmara Municipal, para verificar que a autarquia tem dinheiro suficiente para aumentar a amortização da dívida e, passe a expressão, dar cabo da mesma em pouco tempo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não há nenhum superavit. Há sim uma transferência de saldo porém, isso não corresponde necessariamente a um superavit, porque com as transferências de saldo também se transferem as dívidas e os encargos. Portanto, não há superavit no âmbito da gestão.-----

Mas, acho bem haver nesta Assembleia Municipal deputados municipais preparados para assumir a discussão."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Peço desculpa pela insistência.----- Não sou economista, mas havendo capacidade para pagar a dívida em 3, 4, 5 anos, porque razão se opta por pagá-la em 14 anos? Dá-me a impressão de se querer aqui pôr de lado dinheiro para outros fins, os quais com certeza já estarão em lista. Não se sabe para quando, mas parece-me ser isso, de facto, o que está em causa.- Agora, cada vez que a Coligação Democrática Unitária fala em superavit, e uma vez tive até uma conversa informal com o Vereador Carlos Monteiro, o executivo municipal contrapõe afirmando não haver superavit.----- Mas, por amor de Deus, então expliquem-me o que significa aquela boa saúde



financeira constatada nos documentos que me são apresentados.-----
Agora, se o Presidente da Câmara me disser assim não, a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz está perfeitamente enganada, o Município não tem saúde financeira nenhuma, eu que sou uma pessoa de boa-fé vou ler outra vez os papéis, vou pedir ajuda porque não sou economista, e pode ser que me convençam. Até ao momento não o conseguiram.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A pergunta assim foi reformulada, porém eu continuo a dizer-lhe não há superavit. Há aqui é uma faculdade concedida pela Lei do Orçamento de Estado de 2018 de a autarquia proceder a uma operação da substituição da dívida. Em 2011, a Câmara Municipal assumiu um encargo de 31 milhões, um passivo dos anteriores executivos que estava a ser pago em 12 anos de uma forma draconiana, extremamente rigorosa e exigente. A Lei agora permite aos municípios que não estejam em situação de desequilíbrio financeiro, como o nosso felizmente já não está, que possam fazer esse pagamento num período mais dilatado de 20 anos.-----

Isto permite mais folga para investimentos em carteira, mas é a bem do Município deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Não é para esbanjar. Os investimentos já estão em vista, já os pré-anunciei, a saber, correr atrás das linhas de financiamento, assumindo porventura nos anos de 2019 e de 2020 algumas obras públicas necessárias e que à posteriori possam vir a ser financiadas.-----

Falo, grosso modo, do Convento de Seiça, das intervenções necessárias nas estradas e ruas, e de todo um conjunto de prioridades que ainda reclamam investimento por parte da Câmara Municipal.-----

Porque até agora não se foi mais longe porque efetivamente também a receita não o permitia. Aliás, não se peça a um gestor público para poupar dinheiro. É tão grave esbanjar dinheiro, ficar a dever, como andar a poupá-lo. Porque se o andar a poupar é sinal que não se está a cumprir a tarefa para que se foi eleito.-----

E, portanto, há um conjunto de investimentos e de atividades para desenvolver e obviamente essa liquidez é precisa. Praticamente é uma substituição e não tem mais nenhum encargo para a Câmara. Apenas suaviza o pagamento que teria de ser feito agora em mais 6 anos ao permitir que ele seja feito em 20 anos. Há, portanto, aqui também uma divisão equitativa por forma a suavizar o esforço conseguido nestes últimos três anos.-----

E fundamentalmente é isto, pela primeira vez a lei permite-o e bem, porque teve em consideração o espartilho que este cumprimento estava a exigir dos cumpridores



honestos, sérios e pontuais.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Serei muito rápido, telegráfico e preciso nas duas questões a colocar em relação a este assunto.-----

Basicamente, está a ser proposto que o grupo municipal do Partido Social Democrata valide uma opção que, eventualmente alguns de nós também já tiveram em algum momento da sua vida, ou seja, tem-se um empréstimo bancário e em vez de ser pago a 30 anos renegociámo-lo para pagá-lo em 60 e, portanto, no fundo empurra-se a dívida com a barriga para a frente.-----

Utilizando uma linguagem popular é isto que a Câmara quer ver aprovado. No fundo, a substituição de dívida significará um novo empréstimo. Ora, quais são os custos associados a este novo empréstimo? Com toda a legitimidade democrática pergunto o que é que esta folga financeira vai permitir em termos de investimentos? Mas gostaria de ter uma resposta precisa, porque atirar-se para aqui com o Convento de Seiça, com todo o respeito, é pouco.-----

Quais são as opções que permitem que o grupo municipal do Partido Social Democrata fique descansado em relação à forma como vai ser utilizada esta folga financeira.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Permita-me responder a esta pergunta muito técnica.-----

Normalmente, quando se pede uma dilação do prazo aumenta a taxa de juro, mas aqui há uma diminuição sensível da taxa de juro. Esta diminui, passa de 1,95% para 1% e não está sujeita a spreads. Havia outras alternativas, mas optou-se por esta dado o Diretor Financeiro ter considerado ser a mais segura e a mais estável.---

Daremos nota dos encargos quando apresentarmos as Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

Para já a estratégia é correr atrás das intervenções necessárias e que possam ser elegíveis numa revisão do Quadro Comunitário de Apoio, como o Convento de Seiça e outras do género.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Fiquei um pouco o «preocupado» com a forma como os grupos municipais do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária estão aqui a tratar este assunto.-----

São contra que se façam determinadas obras na Figueira da Foz apesar de financiadas pela maioria do capital. Entretanto, não se preocupam com as obras nas freguesias, para as quais não existem este tipo de projetos financiados.-----



Estes pequenos valores financeiros que vão sobrar deste trabalho financeiro em curso, eventualmente, servirão para acorrer às freguesias rurais. E isso é extremamente importante. Não se podem fazer obras só na Cidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “No essencial já está quase tudo dito. Queria só deixar para registo duas ou três notas, quase marginais em face do debate tido sobre este tema e quase à guisa de esclarecimento, se me posso permitir isso.-----
Verdadeiramente, haverá um empréstimo novo, mas não há dívida nova. Esta distinção é importante, porquanto há um novo empréstimo que substitui os anteriores, mas sem acréscimo de dívida.-----

No fundo, o Município da Figueira da Foz substituirá os três empréstimos contraídos em 2011, no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, por um.-----

O Presidente da Câmara referiu que as condições de financiamento do Município melhorarão, e isso também é importante frisar. Há aqui uma descida no spread de 0,55%, passando de 1,755% atual para 1,2%.-----

E com isto finalizo, verdadeiramente e nos mesmos termos referidos pelo Presidente da Câmara - não há qualquer espécie de superavit, isso é uma espécie de uma ficção. Existe um saldo de gerência que transita. Esse saldo de gerência decorre da circunstância de poder haver diferenças na execução entre a despesa e a receita. No dia em que esse tal saldo de gerência fosse aplicado na íntegra no pagamento dos empréstimos, não estaríamos aqui confrontados com um conjunto de intervenções que o executivo nos propõe na altura em que faz justamente a integração desse saldo no Orçamento do Município. Teríamos tão somente aqui uma alínea a dizer pagamento definitivo do empréstimo.-----

Bom e até pode ser assim. O que não se pode querer é «sol na eira e chuva no nabal». Não se pode querer ao mesmo tempo pagar a dívida mais depressa por um lado, e depois exigir mais intervenções e o aumento da dotação de bens e serviços públicos. Isso não podemos fazer!-----

E, portanto, desse ponto de vista, esta operação é mais bem-feita e equilibrada. A intervenção do legislador ajudou aqui muito porque permitiu que o parâmetro prazo, o parâmetro tempo, fosse mexido neste tipo de operações. Essa possibilidade não existia ou não estava claro que existisse e, portanto, do ponto de vista do equilíbrio entre a saúde financeira do Município e o acréscimo da capacidade de realizar obra e de aumentar a dotação de bens e serviços públicos, como digo, é a operação mais bem conseguida que em meu entender, neste momento, estava ao alcance



do Município.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Dirijo-me ao deputado municipal João Paulo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia do Paião, que certamente não o faz por má intenção. A aprovação do orçamento já foi daqui a pouco há um ano e a memória vai apagando algumas coisas.-----

Se procurar nos seus canhenhos chegará a uma fácil conclusão - que a Coligação Democrática Unitária votou contra o Orçamento, exatamente porque entendeu que ele favorecia em peso desequilibrado e desmedido a zona urbana, em detrimento de uma atenção para si importantíssima e que tarda às freguesias, nomeadamente as rurais.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Só uma nota e uma pergunta e serei absolutamente telegráfico.-----

Primeiro, ninguém afirmou que a dívida ia ser aumentada. Em segundo lugar, uma pergunta muito simples, ou técnica se quiserem - o abaixamento do spread não significa necessariamente o prolongamento da dívida? Ou seja, podia-se fazer a substituição da dívida baixando o spread eventualmente, até baixando o prazo de juro, com a mesma maturidade? Portanto, penso eu, esse não é um argumento sério para esta discussão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “No seguimento da intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, esclareço que o Partido Social Democrata também votou contra esse orçamento, na altura. Inclusivamente, denunciei na última assembleia a discrepância nele existente entre as freguesias urbanas e não urbanas, os tais 60% versus 40%. Sublinho não ter sido só a Coligação Democrática Unitária a votar contra, pois o Partido Social Democrata também o fez.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “É verdade o que o deputado municipal Pedro Alves Macedo acabou de dizer.-----

A negociação dos juros vinha de qualquer forma. Porém, aproveitou-se o facto de se ter uma abertura da lei e o propósito e a necessidade de ainda acolher algumas urgências de investimento, para de uma só vez fazer esta operação de substituição da dívida e revisão dos juros.-----

A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz se for ver depois o Plano de Atividades e Prestação de Contas verificará que com receitas próprias, ou seja, intervenções



não financiadas, o Município investiu mais nas freguesias que na Cidade.-----
Obviamente, temos aqui 10 milhões de euros à cabeça. Estão contratualizados para a Cidade e só para a Cidade tendo em vista o elemento urbano sustentável.-----
Entretanto, têm-se feito apelos ao decisor para que se abra também a possibilidade de intervenção, nomeadamente, ao nível do associativismo e da intervenção nas áreas rurais.-----

Há, ainda, investimentos contratualizados com a Agência de Desenvolvimento Local e o Município já tem algum reconhecimento na sequência deste investimento assinalado em Quiaios e noutros mais.-----

A autarquia tem perseguido os financiamentos que existem, porque normalmente os financiamentos têm bons propósitos por trás, politicamente bem assumidos e, portanto, não se pretende perder nenhum deles. Assim, como tem também muitos investimentos na política imaterial e esta também faz parte da nossa agenda, embora muitas vezes não seja aqui apreciada nem analisada, mas é tão ou mais importante que a questão da obra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do n.º 1 e n.º 4, ambos do art.º 25 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, e verificados os requisitos previstos no n.º 1 do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e nove votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, aprovar a contratação de um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 14.464.000,00 € (catorze milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil euros), em substituição dos empréstimos de saneamento financeiro contratados junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, C.R.L.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

5.4 - 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2018

Pelo Vice-Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.- Esta revisão tem subjacente a inscrição de novas ações a nível das Despesas de Capital, designadamente, para enquadrar o investimento com as obras de Recuperação do Muro de Suporte na Quinta da Esperança, de natureza plurianual, de Reabilitação e Iluminação do Campo de Futebol de Maiorca, a realizar em 2018, de Construção do Centro de Observação da Avifauna das Lagoas da Vela e Braças, a executar em 2018, a despesa relativa à comparticipação do Município na obra de Reformulação da Rede Pluvial da EM 600 e Zona Portuária, no âmbito do Protocolo celebrado com a Administração do Porto da Figueira da Foz, e ainda, a reprogramação do investimento referente à Reabilitação do Estádio Municipal José Bento Pessoa e Campo de Treinos, tendo em vista a reconversão do campo para relva sintética.-----
Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 14 de setembro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Gostaria de saber o que está previsto na reabilitação do Estádio Municipal José Bento Pessoa, dado o investimento ter sido reprogramado passando a ser plurianual."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Trata-se de uma obra que teve alguma divergência técnica. Inicialmente não estavam previstos o asfalto e a pavimentação, porém, concluiu-se ser absolutamente imprescindível por dar mais estabilidade em termos de utilização do relvado sintético, daí a necessidade deste reforço em sede de Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

Na informação disponibilizada são também fixadas as prioridades. Precisamente, por não termos o tal superavit é que temos de fazer este ajustamento, porque as rubricas são abertas em baixa e depois faz-se a compensação daquilo que não se vai executando.-----

Portanto, será feita a intervenção no Estádio Municipal José Bento Pessoa com uma outra opção técnica, nomeadamente, com o reforço do pavimento tendo em vista estabilizar todo o relvado sintético que ali vai ser aplicado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Tiago Cadima Jorge, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e oito votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, aprovar a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018, visando a inscrição de novas ações a nível das Despesas de Capital, designadamente, para enquadrar o investimento com as obras de Recuperação do Muro de Suporte na Quinta da Esperança, de natureza plurianual, de Reabilitação e Iluminação do Campo de Futebol de Maiorca, a realizar em 2018, de Construção do Centro de Observação da Avifauna das Lagoas da Vela e Braças, a executar em 2018, a despesa relativa à comparticipação do Município na obra de Reformulação da Rede Pluvial da EM 600 e Zona Portuária, no âmbito do Protocolo celebrado com a Administração do Porto da Figueira da Foz, e ainda, a reprogramação do investimento referente à Reabilitação do Estádio Municipal José Bento Pessoa e Campo de Treinos, tendo em vista a reconversão do campo para relva sintética.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM - FIXAÇÃO DO PERCENTUAL A APLICAR NO ANO DE 2019

Pelo Vice-Presidente da Câmara foi proposto, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua última redação, a fixação em 0,25% do percentual da Taxa Municipal de Direito de Passagem a aplicar no ano de 2019.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 14 de setembro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Esta é outra questão que me traz à memória a história dos marretas.-----

Todos os anos, quando nos é presente para votação a fixação do percentual da Taxa



Municipal de Direito de Passagem, a Coligação Democrática Unitária reitera que não é contra o pagamento de Taxas Municipais de Direito de Passagem, mas é contra o reflexo destes custos nas faturas dos contribuintes, por considerar que os mesmos deveriam ser assumidos pelas empresas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Conforme estipula a Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a Taxa Municipal de Direito de Passagem é devida em contrapartida dos direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo dos domínios público e privado municipal.-----

Apesar de o facto gerador da Taxa Municipal do Direito de Passagem ser a ocupação do domínio público ou privado dos municípios com as infraestruturas destinadas às comunicações eletrónicas e, por isso, a mesma ser devida pelas empresas que oferecem redes e serviços daquela natureza, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2017, o seu montante era repercutido na esfera dos consumidores finais residentes nos respetivos municípios.-----

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, veio proibir a prática instalada em diversos setores, a partir de 01 de janeiro de 2017, da repercussão da Taxa Municipal do Direito de Passagem na fatura dos consumidores, determinando que o seu pagamento compete em exclusivo às empresas operadoras das infraestruturas, conforme o respetivo o artigo 85.º dispõe.

No primeiro semestre de 2017, é revista a Lei das Comunicações Eletrónicas aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.-----

Assim, o Partido Social Democrata irá votar contra esta proposta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Está tudo amplamente esclarecido. São opções..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva e Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, sob proposta da Câmara e ao abrigo



das disposições conjugadas das alíneas a) e b) do n.º 3 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e oito votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, fixar em 0,25% o percentual da Taxa Municipal de Direito de Passagem a aplicar no ano de 2019.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA DO BAIRRO SOCIAL, LEIROSA, FREGUESIA DE MARINHA DAS ONDAS

Na sessão de 28 de junho de 2016 foi deliberado por esta Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 607,25 m2, retificada posteriormente para 1.213,70 m2 na sessão de 15 de dezembro do mesmo ano, sita na Rua do Bairro Social, na Leirosa, freguesia de Marinha das Ondas.-----

Esta desafetação do domínio público municipal permitiria a alteração ao Alvará de Loteamento n.º 02/02 em nome da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, e a conseqüente criação de 04 lotes para construção de habitação. Porém, no decorrer do processo de registo predial e em termos de técnica registral, foi entendido pela Conservadora que a metodologia seguida pelos serviços não fora a mais apropriada, e sugerido que se desenvolvesse o processo no sentido dos lotes criados serem inscritos a favor do Município e não em nome do loteador. Para além disso, com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz e considerando as disposições emergentes da Portaria n.º 216-B/2016, de 03 de março, teve de se retificar a área necessária para a constituição dos quatro lotes para 1.432,60 m2, face à obrigatoriedade de se preverem, pelo menos, dois lugares de estacionamento público. Esta desafetação foi aprovada em sede de reunião de Câmara de 14 de setembro.---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho



Silva e Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e art.º 165.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, deliberou, por unanimidade, revogar as deliberações respeitantes aos pontos cinco ponto quatro e cinco ponto um, respetivamente, das atas das sessões da Assembleia Municipal de 28 de junho e 15 de dezembro, ambas do ano de 2016, e desafetar do domínio público municipal uma parcela de terreno com a área de 1.432,60 m², sita na Rua do Bairro Social, na Leirosa, freguesia de Marinha das Ondas, confrontando a Norte com terrenos particulares, a Sul com a Rua do Bairro Social, a Nascente com a Rua do Centro Social e a Poente com a Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, por forma a permitir uma operação de loteamento autónoma em nome do Município da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ESPAÇO COWORKING «MERCADO DE IDEIAS»

Pelo Vice-Presidente da Câmara foi presente para apreciação e votação o Regulamento do Espaço Coworking "Mercado de Ideias", acompanhado da fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas previstas no seu art.º 13.º, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "No presente Regulamento, a certo ponto pode ler-se que o Município da Figueira da Foz prevê a criação de uma rede de colaboração com entidades parceiras. Já existem entidades interessadas em pertencer a este projeto? É igualmente referido que o projeto pretende apoiar os jovens. Espero com toda a sinceridade que este objetivo seja efetivamente alcançado, pois já basta que os jovens figueirenses tenham de abandonar o Concelho por falta de oportunidades."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Este ponto causa-me muitas dúvidas e algumas perplexidades. Em primeiro lugar, parece moderno sempre que se fala de tecnologia ou de emprego utilizar-se termos em língua estrangeira, nomeadamente, em Inglês. Isto agasta-me profundamente e eu sou professora de Inglês, mas acho que Coworking é trabalho parceiro, e por aí adiante.-----



Na introdução, no ponto dois, fala-se da contratação de um Técnico Superior para assistir aquele espaço. Para além da dúvida se seria ou não necessário um Técnico Superior, mas os senhores saberão disso muito melhor, e se optaram por isso é, porque se calhar, é essa a necessidade, questiono se o recrutamento deste Técnico Superior será feito através de concurso público ou recorrendo ao mecanismo da mobilidade de um trabalhador já afeto ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal. --- Depois, no art.º 4.º, ponto 1, fala-se na averiguação da validade dos projetos. Estes serão aceites se tiverem determinadas características, se lhe for conferido valor acrescentado. Quem averigua da validade dos projetos apresentados? ----- O art.º 6.º, na última bolinha do ponto 1, refere-se mais uma vez à Incubadora de Empresas. A Coligação Democrática Unitária já aqui perguntou se isto era uma maneira de substituir a Incubadora de Empresas. Percebendo que não é, até pela sua dimensão, pergunto se isto é uma espécie de assessoria na Incubadora de Empresas. Porque não estou a ver como é que isto compagina ou este puzzle se encaixa. ---- No art.º 8, ponto 5, fala-se nos encargos. Estes encargos que hoje não estão orçamentados, creio que virão a ser refletidos no próximo Orçamento de 2019. Já agora, em que rubrica serão incluídos? ----- No art.º 11.º, e este talvez seja o mais perplexante do meu ponto de vista, fala-se na entrega de chaves. Ora, hoje quem trabalha e tem o seu negócio no Mercado entra e tem quem lhe abra a porta e sai e tem quem lhe feche a porta. E para a Coligação Democrática Unitária é muito complicado que, de repente, um razoável número de pessoas, esteja na posse de chaves eletrónicas que dão acesso a todo o Mercado, e a todos os seus espaços, porque o Piso superior não tem acesso individual. ----- No artigo 16.º, tenho aqui uma nova dúvida. Volta-se a falar na validação dos projetos. E a pergunta é igual - quem valida os projetos? ----- No art.º 17.º questiono qual a unidade orgânica que vai avaliar as candidaturas. Será algum serviço ligado ao empreendedorismo já existente na Câmara Municipal? Estas são as questões que este projeto me levanta. A Coligação Democrática Unitária votará contra." -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco. -----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Serei sucinto. O grupo municipal do Partido Social Democrata vai abster-se na votação deste ponto. Aceita o conceito, porém, preferia um outro espaço. Aliás, comunga das dúvidas muito bem aduzidas aqui pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária. -----



Penso que seria interessante daqui a um ano ter-se acesso a um Relatório de Avaliação desta experiência, para se perceber o que correu menos bem e o que deve ser corrigido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Lucília Marinho Cunha.-----

LUCÍLIA MARINHO CUNHA: “Eu quero elogiar a implementação deste projeto que, seguramente, vai ajudar a juventude no seu início de trabalho.-----
Ter um lugar, uma morada fiscal e um espaço para colocarem as suas ideias férteis e próprias da juventude, certamente será um grande incremento.-----
Bem gostaria de ter na minha Freguesia um espaço destes, mas para já impossível. Agradeço à Vereadora Ana Carvalho Oliveira, mentora deste projeto, e um bem-haja a todos os que o implementaram.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Diogo Miragaia Lima.-----

DIOGO MIRAGAIA LIMA: “Quero parabenizar este assunto/notícia para a nossa cidade, os nossos jovens e todos os novos empreendedores. Mais uma decisão acertada do executivo municipal, a pensar no futuro do nosso Concelho.-----
Do meu ponto de vista, a escolha do Mercado Municipal é, sem dúvida, uma grande ideia para o aproveitamento e dinamização daquele espaço. Receber diariamente novos empreendedores e jovens empresas que se querem constituir, vai atrair mais gente ao Mercado, muito provavelmente, irá também ajudar o comércio local, e levar um público mais jovem a conhecer um dos sítios mais emblemáticos da nossa cidade. O mercado de ideias é um modelo de implementação de novos negócios por pessoas individuais que iniciam os seus negócios, as suas ideias, e a sua empresa de uma forma autónoma, muitas vezes em casa, em cafés e sítios não próprios.-----
Naquele espaço terão as condições para iniciar de uma forma digna os seus projetos e atividades, com o equipamento, secretárias, uma sala de reunião, cacifos, e uma morada legal para o seu negócio.-----
Sem dúvida um grande incentivo para a modernização e de louvar o acompanhamento do Município no desenvolvimento já existente a nível internacional.-----
Não entendo como pode alguém votar contra algo que está a ser feito para os jovens desenvolverem projetos dinâmicos para a nossa Cidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Admiro o otimismo do jovem e faço um voto que este otimismo corresponda a efetivos resultados.-----
Porque isto é muito parecido com um projeto que aconteceu no vizinho Concelho de Anadia e que deu com os burrinhos na água.-----



Mas eu congratulo-me com o otimismo, pois quando os jovens perderam esta chama do otimismo, então estamos mesmo desgraçados, e continuando a usar máximas e ditados populares, estaremos no mato sem cachorro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Julgo que as dúvidas suscitadas resultam do próprio Regulamento. Aliás, este segue as linhas gerais da ocupação do espaço público. A opção pelo Mercado Municipal é claramente para dar lhe vida. Não se conseguiu a afetação para outros destinos. Este assunto está na ordem do dia e, de facto, há apelos sucessivos nas grandes cidades para se ter este espaço de partilha para não dizer Cow.-----

Deputado municipal Christopher Maia Oliveira a questão é um bocadinho como a pescada, quer dizer, é necessário criar condições para que alguns jovens possam ter um sítio sossegado, com um espírito de partilha, onde possam desenvolver a sua empresa, isto mais até no domínio da criatividade e hoje muito do trabalho é feito online. Esse é o grande objetivo e, enfim, não há nada como tentar.-----

Obviamente, isto será feito através de um concurso público, conforme determina a lei para valores superiores a 20.000 euros.-----

Quanto à segurança, há segregação de espaço, aliás, no projeto inicial, aquele espaço está segregado por forma a que quem aceda à varanda não tenha necessariamente de passar pelo Mercado.-----

A despesa em si é insignificante e integrará a rubrica de custos do Mercado.----

Há um Gabinete de Apoio ao Investimento assumido pela Eng.^a Ana Heitor e coordenado pela Vereadora Ana Carvalho Oliveira, que tem competências técnicas específicas neste domínio. Isto é uma relação direta também com a Incubadora de Empresas da Figueira da Foz. Portanto, este gabinete vai aferir a idoneidade do projeto, porquanto, obviamente, só irá para a aquele espaço quem tenha justificação para os objetivos que se pretendem.-----

Com isto dá-se mais uma resposta à juventude e à necessidade de ajudar pequenas e médias empresas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva, António Santos Salgueiro e Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social



Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea c) do n.º 2 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, oito abstenções dos membros do Partido Social Democrata e do Bloco de Esquerda, e dois votos contra dos Membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar o Regulamento do Espaço Coworking "Mercado de Ideias", bem como, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas previstas no seu art.º 13.º.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 - SEGUNDA ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - APROVAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ALTERAÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART.º 121.º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (RJGT) - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo à alteração por adaptação e aprovação da respetiva declaração de alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

Esta alteração decorre da entrada em vigor da correção material da Reserva Ecológica Nacional do Município da Figueira da Foz, por Despacho n.º 6516, da Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, publicado na 2.ª Série do Diário da República de 03 de julho de 2018, e é elaborada em cumprimento das disposições emergentes da alínea b) do n.º 1, e nºs 3.º e 4.º do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 30 de julho de 2018, tendo sido emitida a respetiva declaração de alteração, sendo agora remetido à Assembleia Municipal, órgão competente pela aprovação do Plano Diretor Municipal, para conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva, António Santos Salgueiro e Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira, Isabel Gaspar Sousa,



e Célia Querido Oliveira, ao abrigo das disposições emergentes do n.º 4.º do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, tomou conhecimento da alteração por adaptação ao Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz e consequente declaração de alteração, efetuada em cumprimento das normas constantes da alínea b) do n.º 1, e n.º 3.º do artigo e diploma invocados.-----

5.9 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 20 DE DEZEMBRO DE 2017 - PARA CONHECIMENTO

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 22 de agosto de 2018, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 30 de agosto de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva, António Santos Salgueiro e Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Leila Fidalgo Ferreira, Isabel Gaspar Sousa, e Célia Querido Oliveira, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017.-----

5.10 - DISSOLUÇÃO DA EMPRESA LOCAL WRC - WEB PARA A REGIÃO CENTRO, AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EIM, S.A. E PLANO DE INTERNALIZAÇÃO PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DA ANADIA - PARA CONHECIMENTO

Pelo Vice-Presidente da Câmara foi presente, para conhecimento desta Assembleia Municipal, o processo de dissolução da Empresa WRC - Web para a Região Centro,



Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A., e internalização dos direitos e responsabilidades da respetiva sociedade no Município da Anadia, seu acionista maioritário, votado unanimemente por todos os acionistas na sua Assembleia Geral Extraordinária de 06 de julho de 2018.-----

O voto do representante do Município da Figueira da Foz favorável à dissolução desta empresa foi ratificado, por unanimidade, em sede de reunião de Câmara de 14 de setembro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva, António Santos Salgueiro e Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Isabel Gaspar Sousa, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou conhecimento da dissolução da Empresa WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A., e internalização dos direitos e responsabilidades da respetiva sociedade no Município da Anadia, seu acionista maioritário, votado unanimemente por todos os acionistas na sua Assembleia Geral Extraordinária de 06 de julho de 2018, e desencadeado ao abrigo das disposições combinadas dos art.ºs 62.º e 65.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua última redação.-----

5.11 - ACORDO JUDICIAL A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E A TRATOFOZ, SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, S.A. - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - EXTRA-AGENDA

Pelo Vice-Presidente da Câmara foi presente o Acordo Judicial a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Tratofoz, Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A., no âmbito do Processo n.º 110/14.7BECBR do Tribunal Administrativo de Coimbra, para autorização da assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da sua outorga, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Pelo presente acordo o Município da Figueira da Foz pagará à Tratofoz, Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. 600.000,00 € (seiscentos mil euros), em três prestações anuais e sucessivas a realizar-se no mês de maio de cada ano, acrescidas



de juros de mora à taxa de 5%, contados a partir de 01 de junho de 2018, vencendo-se a primeira em 2019 e a última em 2021.-----

Este processo foi votado favoravelmente em reunião de Câmara de 24 de setembro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Pelas razões que aduzi no princípio desta sessão, o grupo municipal do Partido Social Democrata vai-se ausentar em protesto pela forma como foi apresentado este assunto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária não tem, como já dissemos, absoluto conhecimento deste processo, aliás, tem um conhecimento muito limitado das últimas démarches, nomeadamente as ocorridas entre 2014 e 2018, e que conduziram agora a esta proposta da câmara em cima da mesa para aprovação.-----

Mas, lembro-me muito bem da história quando isto aconteceu, e dos pormenores de maneira muito clara. Como é óbvio, o atual executivo municipal não é responsável por aquilo que se escreve nas redes sociais, mas as redes sociais têm tanto de bom quando têm de mau. Aliás, eu acho que até têm mais de mau do que de bom.-----

Em relação a isto foram feitos comentários que a Coligação Democrática Unitária se absteve de comentar, passe a repetição, exatamente porque estava à espera da Assembleia Municipal, para então aí, em sede própria e entre nós, dizer tudo o que tivesse de dizer.-----

Quando isto aconteceu, apenas o Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca mobilizou a população, e se revoltou contra o processo. Não se viram por lá nenhuns dirigentes políticos.-----

Relembro que o Partido Comunista Português foi a primeira força política a denunciar esta situação, entretanto, depois acompanhado por associações de carácter ambientalista. Mas, foi a primeira força política que trouxe ao Concelho da Figueira da Foz deputados da Assembleia da República, nomeadamente, Miguel Tiago, na altura acompanhava o Distrito de Coimbra, e do Parlamento Europeu, a minha camarada Ilda Figueiredo, e que fez comunicados com reflexo nos jornais, comunicados entregues mão a mão à população de Maiorca e Santo Amaro da Boiça e Concelhos limítrofes. Em meu entender e no daqueles que estudaram esta matéria, os Concelhos limítrofes também seriam afetados na sequência dos vazamentos para as linhas de água.-----

No dia 03 de fevereiro do ano de 2006, houve uma intervenção de Miguel Tiago na



Assembleia da República chamando a atenção para estes perigos ambientais e outros. Seguidamente debates parlamentares suscitados pelo Partido Comunista Português, um Requerimento ao Ministro através do deputado Miguel Tiago, e a reunião com a Junta de Freguesia, tendo o Partido Comunista Português apoiado a iniciativa do desfile de tratores e outras máquinas agrícolas, de que alguns se lembrarão muito bem.-----

Isto acontece num contexto de esquecimento, não estou a passar nenhum recado ao Fernando fique claro, da atuação da atividade do Partido Comunista Português.---

Passou, por exemplo, por cima do que escrevemos, dissemos e propusemos em relação aos Centros de Saúde de Lavos, São Pedro, Paião, Maiorca, que sábado, pelas 16,00 horas, será objeto de discussão na Assembleia de Freguesia, em relação a este Aterro e em relação ao que a Coligação Democrática Unitária já disse sobre a Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca, a Feira de Maiorca.-----

Tudo isto para dizer que gostaria neste caso da indemnização à empresa de ser acompanhada pela voz daqueles que estão mais diretamente ligados, nomeadamente os nossos amigos e companheiros de Maiorca, e já agora que estão tão preocupados com o Centro de Saúde, que haja uma presença maciça da população no próximo sábado. Porque se a população não fizer ouvir a sua voz, ninguém fala por ela, ou até fala, mas depois os jornais e outras instâncias fazem o favor de apagar, que é o problema que nos atinge.-----

A Coligação Democrática Unitária não concorda e já o fez saber há pouco. É um negócio fantástico para a Tratofoz, que faz parte do Grupo NOV, novo nome do Grupo Lena, eles lá sabem porque mudaram de nome, mas mudaram, porque a Câmara Municipal da Figueira da Foz lhe vai entregar em três tranches de 240.000/240.000/120.000 euros, um total de 600.000 euros. Para quê? Para estes senhores não ficarem zangados porque, afinal, já não podem poluir o aquífero e envenenar as populações com aquele aterro.-----

Esta história está, desde o princípio, muito mal contada porque, de facto, é muito estranho a licença de instalação do aterro de resíduos ter caducado enquanto se esperava por um parecer do Ministério do Ambiente, que não o produziu propositadamente, porque se o tinha autorizado anteriormente não iria dar o dito por não dito.-----

Entretanto, durante a vigência do falecido Eng.º Duarte Silva, como Presidente da Câmara, não foi emitida nova licença.-----

Tive acesso à carta do advogado da Câmara Municipal a falar sobre esta questão. E



há pouco referi ser muito estranho que entre 2011 e 2014 nada tenha acontecido, porquanto, a Tratofoz só interpôs a ação judicial no ano de 2014, mas já em 2011 se queixava por não terem autorização para continuar com a obra de instalação daquele aterro.-----

Durante a algum tempo a Câmara ficou à espera que a empresa manifestasse se estava interessada naquela obra, ou se tinha perdido o interesse. E eu pergunto, porque também somos um bocadinho curiosos, se realmente a empresa acabou por dar esta resposta e qual foi o teor da mesma.-----

A Coligação Democrática Unitária votará contra porque não concorda de maneira nenhuma com isto que está em cima da mesa, que está a favorecer uma empresa poluidora, que agora nos está a «castigar» porque não conseguiu poluir.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Apenas duas ou três notas mais para registo do que propriamente para debate. Não o disse há bocado porque não quis, digamos assim, meter mais engarrafamento na discussão que houve a propósito da admissão ou não deste ponto na Ordem de Trabalhos.-----

Eu conheço razoavelmente bem este processo, não aquele que teve trânsito em julgado em 2011, uma decisão não sei bem se do Supremo Tribunal de Justiça se do Supremo Tribunal Administrativo que dá como ilegal e anula a decisão do Presidente da Câmara que não revalidou o alvará de construção, mas aquela outra ação interposta em 2014 pela Tratofoz, do Grupo Mota-Engil e não do Grupo Lena.-----

Digo isto sem nenhuma espécie de ironia, eu lamento e estranho até um pouco que o Partido Social Democrata se afaste deste debate, argumentando com razões de forma. O Partido Social Democrata tem nas suas fileiras quem conheça muito bem este assunto e o mínimo que se esperava de um partido responsável é que tivesse uma posição de princípio sobre este tema. Podia aqui muito bem esgrimi-la, concordando ou discordando com aquilo que o executivo se propõe fazer.-----

Quanto ao acordo que aqui nos cumpre apreciar, parece-me bem razoável. O montante a ser pago ao Grupo Mota-Engil, está até abaixo da conta dos danos emergentes que eu próprio fiz, fundado em documentos contabilísticos apresentados pela empresa e, portanto, a minha convicção em linha, aliás, com a do Dr. André Rocha, é que qualquer juiz condenaria o Município a, pelo menos, pagar os danos emergentes em que a Tratofoz incorreu. A questão dos lucros cessantes é bem mais complexa e aí eu penso que Tratofoz não teria qualquer espécie de hipótese. Em todo o caso, repito, aquilo que está aqui a ser proposto é uma indemnização inferior à conta



que eu próprio fiz dos danos emergentes em que a Tratofoz incorreu.-----
Uma última nota que pode dar uma certa tranquilidade àqueles que votarem favoravelmente esta decisão, é o facto do executivo municipal, e muito bem a meu ver, ter a intenção de sujeitar este acordo e o conseqüente pagamento a visto prévio do Tribunal de Contas.-----

Quem conhece a jurisprudência recente do Tribunal de Contas sabe que este Tribunal tem vindo a apreciar a legalidade dos atos mas também a sua razoabilidade, à luz de bons e são critérios de gestão pública e, portanto, eu creio que este último elemento, e o Executivo seguramente dar-nos-á a nota do resultado desse visto, permite confortar-nos e apoiar o Município nesta sua proposta, e eliminar uma das mais importantes contingências que este Município tinha.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A justificação e a fundamentação está suficientemente clara no documento elaborado pelo Dr. André Rocha.-----

Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz essa discussão foi definitivamente decidida em fevereiro de 2002 - o Instituto do Ambiente emitiu à Tratofoz a licença ambiental 3/2002. Com base nessa licença emitiu-se uma licença de obras, um alvará, que gerou e criou expectativa à Tratofoz, que é uma empresa do Grupo Mota-Engil e não do Grupo Lena, criada na altura para construir todos os aterros industriais banais. Nessa altura, gerou-se a política de aterro e depois evoluiu-se para as estações de tratamento. Efetivamente esta modalidade hoje está perfeitamente desatualizada e não é aconselhável. Já não há tratamento de resíduos sólidos ou industriais nestes moldes, mas gerou então uma expectativa no investidor, deu-lhe autorização e a própria Câmara Municipal concedeu-lhe a licença de obras através de alvará.-----

Depois, de má-fé, pediu à empresa para suspender a obra tendo em conta as contestações populares, o que esta fez, e depois à posteriori decorrido o prazo da suspensão, não lhe prorrogou a licença quando a empresa já podia começar a executar a obra. Foi isto que foi apreciado pelo Tribunal. E este decidiu que a Câmara Municipal agira de má-fé e não podia de forma arbitrária e sem qualquer justificação deixar de prolongar o prazo, principalmente, quando antes a fora a própria Câmara a pedir a suspensão dos trabalhos.-----

As câmaras também são responsáveis civilmente e pelos seus atos ilícitos. Portanto, quando sai esta decisão do Supremo Tribunal de Justiça, reconhecendo a decisão da Câmara como arbitrária e infundada, gerou um direito de indemnização.-----



Aqui não são tomados em consideração os custos de projeto nem de contexto. Foi-se construindo uma solução para honrar os compromissos. Pediu-se ao Tribunal para suspender o prazo e a Tratofoz veio ao encontro daquilo que o Município achou razoável para esquecer esta má decisão e este mau projeto.-----

Este acordo vai ter o crivo da análise do Tribunal de Contas, tem toda a transparência na sua apresentação e, como gestor de dinheiros públicos, sentir-me-ia mal comigo mesmo se não trouxesse esta proposta à Assembleia Municipal.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva, Susana Oliveira Monteiro e António Santos Salgueiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Paulo Martinho Pinto, Isabel Gaspar Sousa, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo, Tiago Cadima Jorge, Luis Góis Silva e Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e em cumprimento das disposições previstas na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, deliberou, por maioria, vinte e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos resultantes do Acordo Judicial a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Tratofoz, Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A., no âmbito do Processo n.º 110/14.7BECBR do Tribunal Administrativo de Coimbra, no valor global de 600.000,00 € (seiscentos mil euros), acrescido de juros de mora no valor de 53.950,74 € (cinquenta e três mil novecentos e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos), pelos anos económicos de 2019, 2020 e 2021, os quais não poderão exceder:-----

1 - Ano económico de 2019: 240.000,00 € (duzentos e quarenta mil euros) acrescidos de 29.917,81 € (vinte e nove mil novecentos e dezassete euros e oitenta e um cêntimos) de juros de mora;-----

2 - Ano económico de 2020: 240.000,00 € (duzentos e quarenta mil euros) acrescidos de 18.049,32 € (dezoito mil quarenta e nove euros e trinta e dois cêntimos) de juros de mora;-----



- Ano económico de 2021: 120.000,00 € (cento e vinte mil euros) acrescidos de 5.983,61 € (cinco mil novecentos e oitenta e três euros e sessenta e um cêntimos) de juros de mora.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, José Augusto Mateus, Manuel Rodrigues Nada, Jorge Bugalho Silva, Susana Oliveira Monteiro e António Santos Salgueiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Paulo Martinho Pinto, Isabel Gaspar Sousa, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira e Célia Querido Oliveira, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----